



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

EVILÁSIO DO NASCIMENTO SILVA

**DO DESTACAMENTO DE ENUNCIADOS À PRODUÇÃO DE DISCURSOS SOBRE
LÍNGUA: AS DIMENSÕES DE UMA POLÊMICA MIDIÁTICA**

FORTALEZA

2020

EVILÁSIO DO NASCIMENTO SILVA

DO DESTACAMENTO DE ENUNCIADOS À PRODUÇÃO DE DISCURSOS SOBRE
LÍNGUA: AS DIMENSÕES DE UMA POLÊMICA MIDIÁTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria das Dores Nogueira Mendes.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S579d Silva, Evilásio do Nascimento.
Do destacamento de enunciados à produção de discursos sobre língua : as dimensões de uma polêmica midiática / Evilásio do Nascimento Silva. – 2020.
128 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2020.
Orientação: Profa. Dra. Maria das Dores Nogueira Mendes.

1. Análise do discurso. 2. Polêmica midiática. 3. Destacabilidade. 4. Livro didático. I. Título.

CDD 410

EVILÁSIO DO NASCIMENTO SILVA

DO DESTACAMENTO DE ENUNCIADOS À PRODUÇÃO DE DISCURSOS SOBRE
LÍNGUA: AS DIMENSÕES DE UMA POLÊMICA MIDIÁTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 21/12/2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria das Dores Nogueira Mendes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Sírio Possenti
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

À minha família, especialmente ao meu pai (*in memoriam*), pelo confiança depositada em mim, razão pela qual tenho procurado permanecer sempre firme em meus propósitos.

À primeira turma do curso de Letras-Língua Portuguesa da Unilab, da qual tive a alegria de fazer parte, por construirmos boas amizades ao longo dos mais de 4 anos de curso.

AGRADECIMENTOS

À profa. Maria das Dores Nogueira Mendes, minha orientadora, por possibilitar que eu trilhasse os caminhos da AD, disciplina pela qual nutro um carinho especial desde a época da graduação.

Conheci “Das Dores” quando era ainda aluno da Unilab, durante a organização do I Encontro de Pesquisa da Graduação em Letras (o Epegral) e nem imaginava que alguns anos depois teria a honra de ser o seu primeiro orientando de mestrado.

À profa. Léia Cruz de Menezes, por ser responsável pela minha iniciação na pesquisa acadêmica ainda nos primeiros anos da graduação. A estimada professora atuou como tutora do primeiro Programa de Educação Tutorial da Unilab – o PET de Humanidades e Letras – do qual tive a alegria de fazer parte entre os anos de 2013 a 2017. Nesse período, pude conhecer mais de perto um exemplo de profissional que, com sua humildade e competência, estava sempre disposta a ajudar.

À profa. Mônica Magalhães Cavalcante, por acompanhar todas as etapas deste trabalho, da qualificação do projeto à defesa da dissertação. Suas sugestões durante esse percurso influenciaram, sem dúvida, na tomada de decisões importantes para a pesquisa.

Ao prof. Valdinar Custódio Filho, por ter aceito, mais de uma vez, fazer parte da banca examinadora na qualidade de suplente.

Ao prof. Nelson Barros da Costa, pelas contribuições valiosas durante o exame de qualificação.

Ao prof. Sírio Possenti, por gentilmente aceitar o convite de participar dessa banca de defesa.

Ao amigo Jeremias Abel Graciano Boio, pelas longas conversas que tivemos nesses últimos dois anos, quando dividíamos nossas impressões sobre o mestrado e sobre a Análise do discurso.

Aos colegas do curso de mestrado (turma de 2018), pelo convívio enriquecedor. Em especial, a Francisca Jocineide de Alencar Silva e a Lucineide Matos Lopes, muito obrigado por se fazerem tão presentes nessa jornada. Não tenho dúvidas de que construímos uma amizade sincera, que

vai além dos muros da universidade.

A Maria Evangelina dos Santos, agora em terras timorenses, por sua história de luta e superação.
Saudades!

Aos colegas do apartamento 402, minha residência durante o tempo em que fiquei em Fortaleza.
Agradeço pela troca de experiências.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará. Em especial, aos professores das disciplinas que cursei durante os dois primeiros semestres do curso de mestrado, pelo aprendizado proporcionado durante todo esse período e pelas aulas memoráveis.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Rezei, de verdade, para que pudesse esquecer-me, por completo, de que algum dia já tivessem existido septos, limitações, tabiques, preconceitos, a respeito de normas, modas, tendências, escolas literárias, doutrinas, conceitos, atualidades e tradições – no tempo e no espaço” (Guimarães Rosa).

RESUMO

Este trabalho analisa aspectos relacionados ao funcionamento de uma polêmica midiática que teve como principal desencadeador a publicação de um livro didático distribuído pelo Ministério da Educação. Situando-se no âmbito da Análise do Discurso de linha francesa, e seguindo o quadro teórico-metodológico apresentado em Dominique Maingueneau, este estudo nos possibilita rastrear o embate discursivo que se estabelece no momento em que as questões que envolvem a língua estão no centro de um debate público. O *corpus* da pesquisa é constituído por textos que materializam dois discursos principais, representados, de um lado, pelo grupo dos que alegam que o livro didático defende abertamente o erro de português e, do outro, pelo grupo dos que consideram que a obra foi mal interpretada, que os críticos se pautaram em algumas frases retiradas de seu contexto de origem. Os resultados apontam para a forma como cada discurso interpreta o seu Outro no espaço discursivo, ou seja, como cada um deles traduz o seu adversário ao investir em mecanismos linguísticos e discursivos, especialmente em estratégias de integração/desqualificação do adversário. Sobre tais estratégias, acreditamos que elas são o reflexo da incompatibilidade entre dois universos semânticos, que, nesse caso, deixa marcas na superfície discursiva. De modo geral, interessa aprofundar a discussão sobre o funcionamento dos discursos considerados, no que se refere mais precisamente à construção das identidades discursivas. No âmbito teórico-metodológico, a investigação empreendida confirma que os parâmetros que podem ser levados em conta na caracterização da polêmica são diversos, sendo imprescindível uma análise cada vez mais integrativa, sensível aos múltiplos planos discursivos que atravessam o polêmico.

Palavras-chave: análise do discurso; polêmica midiática; destacabilidade; livro didático.

ABSTRACT

This paper analyzes aspects related to the functioning of a media controversy triggered by the publication of a didactic book distributed by the Ministry of Education. This paper is situated in the scope of French discourse analysis, and it follows the theoretical-methodological framework presented by Dominique Maingueneau. This study allows us to trace the discursive clash that is known at the moment when the issues involving the language are at the center of a public debate. The research corpus consists of texts that materialize two main discourses represented, on one hand, by the group of those who claim that the didactic book openly defends the Portuguese error and, on other hand, by the group of those who consider that the book was misinterpreted, that the standards were based on some phrases taken from their original context. The results point to the way in which each discourse interprets its Other in the discursive space, in other words, it is how each of them translates its opponent by investing in linguistic and discursive mechanisms, especially in the integration/disqualification of the opponent. About these strategies, we believe that they are the reflection of the incompatibility between two semantic universes, which, in this case, leaves marks on the discursive surface. In general, it is interesting to deepen the discussion on the functioning of the discourses approached, especially those concerning the construction of discursive identities. In the theoretical-methodological context, the investigation undertaken confirms that the parameters that can be taken into account in the characterization of the controversy are diverse, and an increasingly integrative analysis, sensitive to the multiple discursive plans that cross the controversial, is essential.

Keywords: discourse analysis; media controversy; detachability; didactic book.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
AD	Análise do Discurso
DFN	Discurso de Fundamentação Normativa
DFL	Discurso de Fundamentação Linguística
FD	Formação Discursiva
LD	Livro Didático
MEC	Ministério da Educação
SG	Semântica Global
trad.	Tradução
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A ABOARDAGEM DE DOMINIQUE MAINGUENEAU	20
2.1	Interdiscurso: o Outro na raiz do Mesmo	20
2.2	O conceito de registro: situando a polêmica	25
2.2.1	<i>A dimensão enunciativa</i>	27
2.2.2	<i>A dimensão genérica</i>	28
2.2.3	<i>A dimensão semântica</i>	29
2.3	Considerações sobre o percurso das dimensões	30
3	ACONTECIMENTO E CIRCULAÇÃO DE ENUNCIADOS DESTACADOS	35
3.1	Em torno do acontecimento	35
3.2	Os sujeitos autorizados	42
3.3	Os contornos midiáticos	46
3.3.1	<i>A objetividade em questão</i>	46
3.3.2	<i>Os enunciados destacados</i>	48
4	PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	52
4.1	Sobre a abordagem do polêmico	52
4.2	Sobre a delimitação do corpus	58
5	(DES)ATANDO OS NÓS: O FUNCIONAMENTO DA POLÊMICA	62
5.1	Dos procedimentos de integração/desqualificação do adversário	62
5.2	Dos limites que definem as identidades discursivas	76
6	CONCLUSÃO	93
	REFERÊNCIAS	101
	ANEXO A – TEXTOS ASSOCIADOS AO DISCURSO DE FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA (DFN)	103
	ANEXO B – TEXTOS ASSOCIADOS AO DISCURSO DE FUNDAMENTAÇÃO LINGUÍSTICA (DFL)	118

1 INTRODUÇÃO

Quando direcionamos nossa atenção para o trajeto delineado ao longo do desenvolvimento do presente trabalho, passamos a enxergar mais nitidamente cada uma das etapas que foram seguidas no decorrer do percurso. Para se chegar a atual versão, alguns deslocamentos fizeram-se necessários. Tais deslocamentos decorrem tanto do progresso de nossas leituras, direcionadas a produções em que a polêmica figurava como temática central, quanto das reflexões despertadas durante a realização do Exame de Qualificação e dos Seminários de Pesquisa, momentos em que pudemos reavaliar a condução teórico-metodológica desta pesquisa.

Desde o processo de elaboração da primeira versão do projeto, sabíamos que estávamos lidando com discursos bastante divergentes sobre língua. Contudo, mesmo que ali já fosse possível vislumbrar a polêmica em seu funcionamento, ainda carecíamos de um aporte teórico-metodológico consistente em que pudéssemos situá-la, especialmente no que tange à materialização de um olhar discursivo para tal fenômeno. Sem sombra de dúvidas, o interesse por trabalhos desenvolvidos no âmbito da análise do discurso e a imersão, já nos primeiros meses do curso de mestrado, no Grupo de Pesquisa Discurso, Cotidiano e Práticas Culturais (DISCUTA)¹, contribuíram para que o germe de uma proposta inicial logo viesse a se desenvolver.

Foi a partir dessa conjuntura que primeiramente começamos a conhecer mais de perto alguns dos conceitos tratados na obra de Maingueneau, como os de interdiscurso, semântica global, competência discursiva etc. Coincidentemente, ao cursarmos a disciplina Teorias Linguísticas II, no segundo semestre letivo, o livro *Gênese dos discursos* ([1984] 2005) constava como um dos materiais a ser apresentado em formato de seminário, como requisito para avaliação dessa disciplina. Ficamos com a segunda parte da obra, na qual era abordada, entre outras questões, a hipótese da polêmica como interincompreensão.

Tal hipótese sustenta que a relação polêmica entre os discursos decorre de uma incompatibilidade radical, por meio da qual se explicaria a própria constituição das posições enunciativas em conflito. Acontece que, sendo delimitado por uma grade semântica específica,

¹ Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, o grupo DISCUTA surge em 2001 com o propósito de estudar, a partir do escopo da Análise do Discurso, práticas discursivas associadas ao campo da cultura. Nessa conjuntura, tem se dedicado especialmente à análise do discurso literomusical brasileiro e dos vários posicionamentos estético-ideológicos que o compõe. Recentemente, as pesquisas do grupo, que se apoiam nas ideias de Dominique Maingueneau, sem deixar de recorrer também a autores como Bakhtin e Foucault, estendem sua área de investigação ao contemplar, por exemplo, discursos sobre a língua, a ciência e a política.

cada discurso opera uma tradução do Outro a partir das categorias negativas de seu próprio sistema, fazendo com que o adversário seja apreendido apenas enquanto simulacro.

Essas questões tomam como referência a relação estabelecida entre duas correntes religiosas da França do século XVII – o humanismo devoto e o jansenismo. Fundamentado em pesquisa empírica desenvolvida sobre a semântica desses discursos, *Gênese* introduz noções importantes, retomadas, inclusive, em trabalhos posteriores de Maingueneau. Sem dúvida, a obra citada figura como uma leitura essencial para aqueles que estão começando a adentrar o campo da análise do discurso ou que pretendem conhecer, de forma mais consistente, a proposta teórica e metodológica desenvolvida por seu autor.

Fato é que noções como as de interdiscurso, semântica global, interincompreensão e demais conceitos apresentados nessa obra têm influenciado a realização de trabalhos diversos no âmbito da análise do discurso, dos quais destacamos, a título de exemplificação, o de Silva (2004), o de Ferreira (2008) e o de Aquino (2016). De certa forma, esses trabalhos, com os quais tivemos contato ainda na etapa inicial desta pesquisa, nos serviram como suporte, uma vez que revelavam mais nitidamente o terreno no qual começávamos a dar os primeiros passos. Eles evidenciam, além disso, a aplicabilidade da proposta de Maingueneau a outros *corpora*.

O trabalho de Silva (2004), por exemplo, enfoca aspectos do discurso polêmico na seção Tendências/Debates do jornal Folha de S. Paulo. De acordo com a autora, a referida seção possui características que justificam sua escolha para a composição do *corpus*, tais como o fato de apresentar textos com opiniões distintas sobre um mesmo tema considerado polêmico. Em relação aos textos selecionados pela autora em seu trabalho, esses são divididos em três grandes grupos (linhas temáticas) – bioética, liberdade civil e segurança pública – e analisados a partir do par semântico mudança/continuidade.

Esses dois traços semânticos estariam presentes na maior parte dos textos que compõe a seção T/D. Contudo, a forma de enxergá-los, seja como algo positivo ou negativo, dependeria da semântica global de cada discurso. É partindo da oposição entre o par semântico citado que os temas característicos dos discursos materializados nos textos de cada linha temática são identificados. Verifica-se também, nos textos analisados, a presença de algumas estratégias discursivo-argumentativas.

Fundamentado também na teoria da análise do discurso francesa, Ferreira (2008) analisa matérias da revista *Veja* datadas do período de 1993 a 2002, tendo o neodarwinismo como discurso de referência. Na proposição de sua pesquisa, o autor mobiliza os conceitos de interdiscurso, semântica de base, *interincompreensão*, polêmica e simulacros discursivos desenvolvidos por Maingueneau. Ferreira reconhece que segue também, em alguns aspectos, a

análise realizada por este teórico no que concerne à relação entre o discurso jansenista e o discurso humanista devoto. Ressalta ademais o autor que Maingueneau analisa dois posicionamentos de um mesmo campo (o religioso), o que não impede, entretanto, que os conceitos do teórico sejam aplicados quando se trata de posicionamentos provindos de campos discursivos distintos, como ocorre no contexto do neodarwinismo e do criacionismo, que representam, respectivamente, os campos científico e religioso.

O trabalho de Aquino (2016), por sua vez, se dedica ao estudo de um espaço discursivo polêmico em torno da aprendizagem da escrita, direcionando-se, de forma mais precisa, para o debate envolvendo a dislexia. Em sua proposta de investigação, a autora nos apresenta dois posicionamentos, um filiado à área da educação (linguística), nomeado de E/L, e outro filiado à área da saúde (medicina), nomeado de S/M. O aporte teórico que serve como base para a pesquisa relaciona a abordagem de análise de discurso de Maingueneau às formas de manifestação dos mecanismos disciplinares, de Foucault. Ressalta Aquino que sua pesquisa objetiva, a partir do percurso delineado por Maingueneau, propor uma semântica global para os dois posicionamentos em torno da dislexia.

Os trabalhos que foram apresentados nessa breve exposição abordam aspectos diversos do discurso polêmico, desde a localização de estratégias discursivo-argumentativas até a proposição de uma semântica global que explique o funcionamento dos discursos analisados. Evidentemente, esses aspectos são mobilizados pelo analista em conformidade com especificidade de cada espaço discursivo e com os objetivos de pesquisa devidamente estabelecidos. Sem dúvida, também precisaríamos, ao longo da dissertação, fazer recortes que levassem em conta as especificidades do nosso *corpus*, o qual, até então, não havíamos dado a devida atenção. Isso se explica pelo fato de que ainda nos sentíamos fortemente atraídos pelas discussões teóricas, que não eram poucas.

Foi mais ou menos nessa época que tivemos acesso a um texto mais recente de Maingueneau intitulado “Registro: as três facetas do polêmico”². Esse texto, que se encontra no livro *Doze conceitos em Análise do Discurso*, publicado em 2010, atualiza questões

² Ao mesmo tempo em que ampliávamos nossa visão sobre a polêmica a partir dos trabalhos citados, recebíamos indicações de leitura da obra *Apologia da polêmica*, de Ruth Amossy, recém traduzida no Brasil. Para tratar da polêmica, a autora citada recorre aos postulados da análise do discurso e da argumentação retórica, buscando verificar como um fenômeno desprezado e estigmatizado pelos mais diversos setores se propaga de forma tão acentuada, ocupando uma posição de destaque nas mídias. É nesse sentido que se propõe uma reflexão sobre o funcionamento e as funções da polêmica no espaço democrático. Ao focar a ideia de função, supõe-se que tal fenômeno, em razão mesmo de sua recorrência, exerce, qualquer que seja sua natureza e sua importância, certas funções sociais. A associação com a noção de funcionamento, por sua vez, reforça a relevância de se partir de casos concretos, ou seja, de ver *in loco* como se dá a construção discursiva da polêmica.

importantes sobre a polêmica. Ela é integrada aos registros de tipo comunicacional. Isso significa que, para caracterizá-la, critérios de ordem bastante diversos são mobilizados. Embora a ela possa ser associado um conjunto de traços linguísticos, estes não são suficientes para caracterizá-la.

De fato, cada texto polêmico encontra-se associado a um quadro comunicacional, a um gênero ligado a um suporte e a lugares de difusão, constituindo “um acontecimento enunciativo que adquire sentido em relação a outros da mesma série” (MAINGUENEAU, 2010, p. 193). Nesse contexto, podemos nos questionar sobre o que se polemiza, quem polemiza, em quais suportes, passando por quais circuitos etc. Não é por acaso que Maingueneau nos fala de uma dimensão genérica de abordagem do polêmico, que busca inspiração na análise do discurso, na história e na sociologia.

Se tal dimensão ressalta o modo de produção e de circulação dos enunciados, outra dimensão, a enunciativa, detém-se sobre as estratégias de integração/desqualificação do adversário, com destaque para as inúmeras marcas deixadas no enunciado. As negações polêmicas, as apóstrofes, as injúrias e, de forma mais ampla, os termos avaliadores figuram entre os fenômenos mais comuns. Contudo, esses traços, características do que seria o protótipo do registro polêmico, não esgotam a complexidade do fenômeno, uma vez que é preciso frisar também, nessa dimensão, o dispositivo pragmático – a relação entre lugares, papéis, normas etc. no qual as marcas adquirem sentido.

Quando consideramos ainda, em um nível mais amplo, a maneira como os diversos posicionamentos se instituem no interdiscurso, a discussão sobre os traços do polêmico deixa de ser considerada a problemática central. A interação polêmica encontra-se atada ao funcionamento do campo discursivo em que estão envolvidas as posições em conflito. Nessa perspectiva, o adversário é integrado pelo discurso agente sob a forma de um simulacro. Em outras palavras, para preservar sua identidade no espaço discursivo, é preciso que o discurso agente opere uma tradução do Outro a partir das categorias negativas de seu próprio sistema.

Para abordar a polêmica enquanto registro comunicacional, o autor evoca três dimensões possíveis, conforme a descrição feita nos três últimos parágrafos: a dimensão enunciativa, a dimensão genérica e a dimensão semântica³. Essas dimensões, tidas como indissociáveis, revelam propriedades importantes do registro polêmico. De certa forma, os trabalhos que resenhamos no início de nossa exposição mobilizam aspectos dessas três

³ Em “**Registro**: as três facetas do polêmico”, os termos *enunciativo-pragmática* e *sociogenérica* são utilizados para fazer referência a duas dessas dimensões. Ao longo deste trabalho, optamos por utilizar a terminologia *enunciativa* e *genérica*, mais recente e que se encontra na obra *Discurso e análise do discurso* (2015).

dimensões.

Se voltarmos ao trabalho de Silva (2004), por exemplo, veremos que a autora se detém tanto nos aspectos linguísticos quanto nos traços semânticos que atuam na constituição do *estilo polêmico* da seção T/D. Destaca-se, no âmbito das estratégias argumentativas, a recorrência de negações polêmicas, a presença de comentários metadiscursivos, a criação de simulacros, a utilização de anáforas lexicais e o uso de modalizadores deônticos e epistêmicos. O artigo de Maingueneau sobre as dimensões do polêmico, evidentemente, não é citado pela autora, tendo em vista que se trata de um texto publicado anos depois.

Neste trabalho, procuramos nos aproximar desse artigo mais recente do teórico, avaliando, de certa forma, a produtividade das questões nele levantadas. Decidimos, em outras palavras, partir de uma abordagem que permita apreender a polêmica em suas muitas facetas. Contudo, devemos enfatizar que essa decisão não se deu de imediato, ela resulta do amadurecimento de nossas leituras, cujo progresso permitiu, inclusive, que as associações feitas no parágrafo anterior fossem realizadas.

Ademais, durante a escrita do projeto de qualificação, os pontos que convergem para o estabelecimento da polêmica aqui estudada (em torno de supostos erros em livro didático distribuído pelo Ministério da Educação) ainda não estavam devidamente estabelecidos. Uma articulação desses pontos só começa a ser traçada quando de fato começamos a empreender uma delimitação do *corpus*⁴. Uma pesquisa em sites de busca logo nos permitiu verificar a erupção de um episódio cuja repercussão se revelava na grande quantidade de textos encontrados. A partir de então, um arquivo de todo esse material seria montado (selecionamos a maior quantidade de textos possíveis – artigos de opinião, notícias, comentários de leitores).

Nesse momento, encontramos ainda um ponto de apoio nos trabalhos de Baronas & Cox (2013) e Cavalcanti (2013), pesquisadores que também despertaram para o episódio aqui tratado. Do artigo de Baronas e Cox, sobressai-se a defesa de que o destaque e a aforização de enunciados retirados do livro *Por Uma Vida Melhor* instaura a polêmica na esfera midiática, favorecendo ainda a produção de simulacros. Considerando a importância dessa discussão, recorreremos a ela no capítulo 3 desta dissertação. Embora não façam menção às dimensões do polêmico, esses autores, ao tratarem do processo de produção e circulação de enunciados, apontam, a nosso ver, para a configuração característica dessa polêmica.

⁴ Para além da polêmica em relação ao livro do MEC, pretendíamos tratar também da questão do uso dos estrangeirismos, desencadeada pelo projeto de lei 1646, de autoria de Aldo Rebelo. Mas essa proposta se mostrava demasiadamente ampla. Atendendo a recomendações da banca, resolvemos restringir a nossa análise ao episódio do livro didático.

Cavalcanti, por sua vez, constrói seu quadro teórico-metodológico remetendo brevemente tanto às discussões mais recentes de Maingueneau (2010), quando é introduzida a noção de registro, quanto às discussões sobre identidade discursiva empreendidas em trabalhos anteriores desse teórico, especialmente na obra *Gênese dos discursos*. Em sua análise, embora constata a imbricação das três dimensões do polêmico, a autora prioriza, como ela afirma, a dimensão semântica.

Partindo, portanto, de reflexões despertadas pelos artigos dos autores citados e pelas leituras acumuladas ao longo de nosso percurso, é que vislumbramos a necessidade de desenvolver a presente pesquisa, que se situa, de certa forma, no prolongamento desses trabalhos. Em síntese, na tentativa de articular mais consistentemente aspectos que pudessem explicar o funcionamento de uma polêmica midiática, fomos impulsionados de duas formas: pelo processo de destaque e aforização de enunciados, cuja importância não poderia ser desprezada, e pelas dimensões do que Maingueneau chama de registro polêmico.

Sobre esse último ponto, nosso intuito, de certo modo, é o de explorar, ou melhor, de sistematizar, ainda que timidamente, alguns critérios que possam nortear a análise de cada dimensão. De alguma maneira, a falta de um direcionamento nesse sentido explica, em parte, a nossa insegurança inicial na tomada de determinadas decisões.

No que se refere ainda à leitura dos artigos citados, surgia a necessidade de aprofundar a discussão sobre o funcionamento dos discursos considerados na polêmica, uma vez que notávamos a ausência de uma análise mais detalhada nesse sentido. Já em relação ao porquê de retomar determinado episódio como objeto de estudo, poderíamos relatar, quando questionados no início deste trajeto, do nosso interesse, como pesquisadores, por discursos sobre a língua.

Mas também não se pode negar o fato de que passamos a enxergar, no decorrer das discussões teóricas, que tal episódio perpassa por aspectos diversos associados ao polêmico, permitindo, por exemplo, que questões como o destaque e a aforização de enunciados, ligadas às novas configurações das polêmicas nas mídias, sejam exploradas. Tratar desses e de outros aspectos concernentes ao polêmico é corroborar para o entendimento de um fenômeno que, em razão mesmo de sua recorrência, exerce, qualquer que seja sua natureza e sua importância, funções sociais no espaço democrático (AMOSSY, 2017).

Ao inserir-se nesse cenário, apontamos, nesse sentido, para a relevância de trazer as questões que envolvem a língua para o centro do debate público. Tal relevância deve ser enfatizada, ainda que se possa questionar a forma como o conflito foi instaurado. Conforme veremos mais adiante, o destaque está para a materialização de distintas maneiras de ver a língua, especialmente para a relação entre o que estamos descrevendo como um discurso que

se fundamenta nas proposições de uma ciência linguística e outro que tem a tradição normativista como principal referência.

É preciso reconhecer as bases de cada um desses discursos, levando em conta que cada um deles apoia-se em um conjunto de semas específicos, organizando-se, em outras palavras, por meio de determinados traços. Partindo desse entendimento, devemos considerar que os discursos em questão apresentam um modo de funcionamento próprio, assim como possuem distintas formas de interpretar o seu oponente.

Ao longo das discussões, identificaremos melhor, por exemplo, o perfil dos enunciadores que se encontram imersos nesses discursos, atentando-se para o modo como tal perfil vai sendo construído em oposição ao do adversário. Que esse processo (de constituição do estatuto desses enunciadores) não seja tratado equivocadamente como uma configuração a nível de sujeito individual, uma vez que decorre do sistema de restrições globais que rege os discursos.

O acontecimento sobre o qual nos debruçamos nesta pesquisa parece unir-se a tantos outros, considerando que polêmicas em torno da língua estão longe de ser uma problemática recente. Muito frequentemente, episódios de tamanha envergadura acionam discussões a respeito da temática da variação linguística ou do que se entende por norma – a partir de uma ótica sociolinguística, em especial. Embora não pretendemos revisitar essas questões, no sentido de aprofundá-las, inevitavelmente elas são apresentadas nos textos que iremos analisar.

O que parece instigante em nossa proposta é olhar para esse fenômeno como um todo também sob as lentes de um aporte teórico-metodológico que situe a polêmica no centro da investigação, uma vez que nosso foco passa a ser os simulacros construídos discursivamente em torno das questões que permeiam a língua. Não deixamos de frisar, nesse cenário, o interesse que o estudo do polêmico tem suscitado. Acreditamos ainda que a imersão no campo da análise do discurso demanda uma atenção especial a determinados aspectos em particular, conforme será possível acompanhar ao longo dos capítulos que compõem o presente trabalho.

Sobre a organização desta dissertação: encerrado este capítulo introdutório, discorreremos sobre o tratamento da polêmica nos estudos desenvolvidos por Maingueneau. O capítulo em questão, que intitulamos de *A abordagem de Dominique Maingueneau*, encontra-se dividido em duas partes principais – “Interdiscurso: o Outro na raiz do Mesmo” e “O conceito de registro: situando a polêmica”, em referência direta à ordem em que os conceitos aparecem na obra do teórico francês. Na primeira parte, centramos nossa atenção na problemática da interdiscursividade; já na segunda, apresentamos o conceito de registro e a proposta de abordagem da polêmica em três dimensões.

No terceiro capítulo, *Acontecimento e circulação de enunciados destacados*, enfocamos o acontecimento tratado na presente pesquisa, descrevendo, a partir de algumas matérias jornalísticas, o seu percurso na mídia. Nesse momento, para além de perceber o embate entre posições antagônicas, será possível enxergar os desdobramentos da própria polêmica. Ainda nesse capítulo, discutiremos, embasados em estudo de Baronas e Cox (2013), o processo de destacamento de enunciados, aspecto bastante revelador da polêmica que trataremos neste trabalho, como constataam esses autores.

No quarto capítulo, intitulado *Procedimentos teórico-metodológicos*, empreendemos um desdobramento do quadro teórico apresentado anteriormente, procurando dar conta de outros aspectos que revelam do funcionamento da polêmica, com destaque para as estratégias de integração/desqualificação do adversário e para o processo de construção das identidades discursivas. Após essas considerações, descrevemos ainda o processo de seleção do *corpus*.

O quinto capítulo, *(Des)atando os nós: o funcionamento da polêmica*, é dedicado à análise dos dados. Observaremos, nos excertos analisados, a materialização de dois posicionamentos antagônicos, com destaque para a forma como cada um deles interpreta o seu adversário. Nesse momento, descrevemos especialmente a presença de mecanismos linguísticos e discursivos característicos da polêmica, sempre buscando alinhá-los aos propósitos do trabalho.

Uma reflexão sobre o percurso, com a retomada dos principais pontos da pesquisa, será feita no capítulo que encerra esta dissertação. Nesse momento, faremos ainda, por considerarmos pertinente, uma breve avaliação do aporte teórico e metodológico que serviu como base para as nossas análises. Ao trazer à tona alguns questionamentos surgidos nesses dois anos de pesquisa, apontamos ainda para a necessidade de dar continuidade a algumas discussões.

2 A ABORDAGEM DE DOMINIQUE MAINGUENEAU

Neste capítulo, apresentamos as considerações de Dominique Maingueneau acerca da polêmica. Veremos que, para este teórico, a noção de polêmica associa-se diretamente à questão da identidade dos discursos, a qual, por sua vez, só é compreendida no interior do interdiscurso. Em outros termos, entende-se que a identidade discursiva é construída na relação com o Outro, pressuposto que remete a uma perspectiva de heterogeneidade constitutiva. Essas questões serão discutidas na primeira parte deste capítulo, quando tomamos o livro *Gênese dos discursos* ([1984] 2005) como referência. Essa primeira seção do capítulo guarda muitas relações com uma das dimensões do polêmico que trataremos na seção seguinte – a dimensão semântica, cujo enfoque está justamente na identificação das identidades discursivas que entram em conflito na polêmica. Na caracterização do que Maingueneau (2010) vem chamando mais recentemente de registro polêmico (a polêmica é incluída no rol dos registros de tipo comunicacional), essa dimensão se encontra, como veremos, associada a outras duas, a enunciativa e a genérica, as quais enfocam aspectos diferentes desse tipo de registro.

2.1 Interdiscurso: o Outro na raiz do Mesmo

A polêmica vem sendo objeto de estudo de trabalhos de Maingueneau já há alguns anos. No livro *Gênese dos discursos*, o autor trata dessa temática, com destaque para a sua pesquisa sobre os discursos do humanismo devoto e do jansenismo empreendida nos anos 1970, na qual explora aspectos da ordem semântica dos discursos. Abordando a problemática da interdiscursividade, propõem-se, como umas das hipóteses centrais do livro em questão, o primado do interdiscurso sobre o discurso.

De acordo com o teórico francês, o interdiscurso teria “precedência sobre o discurso”; em vez do último, a unidade de análise seria o espaço de troca entre diversos discursos. Em outras palavras, a identidade se configuraria na relação interdiscursiva, já que os discursos não se constituem de forma independente uns dos outros.

Assevera Maingueneau que a presença do Outro no discurso, fenômeno ligado à heterogeneidade enunciativa, faz com que os linguistas estabeleçam uma distinção entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva. Se a primeira “incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação”, a segunda “aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso” (MAINGUENEAU, 1997, p.75).

Ainda para o teórico, os fenômenos relacionados ao primeiro tipo de heterogeneidade ultrapassam a noção tradicional de citação, assim como a noção, mais linguística, de discurso relatado. Nesse sentido, constituiria tarefa arriscada concentrar-se no levantamento exaustivo das marcas de heterogeneidade, embora alguns mecanismos se mostrem úteis para as análises dos discursos, a saber, a pressuposição, a negação, os discursos direto e indireto, as palavras entre aspas, o metadiscurso do locutor etc.

Cabe salientar que a noção de heterogeneidade enunciativa é desenvolvida por Authier-Revuz, a quem Maingueneau faz referência. Para a autora, a heterogeneidade constitutiva se encontra apoiada em dois pilares: “nos trabalhos que tomam o discurso como produto de interdiscursos”, ou seja, “na problemática do dialogismo bakhtiniano” e “na abordagem de sujeito e de sua relação com a linguagem permitida por Freud e sua releitura por Lacan” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.26).

Quando discorre sobre a hipótese do primado do interdiscurso, o autor de *Gênese* assume, portanto, certa relação com a perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva⁵, caracterizada por amarrar, “em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro⁶”. Adotar tal concepção significa postular que os discursos não se constituem de forma independente, mas sim nas relações que estabelecem com discursos que o precederam ou que o sucederão.

Considerar que o interdiscurso tem precedência sobre o discurso pode acarretar, segundo o teórico francês, duas interpretações, uma fraca e outra forte: na primeira, o estudo da especificidade de um discurso supõe que ele seja posto em relação com outros; na segunda, o interdiscurso é posto como um espaço de regularidade pertinente, do qual diversos discursos são apenas componentes. Como se percebe, a segunda interpretação constitui o cerne de uma relação interdiscursiva, já que aponta também para a própria estruturação identitária dos discursos, que não seria concebida sem a consideração da presença do Outro.

Ainda no modelo em questão, é feito um desdobramento da noção de “interdiscurso”, que passa a abrigar a seguinte tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. O *universo discursivo* é definido como a variedade de formações discursivas interagindo numa mesma conjuntura. Mesmo constituindo um conjunto finito, essa categoria não pode ser

⁵ Sobre esse ponto, esclarece Maingueneau (2005, p.35): “Se, em algum sentido, nosso percurso se inscreve na mesma perspectiva que a de Bakhtin, a de uma ‘heterogeneidade constitutiva’, operaremos, no entanto, em um quadro restrito, atribuindo a essa orientação geral um quadro metodológico e um domínio de validade muito mais precisos”.

⁶ Conforme o autor, esse “Outro” não corresponde ao da teoria lacaniana. Recomenda-se, nesse momento, uma consulta ao capítulo 1 do *Gênese*.

apreendida em sua totalidade; contudo, fornece domínios possíveis de serem estudados: os campos discursivos. Por *campo discursivo*, entende-se um conjunto de formações discursivas em concorrência (confronto aberto, aliança, neutralidade aparente etc) que se delimitam de forma mútua em determinada região do universo discursivo. Por fim, dentro dessa segunda categoria, é possível isolar *espaços discursivos*, ou seja, subconjuntos de formações discursivas julgadas relevantes pelo analista em razão de seus propósitos de pesquisa.

A partir da exemplificação de espaço discursivo apresentado por Maingueneau (2005), temos que os dois discursos – o humanista devoto e o jansenista – traduzem os enunciados de seu Outro por meio de uma construção de simulacros. Acrescenta posteriormente o autor que “antes que se constituísse o discurso jansenista, quando o humanismo devoto se encontrava num espaço discursivo diferente, seu lugar já estava inscrito no universo semântico de seu futuro adversário” (MAINGUENEAU, 2005, p.109).

Fundamentalmente, nesse modelo, defende-se que a maneira como os discursos polemizam encontra-se regida por uma semântica dos discursos. A polêmica seria necessária, porque, na relação com o Outro, é construída a própria identidade dos discursos, de modo que, para obter reconhecimento, o discurso precisa responder às objeções, mostrando assim que não é invulnerável.

Uma noção que se mostra pertinente, nessa conjuntura, é a de **competência discursiva**, apresentada no segundo capítulo do Gênese dos discursos. Essa noção diz respeito a um conhecimento tácito que permite ao sujeito tanto reconhecer aqueles enunciados que fazem parte de sua própria formação discursiva como também o torna capaz de produzir uma quantidade ilimitada de enunciados novos atinentes a essa mesma formação discursiva.

A noção de competência discursiva, contudo, é reformulada para dar conta da dimensão interdiscursiva, que não pode ser desprezada. É dessa forma que passará a designar então as capacidades de “reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados da ou das formação (ões) do espaço discursivo que constitui (em) seu Outro” e “de interpretar, de traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições” (MAINGUENEAU, 2005, p. 57).

No modelo proposto, essa competência interdiscursiva encontra-se atrelada a um sistema de restrições semânticas globais. Quando se fala de uma semântica de caráter global, é preciso considerar, conforme estabelece Maingueneau, uma integração entre os múltiplos planos do discurso (a intertextualidade, o vocabulário, os temas, o modo de enunciação...), tendo em vista ser demasiadamente problemático distinguir um plano específico no qual o essencial da especificidade de um discurso estaria condensado.

De fato, é a integração desses diversos planos da discursividade que irá estabelecer a identidade de cada discurso. Essa identidade a qual estamos aludindo, vale destacar, é definida no interior de um processo de interincompreensão generalizada, levando em conta que tal processo torna possível o estabelecimento de diversas posições enunciativas.

Nesse contexto, prevalece a hipótese de que “não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua formação discursiva e de ‘não compreender’ o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno” (MAINGUENEAU, 2005, p. 103). Sustenta-se que o conflito se inscreve nas próprias condições de possibilidade dos discursos, não sendo algo inserido ou acrescentado do exterior.

Em suma, sendo delimitado por uma “grade semântica”, cada discurso interpreta os enunciados de seu Outro a partir da construção de simulacros. Esses enunciados serão traduzidos em duas categorias de registros: os semas positivos e os semas negativos. Os primeiros relacionam-se aos semas reivindicados; já os segundos, aos semas rejeitados. Ao discurso que se encontra na posição de tradutor, o autor nomeia de *discurso-agente* e, para o que é traduzido, propõe a denominação de *discurso-paciente*, destacando ainda que a atividade de tradução, por definição, é exercida em proveito do primeiro, ou seja, do *discurso-agente*.

Nessa perspectiva, a noção de tradução é entendida em um sentido bastante particular, pois não se trata de tradução interlinguística, como se traduzíssemos enunciados de um idioma para outro. Trabalhar com essa concepção seria restringir o uso do próprio termo, se considerarmos a existência de zonas de *interincompreensão* recíproca no interior de uma mesma língua. Sobre esse ponto, concernente à noção de tradução, vale a pena reproduzirmos o esclarecimento que segue.

Não há nenhuma razão para limitar o uso desse termo à opacidade entre línguas naturais distintas: no interior de uma mesma língua, existem por toda parte zonas de interincompreensão recíproca, e, por pouco que elas constituam sistema, pode-se pensá-las em termos de “discurso” e de “tradução”. Definimos assim regras de passagem de uma interpretação a outra, sem tocar na estabilidade do significante linguístico. Projeto que não passa, no fundo, de uma conceptualização dos dizeres da sabedoria das nações, que costuma falar de “diálogo de surdos” ou afirmar de adversários que eles “não falam a mesma língua”. Pentecostes pervertido, no qual cada um entende os enunciados do Outro na sua própria língua, embora no interior do mesmo idioma (MAINGUENEAU, 2005, p. 104).

Ressalta o teórico que o componente de tradução e os sistemas de restrições de cada discurso são faces de um mesmo funcionamento. O emprego da expressão “na sua própria língua”, acima, pode ser lido, portanto, como “de acordo com seu próprio sistema de restrições semânticos”.

Considerando o modelo esboçado para o campo religioso, constata-se que o enunciador humanista devoto (na posição de discurso-agente) traduzirá os semas positivos de seu Outro a partir do registro negativo do seu próprio sistema. Desse modo, /Consistência/ e /Verticalidade/, semas valorizados pelo discurso jansenista, serão traduzidos pelo enunciador humanista devoto como /Dureza/ e /Tirania/, respectivamente.

Maingueneau mostra ainda que cada formação discursiva possui sua própria forma de interpretar seu Outro. No caso do sistema humanista devoto, que estamos recorrendo novamente como exemplo, ele não se limitará unicamente a excluir o registro positivo do seu adversário; tenderá também, além disso, a integrá-lo, procurando fazer dele um dos elementos constituintes de uma “Ordem”. Entretanto, em razão de reivindicar o monopólio enunciativo, o discurso jansenista se recusa a aceitar a operação de integração proposta, ou seja, o simulacro que dele é feito pelo sistema humanista devoto.

Em se tratando da polêmica, cabe ainda uma última observação no que diz respeito a suas formas de manifestação. Maingueneau, embora defenda a natureza constitutiva da polêmica, relacionando-a ao processo de construção identitária dos discursos, propõe que se faça uma distinção entre um nível dialógico, em termos de uma interação constitutiva, e um nível propriamente polêmico, ligado à heterogeneidade mostrada. Suas palavras são reveladoras nesse sentido, como se lê no trecho a seguir, no qual o teórico apresenta dois níveis de apreensão do polêmico: “distinguiremos um nível dialógico, o da interação constitutiva, e um nível polêmico, que (...) se responsabiliza pela heterogeneidade ‘mostrada’, a citação, no sentido amplo” (MAINGUENEAU, 2005, p. 112).

É curioso que, em outros trabalhos, o teórico já sinalize para uma relação entre polêmica e heterogeneidade enunciativa. Em algumas de suas obras, o autor tem discutido essas marcas de heterogeneidade retomando conceitos desenvolvidos por Oswald Ducrot. Na obra “Novas tendências em análise do discurso”, por exemplo, o teórico parte da noção de polifonia. Como se sabe, tal noção contesta a tese da unicidade do sujeito falante ao estabelecer uma distinção elementar entre enunciadores e locutores. Basicamente, o locutor se apresenta como o personagem responsável pelo enunciado, não necessariamente o seu produtor físico, ao passo que o enunciador se relaciona às posições que no enunciado são postas em cena por esse mesmo locutor.

No que tange ao nível polêmico “mostrado”, supõe-se que seu estudo pode ser extremamente relevante para a Análise do discurso, uma vez que são considerados assuntos de controvérsia. Todavia, percebe-se também, evidentemente, que não se alega uma separação radical entre os dois níveis de apreensão do polêmico mencionados. Ora, parece que tal

distinção irá se refletir – ela se espraia – na proposição das três dimensões do polêmico apresentadas posteriormente pelo teórico, especialmente no que se intitula de dimensão enunciativa e dimensão semântica.

Sobre essas dimensões, daremos mais detalhes na sequência, quando introduzida a próxima seção. Se até aqui a polêmica foi abordada em um quadro mais “amplo”, referente à problemática da interdiscursividade, na próxima seção, ela será integrada a um tipo de unidade específica com a qual trabalham os analistas do discurso – os registros. Como se pode facilmente atestar, são essas questões que têm despertado o interesse de Maingueneau em seus trabalhos mais recentes.

2.2 O conceito de registro: situando a polêmica

O universo do discurso, assevera Maingueneau (2015), não escapa a categorizações. As categorias que interessam a este teórico e a esta pesquisa a partir de agora têm a ver com as unidades com as quais trabalham os analistas do discurso. Pensemos, inicialmente, sobre o funcionamento de um tipo de unidade em particular – os gêneros de discurso. Os gêneros são categorias que podem ser submetidas, conforme os objetivos de pesquisa, a diversos modos de agrupamento⁷. Em um primeiro momento, é a relação com os diversos “tipos de discurso” que se costuma enfatizar.

Quando se fala, por exemplo, de discurso administrativo, publicitário, religioso, deve-se pensar que cada um desses “tipos de discurso” é constituído por um conjunto de gêneros, associados a um setor de atividade específico. Soma-se a essas divisões por setores de atividade, outra que procura integrar os gêneros a um dado posicionamento, no interior de um campo discursivo determinado – um panfleto político de esquerda. Pode-se pensar ainda no conjunto de gêneros produzidos em lugares de atividade determinados (no hospital, por exemplo... na prefeitura, na escola).

Buscando sistematizar tais questões, Maingueneau sustenta que a categoria dos gêneros de discurso pode ser inserida em três modos de agrupamento, a saber, a esfera de atividade, o campo discursivo e o lugar de atividade. Contudo, devemos atentar para o fato de que nem todas as categorias seguem essa lógica/regra (dos gêneros), já que os critérios utilizados para caracterizar as atividades discursivas não são os mesmos.

⁷ Ao tratar das unidades da análise do discurso, Maingueneau (2015, p.66) estabelece uma distinção entre dois grandes tipos: as unidades tópicas, “de alguma forma dadas, pré-recortadas pelas práticas sociais”, e as unidades não tópicas, “construídas pelos pesquisadores”. Por ora, fiquemos com essa distinção básica, ainda que o assunto provoque discussões mais aprofundadas.

Maingueneau destaca, nesse sentido, alguns exemplos de categorias constantemente utilizadas pelas análises do discurso (discurso escrito/oral, registro cômico, discurso polêmico, discurso didático, tom lírico, trágico, estilo popular), que, conforme seu entendimento, “poderiam ser consideradas como não tópicas e para as quais a terminologia é flutuante”. A essas categorias, “que atravessam uma multidão de gêneros de discurso” e “que não se deixam fechar nas fronteiras de uma esfera de atividade ou de um campo” (MAINGUENEAU, 2015, p.101), o teórico designará o termo *registro*.

Esse termo, que já havia sido utilizado por Maingueneau (2005) em artigo intitulado “L’analyse du discours et ses frontières”, deve ser associado, portanto, a um tipo de unidade com a qual trabalha o analista do discurso. Em um primeiro momento, devemos enfatizar que os parâmetros que podem ser levados em conta para caracterizar tais unidades são bastante heterogêneos, especialmente no que se refere aos registros de ordem comunicacional, que apresentam maiores dificuldades de classificação para o pesquisador⁸. É justamente nesse contexto que se encontra inserida a polêmica, um tipo de registro comunicacional que estrutura o debate público, conforme salienta Maingueneau (2015).

Na caracterização desse tipo de registro, muitos aspectos podem ser levados em conta, cabendo ao analista selecionar aqueles que mais diretamente se associam aos seus propósitos de pesquisa. Em determinado nível, a polêmica é caracterizada tomando como referência certas marcas enunciativas e atos de fala que seriam típicos de enfrentamentos verbais. Em outro, é a sua inseparabilidade das práticas discursivas que se costuma enfatizar.

Contudo, esses aspectos parecem não ser o bastante, já que a polêmica supõe também que a identidade de um posicionamento seja ameaçada. Maingueneau resume os aspectos evocados em três dimensões possíveis de abordagem do registro polêmico – a enunciativa, a genérica e a semântica. Um detalhamento dessas três dimensões pode ser encontrado no texto “Registro: as três facetas do polêmico”. É a ele que recorreremos na sequência para caracterizar essas dimensões com mais detalhes.

⁸ O autor chama também a atenção para registros que se apoiam em critérios linguísticos e funcionais. Os registros definidos com base em critérios linguísticos podem ser de ordem enunciativa, como a tipologia proposta por Émile Benveniste entre história e discurso. Haveria ainda tipologias baseadas em estruturas textuais (a exemplo das sequências de Jean-Michel Adam) ou na associação estatística de marcas linguísticas. Quanto aos de base funcionais, teríamos, seguindo o já conhecido modelo das funções de Jakobson, as tipologias que “tentam classificar os textos relacionando-os a diversas funções de ordem psicossociológica: lúdico, informativo, prescritivo, ritual...” (MAINGUENEAU, 2010, p.189).

2.2.1 A dimensão enunciativa

A dimensão *enunciativa*, tida como a mais imediata, recobre tanto as marcas enunciativas quanto a força ilocucional da enunciação. O polêmico é caracterizado como um tom, que pode ser reconhecido por traços localizados em diversos planos. Ao voltar a atenção para os traços, responsáveis em alguma medida pela agressividade e veemência que envolvem o polêmico, cita-se, inicialmente, os marcadores do discurso (“entretanto”, “certamente”, “mas”...) que favorecem o processo de refutação.

Contudo, trabalhar com a localização dessas marcas não parece ser uma tarefa simples, principalmente se o objetivo é não ficar restrito às negações polêmicas, às apóstrofes, às injúrias e, de forma mais ampla, aos termos avaliadores, ou seja, aos fenômenos mais correntes. Além disso, “por pouco que se considerem os fenômenos polifônicos, como a citação ou a ironia, e os esquemas argumentativos nos quais eles são mobilizados, a localização das marcas torna-se particularmente delicada” (MAINGUENEAU, 2010, p.191). De modo a reforçar esse raciocínio, o autor reconhece ainda uma tensão entre “registro polêmico” e “texto com intenção polêmica” ao sustentar que a desqualificação de um adversário não pressupõe obrigatoriamente a exibição de traços de polemicidade.

Poderíamos estabelecer, nesse sentido, um *continuum*, ao admitir que a desqualificação do adversário assume as mais distintas nuances, podendo enveredar por uma forma mais “padrão”, cuja identificação se daria a partir de marcadores linguísticos, como por outra menos visível a nível da superfície textual. Diante dessas questões, propõe-se que o texto polêmico seja estudado em seus múltiplos planos, concedendo uma importância bem relativa aos traços linguísticos que o caracterizam.

É justamente nesse ponto que o dispositivo pragmático exerce uma importante função, uma vez que, para além das marcas enunciativas, não se pode descartar uma relação entre lugares, papéis, normas etc. Maingueneau nos alerta, nesse momento, para o reconhecimento de uma dimensão teatral da enunciação polêmica. De modo mais preciso, essa dimensão associa-se à existência de “certa encenação da atividade discursiva”, em que se farão presentes os atores que irão representar os adversários no âmbito do debate.

Como parte de tal dimensão, é destacada a figura de um terceiro espectador, caracterizado como uma instância responsável por assumir as normas que estão subjacentes ao debate, a exemplo do bom senso e dos valores democráticos. A figura do terceiro espectador da qual fala o teórico exerce importância fundamental, uma vez que um dos propósitos dos atores é fazer com que haja uma mobilização em prol de valores que estariam sendo postos em risco

pelo adversário.

Conforme veremos mais adiante, um caso de alusão a esses valores ocorre quando o enunciator-jornalista afirma que o livro didático representaria uma ameaça à educação e ao “bom uso da língua”, princípios, enfim, com os quais o público do veículo jornalístico se identifica. Basicamente, a alusão a esses valores acaba por reforçar o posicionamento que se está defendendo.

Dois outros aspectos ligados à enunciação polêmica, a dinâmica das trocas e a questão da oralidade, são também discutidos pelo teórico. O primeiro desses aspectos evidencia que, de forma frequente, “só há polêmica retrospectivamente, quando um segundo locutor – tendo ouvido ou lido um enunciado – julga que há algo a responder, provocando, por sua vez, outras respostas” (MAINGUENEAU, 2010, p.192). O segundo aspecto diz respeito a uma tensão que se estabelece, na enunciação polêmica, entre escrita e oralidade, tendo em vista que o embate com um adversário intensifica as marcas de oralidade.

2.2.2 A dimensão genérica

Na dimensão *genérica*, por sua vez, estudar o polêmico é considerar as práticas discursivas efetivas por meio das quais ele se realiza. O texto polêmico supõe um quadro comunicacional, um gênero atrelado a um suporte e a lugares de difusão. Nesse contexto, não se pode negar ainda uma relação tensa entre polêmica e genericidade. Essa relação encontra-se evidenciada pelo “fato de que o polêmico se localiza em muitos ‘registros’, que, por sua natureza, não se deixam encerrar em gêneros (MAINGUENEAU, 2010, p.193).

Exemplifica Maingueneau, nesse sentido, que gêneros não explicitamente polêmicos, a exemplo de um romance ou de uma peça de teatro, podem apresentar passagens consideradas polêmicas. Na verdade, o interesse central do teórico recai sobre o modo como determinada sociedade, em um lugar e em um momento dados, dispõe os conflitos que dizem respeito a uma coletividade. Assim, é digno de atenção, por exemplo, o fato de os conflitos religiosos já não constituírem mais o núcleo dos debates públicos, da mesma forma como vinha ocorrendo em séculos anteriores. É também comum, nos dias atuais, que os debates políticos passem a circular em *blogs*, algo permitido, evidentemente, apenas com o advento das comunidades virtuais.

Observamos que existe uma preocupação em demarcar, nessa dimensão, certa ancoragem temporal da polêmica, que não pode ser desvinculada de determinadas condições de produção. A propósito, os exemplos citados pelo teórico parecem reforçar a necessidade de

se levar em conta os fatores que favorecem a emergência de determinadas controvérsias. Nessa perspectiva, quando se trata da configuração característica do polêmico, parte-se de um exame bastante minucioso, conforme apresentado a seguir.

O polêmico, para um espaço histórico dado, desenha uma configuração característica: sobre o que se polemiza (sobre a graça de Deus ou sobre o véu islâmico? sobre o estilo de Flaubert ou sobre a pornografia?...)? quem polemiza? em quais suportes? passando por quais circuitos? etc. Sabe-se que existem momentos privilegiados para as polémicas. Sob o Antigo Regime, do século XVI ao século XVIII, viu-se emergirem diversos conjuntos de controvérsias político-religiosas, indissociáveis de diversos regimes de clandestinidade. Por sua vez, a violência da “fala panfletaria”, estudada por Angenot, é inseparável das condições de existência da imprensa escrita do final do século XIX (MAINGUENEAU, 2010, p.194).

O teórico enfatiza ainda que a mídia tem construído novos tipos de polêmica, especialmente a televisão, que ordena, em formato de folhetim, diálogos que sequer ocorreram. Ao mesmo tempo, haveria uma mudança na dimensão das unidades, que passariam de textos inteiros para pequenas frases. Assim, uma determinada frase, destacada e aforizada por um jornalista, “é apresentada como dirigida contra tal ou qual pessoa, a quem, por sua vez, se atribuem como resposta outras aforizações, que alimentam as reações de outros atores do campo político-midiático” (MAINGUENEAU, 2010, p. 194).

É no livro “Frases sem texto” (2014) que o teórico propõe uma discussão mais detalhada a respeito dos diversos aspectos que cercam essas frases. Na verdade, o propósito central consiste em explicar os critérios que permitem agrupar essas unidades em diferentes categorias. Os exemplos discutidos pelo teórico englobam de enunciados proverbiais a pequenas frases políticas que circulam no espaço midiático.

Sobre a relação entre essas unidades e a produção de polémicas, reitera-se, no livro em questão, que pode ocorrer de a mídia “construir polémicas entre ‘pequenas frases’, obrigando os ‘atores reais’ a participarem de um debate entre enunciados que não tenham sido produzidos como aforizações” (MAINGUENEAU, 2014, p.104). Ao longo da presente pesquisa, damos indícios das implicações desse trabalho midiático.

2.2.3 A dimensão semântica

Até o momento, foi possível perceber que cada dimensão elege um enfoque específico. Em se tratando da dimensão genérica, esse enfoque recai sobre as práticas discursivas; no caso da dimensão enunciativa, sobre as marcas e o dispositivo pragmático. Com a dimensão

semântica, tida como a menos evidente, não poderia ser diferente, tendo em vista que esta estará mais preocupada com as identidades envolvidas no conflito.

De forma curiosa, é justamente nessa dimensão que é possível vislumbrar o estatuto singular do polêmico em relação a outros tipos de registro, tais como o trágico e o lírico. Isso porque o polêmico, de forma distinta desses registros, pressupõe que a fronteira pela qual se define uma identidade discursiva seja ameaçada.

Em outras palavras, sujeitos precisam perceber certos enunciados como intoleráveis do ponto de vista do lugar que ocupam, de modo que passem a entrar em conflito com a fonte provável de tais enunciados. Na sequência, cabe ao analista estabelecer hipóteses concernentes à discursividade, ao interdiscurso e à fronteira constitutiva da identidade.

Por conseguinte, compete a este indagar se a relação com o Outro é constitutiva ou não da identidade do posicionamento. Em caso afirmativo, compreende-se que as modalidades do polêmico variam de acordo com os posicionamentos apresentados, uma vez que determinados posicionamentos se mostram mais propícios a produzirem textos polêmicos do que outros.

Ao assumir que a relação com o adversário é constitutiva, o analista concentrará o seu interesse no modo como os diversos posicionamentos se instituem no interdiscurso. No que concerne a esses aspectos, Maingueneau faz referência ao seu livro *Gênese dos discursos*⁹, no qual procura associar polêmica e identidade ao analisar a controvérsia entre o jansenismo e o humanismo devoto.

A análise empreendida pelo teórico é ilustrada a partir da elaboração de um modelo de oposições semânticas. Em resumo, a elaboração desse modelo consiste no estabelecimento de um conjunto de semas, obtidos a partir de análise pormenorizada de um *corpus* de referência. No caso dos exemplos ilustrados em *Gênese*, os semas resultam da aplicação de uma operação específica a um conjunto de eixos semânticos primitivos. Para tanto, considera-se não o discurso em si, mas o espaço discursivo no qual este é integrado.

2.3 Considerações sobre o percurso das dimensões

Depois de apresentada a noção de registro polêmico e caracterizada as três dimensões por meio das quais tal registro pode ser abordado, uma questão merece ainda ser melhor explanada: como os aspectos de cada uma dessas dimensões serão considerados – ou seja, se farão presentes - nesta pesquisa? Esse questionamento, embora tenha se colocado diversas vezes durante a realização da pesquisa (inclusive motivado a elaboração de um quadro-síntese

⁹ O autor remete ainda aos trabalhos de Dominique Garand, que manifestam um viés mais antropológico.

- ainda que um esboço não levado adiante), só agora é devidamente problematizado.

Mas antes de apresentar qualquer resposta a esse questionamento, parece-nos necessário remeter ao quadro mais amplo em que nos inserimos. Para utilizar as palavras presentes no capítulo de introdução do *Gênese*, diríamos que “nos situaremos no lugar em que vêm articular-se um funcionamento discursivo e sua inscrição histórica, procurando pensar as condições de uma ‘enunciabilidade’ possível de circunscrever historicamente” (MAINGUENEAU, 2005, p.17).

Conforme o posicionamento teórico que assumimos ao longo de nossa investigação, é preciso levar em conta a relevância tanto das condições históricas quanto dos aspectos linguísticos quando se pretende analisar a constituição dos discursos. Como bem resume Silva (2004, p. 56), “fazer análise do discurso é, entre outras coisas, levar em consideração, além das estruturas linguísticas, as relações sociais e históricas que favorecem a gênese e o funcionamento dos discursos existentes em nossa sociedade”.

Ao estabelecer uma relação com os objetivos que norteiam este trabalho, concluímos que assumir tal posição acarreta determinadas implicações de cunho teórico-metodológico para a análise da polêmica. Nesse sentido, pode-se dizer que a AD é levada a não se contentar com análises muito restritivas do polêmico, especialmente quando essas análises evidenciem pouco caso aos diferentes fatores implicados no funcionamento desse fenômeno.

Para as delimitações do presente trabalho, estamos partindo da consideração de que as três dimensões do polêmico descritas tocam em questões que não podem passar despercebidas pela analista. Na verdade, elas se combinam na etapa de análise, revelando toda a complexidade que envolve a polêmica. Uma vez que essas três dimensões mobilizam aspectos que podem nortear e dar suporte ao trabalho do analista, caberá a este realizar ainda alguns movimentos a fim de dar conta de seus objetivos de pesquisa.

Como já adiantado, o primeiro movimento que realizamos nesse sentido foi elaborar uma espécie de quadro-síntese no qual pudéssemos registrar critérios relacionados a cada uma dessas dimensões. Na semântica, por exemplo, listamos algumas categorias que poderiam ser úteis aos nossos propósitos teórico-metodológicos, com destaque para as noções de interdiscurso, competência discursiva, posicionamento, simulacro e semântica global. Na enunciativa, por sua vez, inserimos os traços linguísticos característicos do enfrentamento verbal, especialmente aqueles que apareciam com mais frequência no *corpus* de análise.

Reconhecemos que durante a elaboração desse quadro a nossa maior preocupação estava centrada no risco de simplificação. Considerando os questionamentos a que estaria sujeita a proposta, precisaríamos ter um certo cuidado para não parecer negligenciar um princípio básico,

a saber, o do indissociabilidade entre as dimensões.

A propósito, conforme o pensamento que sustenta um outro princípio, o da Semântica Global, prevalece a defesa de que o discurso deve ser apreendido justamente na integração de seus vários planos constitutivos, sem que entre eles seja estabelecido algum grau de hierarquia. Levando isso em conta, esperamos, portanto, que as questões levantadas na sequência não sejam interpretadas de maneira equivocada, uma vez que não é nossa pretensão propor qualquer espécie de divisão que seja contrária aos princípios teóricos apresentados neste trabalho.

Sendo assim, na tentativa de responder à pergunta feita no primeiro parágrafo, optamos por estabelecer um caminho em fosse possível de alguma forma percorrer os capítulos apresentados ao longo do trabalho. Acreditamos que esse pode ser um caminho interessante com vistas a recuperar o próprio percurso das dimensões, associando-as aos movimentos da pesquisa. Essa operação permite-nos adiantar (assim como também problematizar) determinados aspectos que consideramos ser relevantes.

No próximo capítulo, que remete a questões suscitadas pela dimensão genérica, faremos, por exemplo, um estudo mais detalhado do acontecimento, por meio do qual será possível observar que o conflito analisado revela problemáticas que acendem o debate público. O episódio do livro com supostos erros de português, como conhecido, fez parte da paisagem midiática ao longo dos primeiros meses do segundo semestre de 2011, tornando-se certamente um dos momentos em que as discussões em torno da língua e de seu ensino mais permaneceram em evidência.

Importante salientar que é especialmente no espaço midiático que esses discursos são produzidos e difundidos. Inclusive, esse espaço tem servido já há algum tempo como difusor de determinadas concepções de língua vigentes no senso comum. Observaremos que a temática do conflito gira em torno do ensino-aprendizagem da língua, mas também suscita outras discussões mais amplas que abarcam o contexto político da época. Como veremos, o próprio Governo Federal e o Ministério da Educação são alvos de críticas.

Nesse cenário, impossível ignorar o modo como diferentes sujeitos tomam partido, envoltos, digamos, por determinadas concepções de língua compartilhadas pelo grupo ou comunidade da qual fazem parte. Para alguns desses sujeitos, mais precisamente aqueles ancorados em uma perspectiva tradicional de ensino de língua, é inconcebível que um livro didático trate de outras normas que não seja a culta.

A fim de verificar a reação desencadeada por um dos capítulos do livro, que trata do fenômeno da concordância na norma popular, recorreremos a algumas matérias jornalísticas, de onde provêm distintos sentidos em torno da língua. Embora alguns dos textos tenham sido

também disponibilizados na modalidade impressa, partimos de um conjunto de textos disponibilizados na *internet*. Esse primeiro recorte é apenas uma amostra de um conflito que mobilizou diferentes “mídiuns”, suscitando reações diversas.

Nessa conjuntura, parece pertinente dar ênfase a questões diretamente relacionadas à prática jornalística. Ao sondar tal prática, começamos a adentrar ainda mais o cenário em que a polêmica vai sendo construída. Desde o início, assumimos que o modo como se dá a cobertura das informações pelos veículos de imprensa contribui consideravelmente para a construção da opinião pública. Estamos falando da disseminação de notícias em jornais que têm grande audiência, que alcançam um público bastante considerável.

É esse contexto de esfera midiática que nos oferece a oportunidade de analisar o processo de recontextualização e retextualização de eventos. Ora, o acesso ao livro por grande parte dos telespectadores/leitores se dá a partir do modo como ele é apresentado pela mídia, que seleciona e recorta os enunciados, fazendo-os circular em outras cenas. Acreditamos que uma questão a ser problematizada consiste em interrogar sobre as consequências que tal prática pode acarretar, considerando que, quando transportado para outras cenas, o texto fonte é submetido a alterações.

Deve-se levar em conta, portanto, as implicações dessa leitura midiática na projeção de determinados acontecimentos. Sabemos que o sujeito jornalista assume um importante papel nesse processo, conferindo, ao fato descrito, certa grandiosidade capaz de chamar a atenção para o problema relatado, com vistas a alcançar determinados efeitos em seu público leitor, com o qual compartilha valores.

Nesse sentido, o próprio ato de destacar enunciados já constitui um trabalho interpretativo sobre os dados, com potencial de depreciar a imagem do oponente. Trata-se, em outras palavras, de uma leitura que é atravessada pelo conjunto de crenças e emoções que atravessam o discurso do sujeito jornalista. Esse trabalho de interpretação está relacionado, como bem reforça Possenti (2011a, p.42) ao fato de “um enunciadador ‘submetido’ a um posicionamento compreender (ou não) os enunciados proferidos segundo as regras ou a semântica de outro”.

É justamente em busca desses posicionamentos que adentramos na dimensão semântica da polêmica. Um olhar que se atém ao modo como se dá a relação entre os posicionamentos constitui tarefa indispensável. De fato, é uma etapa importante aprofundar a discussão sobre o funcionamento dos discursos considerados, atentando-se para as identidades que estão em disputa na polêmica.

No caso de nosso espaço discursivo, direcionamos a investigação para aquilo que pode

ser dito a respeito da língua a partir de determinado posicionamento. Embora não cheguemos a construir, como fazem outros trabalhos citados nesta dissertação, submodelos semânticos detalhados para os posicionamentos analisados, procuramos, contudo, fazer uma discussão dos planos discursivos que marcam os limites de cada identidade, a exemplo do vocabulário, do estatuto do enunciador e do modo de enunciação.

Cabe reforçar que o recorte de nosso espaço discursivo leva em conta a constante relação de um discurso com seu outro, enfocando especialmente os modos de integração do adversário. Para ser mais preciso, procuramos observar os procedimentos linguístico-discursivos utilizados para desqualificar o oponente. Uma descrição de alguns desses procedimentos, que marcam os embates discursivos (e que também nos faz remeter a certa dimensão enunciativa do polêmico), será feita no capítulo 4 desta dissertação.

Nesse capítulo, procuramos afinar as discussões de cunho teórico-metodológico já sinalizadas. Embora seja feita, por exemplo, uma apresentação de algumas estratégias de integração/desqualificação do oponente, acreditamos ser somente no momento da análise dos dados que elas assumem contornos mais bem definidos. Dito de outra forma, mesmo que possamos trabalhar com uma lista de procedimentos dados *a priori*, será no espaço discursivo que eles serão revelados.

Deve-se considerar também, seguindo essa linha de raciocínio, que cada discurso “elabora” suas próprias estratégias. E esse fenômeno, certamente, guarda relações com a noção de competência discursiva. Mas antes de chegar a essas questões e detalhar com maior precisão nosso traçado teórico-metodológico, acreditamos que uma caracterização das condições em que a polêmica foi deflagrada pode ajudar a compreender seus desdobramentos posteriores. Dito isso, passemos então ao próximo capítulo, dedicado à apresentação do acontecimento discursivo e de seu percurso midiático.

3 ACONTECIMENTO E CIRCULAÇÃO DE ENUNCIADOS DESTACADOS

Quando tivemos contato com os textos referentes ao episódio detalhado na presente seção, ainda estávamos pouco familiarizados com a análise do discurso. Este capítulo, inicialmente reservado para tratar da questão da norma linguística, surge, portanto, de uma inquietação, que revela uma necessidade maior de se olhar sob o prisma da AD a problemática a se investigar. Ao final, essa necessidade seria impulsionada por uma das dimensões do polêmico descritas no capítulo anterior, partindo de questões como: sobre o que se polemiza? quem polemiza? em quais suportes? passando por quais circuitos?

Evidentemente, as questões que envolvem a língua suscitam o debate público. Esse debate será aqui materializado no confronto entre discursos favoráveis e contrários à aprovação de um livro didático. O posicionamento dos enunciadores (jornalistas, autores, ministro da educação, gramático, procuradora da república etc) que sustentam esses discursos será recuperado em matérias publicadas em veículos de considerável projeção, tais como *Veja*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Veremos que essas matérias acabam por revelar o percurso de um acontecimento midiático, que começa a ganhar força ao longo do mês de maio, mobilizando a produção de notícias, entrevistas, reportagens, artigos de opinião etc.

É nesse cenário que os diversos textos são, portanto, postos a dialogar. De um lado, há o grupo dos que alegam que o livro faz uma defesa do erro; do outro, o grupo dos que consideram que este fora mal interpretado, que os críticos se pautaram em algumas frases retiradas de seu contexto de origem. Esse último ponto, em particular, aponta para um aspecto concernente ao regime de produção e de circulação de enunciados, que muito revela das configurações das polêmicas atuais, a saber, o processo de destacamento de enunciados. Considerando esses aspectos, e embasados em leituras prévias¹⁰, julgamos necessário recorrer, na última parte deste capítulo, ao fenômeno da aforização de enunciados. São, pois, essas questões que discutiremos na sequência.

3.1 Em torno do acontecimento

Em maio de 2011, proliferou-se na mídia uma variedade de discursos acerca do livro didático de língua portuguesa *Por uma Vida Melhor*. O núcleo de todo o debate girava em torno de um suposto erro de concordância apresentado e validado pelo material em uma de suas

¹⁰ Estamos considerando especialmente o artigo de Baronas e Cox (2013) intitulado “Por uma vida melhor na mídia: discurso, aforização e polêmica”, além de Maingueneau (2008a, 2010, 2012).

passagens. Por uma Vida Melhor foi aprovado pelo Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) e distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) a escolas da rede pública.

Produzido pela Organização Não Governamental Ação Educativa, o livro, assinado por um grupo de professores, é voltado para a Educação de Jovens e Adultos e faz parte da coleção *Viver, Aprender*. Para compreendermos de modo mais consistente o cenário em que o acontecimento foi gestado, uma contextualização do capítulo 1 da obra, de onde foram retiradas as supostas frases com erros, faz-se necessária.

No capítulo 1, intitulado “Escrever é diferente de falar”, os autores tratam de uma diversidade de aspectos que envolvem o aprendizado da escrita. Enfatizam que durante esse aprendizado, descrito como formal, é comum que surjam dúvidas em relação à grafia das palavras, à pontuação, ao emprego de maiúsculas etc. Além de exercitar determinadas características da linguagem escrita, o capítulo é direcionado, segundo os próprios autores, ao estudo da norma culta, caracterizada como uma variedade da língua portuguesa. É no sentido de entender o que é a norma culta e qual a sua importância que outros conceitos vão sendo apresentados na obra.

Levando em conta que não há uma única forma de falar e escrever, não se omite o fato de que a língua portuguesa possui muitas variantes, todas elas eficazes como meio de comunicação. A partir do aporte da sociolinguística, são levantadas as diferenças entre as variedades culta e popular. A primeira estaria ligada às classes sociais mais escolarizadas, de maior prestígio, o que motivaria um certo preconceito social em relação à segunda, associada, por outro lado, às classes sociais que têm menos escolarização.

De acordo com os autores, tal “preconceito não é de razão linguística, mas social. Por isso, um falante deve dominar as diversas variantes porque cada uma tem seu lugar na comunicação cotidiana”. Completam ainda, na sequência, que “a escola deve se preocupar em apresentar a norma culta aos estudantes, para que eles tenham mais uma variedade à sua disposição, a fim de empregá-la quando for necessário”.

Ao longo do capítulo, constata-se algumas atividades e seções que tratam de tópicos gramaticais (o emprego do ponto, o emprego de alguns pronomes, sílaba e acento gráfico). Contudo, o que desencadeou toda a repercussão nos meios midiáticos foi uma seção, exibida entre as páginas 14-16 do material, cujo foco é a discussão da concordância entre as palavras. Após mostrarem, nessa seção, como se dá a concordância na norma culta, os autores trazem exemplos que ilustram como ocorre a concordância na norma popular, aquela que provavelmente os alunos do EJA estão mais familiarizados. Ao apresentar a frase “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”, os autores explicam que, na norma popular, para

designar mais de um referente, basta que o primeiro termo (os) esteja no plural.

Em seguida, e após responderem afirmativamente a um provável questionamento do aluno quanto à possibilidade de se falar “os livro”, os autores alertam para o fato de que, a depender da situação, corre-se o risco de ser vítima de preconceito linguístico, uma vez que esses aspectos da língua requerem a atenção do falante. Em síntese, defende-se que o falante “tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião”.

Frases como “Nós pega o peixe” e “Os menino pega o peixe” são utilizadas ainda para explicar um tipo de concordância envolvendo o verbo. O trecho no qual os autores apresentam tais frases, conforme veremos mais adiante, logo é posto em circulação pelos mais diversos meios midiáticos, fazendo com que uma variedade de matérias sobre o assunto seja publicada. De modo a acompanhar mais detalhadamente o acontecimento que começa a ser traçado a partir de então, assim como os seus desdobramentos, achamos oportuno adiantar, na sequência, a apresentação de algumas matérias veiculadas na época pela imprensa. O recorte apresentado seguirá a ordem em que as matérias foram publicadas.

-“Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado” (coluna *Poder Online*, Último Segundo, 12/05/2011)

-“MEC defende que aluno não precisa seguir algumas regras da gramática para falar de forma correta” (reportagem *Jornal Nacional*, *GI*, 13/05/2011)

- “Procuradora da República prevê ações contra uso de livro com erros pelo MEC; autora se defende” (notícia, *O Globo*, 16/05/2011)

-“Livros pra inguinorantes” (crônica de Carlos Eduardo Novaes, *Jornal do Brasil*, 16/05/2011)

-“ABL critica livro distribuído pelo MEC que defende erro em fala” (notícia, *Folha de S. Paulo*, 17/05/2011)

- “Editora emite nota em defesa de livro do MEC” (notícia, *O Estado de S. Paulo*, 18/05/2011)

- “Entenda a polêmica do livro que defende o ‘nós pega’ na escola” (Tatiana Klix, *iG São Paulo*, 19/05/2011)

- “Associação Brasileira de Linguística defende livro do MEC” (notícia, *Folha de S. Paulo*, 21/05/2011)

-“Haddad chama de ‘injustiça crassa’ críticas a livro didático do MEC” (notícia, *GI*, 31/05/2011).

- “Ministro compara crítica de livro didático polêmico a fascismo” (notícia, *Folha de S. Paulo*, 31/05/2011)
- “Em defesa da gramática” (Entrevista com Evanildo Bechara, *Veja*, 01/06/2011)
- “MPF arquiva processo sobre livro do MEC que defendia ‘norma popular’ da língua portuguesa” (notícia, *O Globo*, 01/07/2011)

Estamos considerando que o ocorrido em torno do livro didático *Por uma Vida Melhor* pode ser caracterizado como um acontecimento a partir do qual um conjunto de textos foi gerado. De acordo com Possenti (2006, p.93), a noção de acontecimento é crucial para a AD, dada a sua relação com a enunciação e com a história. Nesse caso, a própria enunciação, em oposição ao enunciado, é interpretada “como um acontecimento que não se repete”. A relação com a história, por sua vez, se explica pelo fato de tal noção constituir uma espécie de “matéria prima” para esse campo. Ainda segundo o autor, geralmente “considera-se que estamos diante de um acontecimento quando o que ocorre é algo de inesperado ou de ‘espetacular’”¹¹.

Tomando como base o percurso do acontecimento que estamos tratando, pode-se afirmar que ele passa de fato a ganhar repercussão no dia 13 de maio, quando o *Jornal Nacional* produz uma reportagem sobre o assunto. Ao destacar, logo no início da reportagem, que o Ministério da Educação havia distribuído um livro de português “para quase meio milhão de alunos”, o telejornal, além de responsabilizar o órgão pelo conteúdo veiculado no livro, parece apontar para o provável impacto que o material poderá causar a um número bastante considerável de alunos.

É enfatizado, na sequência, que o telejornal tem discutido, ao longo da semana, os problemas do país no que se refere à educação. Após essa parte introdutória, em que implicitamente se esboça uma atitude de desaprovação à obra, trechos do livro *Por Uma Vida Melhor*, especialmente aqueles que trazem exemplos de sentenças típicas da variedade popular, são apresentados, seguidos de declarações favoráveis – da autora Heloisa Ramos e do MEC – e de reações contrárias.

Pode-se dizer que, a partir de então, outras matérias sobre o livro didático são produzidas em meios diversos, em parte influenciadas pelo jornalismo Global. Embora a reportagem do *Jornal Nacional* tenha dado repercussão ao caso, em razão da própria projeção desse telejornal, exibido em horário nobre na TV, parece ter sido inicialmente no jornal online *Último Segundo*,

¹¹ Possenti (2006), ao apontar para Foucault, observa, contudo, que esse assunto é mais complexo e apresenta maiores desdobramentos.

do portal iG (Internet Group)¹², que ele foi noticiado, ainda no dia 12 de maio.

O fato é que, por meio das matérias, é possível acompanharmos cronologicamente os desdobramentos dessa polêmica. No dia 16 de maio, *O Globo* publica uma notícia com a seguinte manchete: “Procuradora da República prevê ações contra uso de livro com erros pelo MEC; autora se defende”. É possível evidenciar, por meio do próprio título, a forma como o veículo de comunicação caracteriza o livro didático – “livro com erros”. Conforme a fala da procuradora, citada no jornal, os responsáveis pelo material “estão cometendo um crime contra os nossos jovens, prestando um desserviço à educação já deficientíssima do país e desperdiçando dinheiro público com material que emburrece em vez de instruir”¹³. Notamos que a referência ao termo “crime” na fala da procuradora coloca o discurso jurídico no campo do debate, ao lado de outros discursos, como, por exemplo, o jornalístico, o político e o escolar.

Não demora muito para que comecem a circular notas favoráveis e contrárias ao material didático. A Academia Brasileira de Letras (ABL), cujo projeto visa cultivar a língua e a literatura nacional, é uma das primeiras instituições a se posicionar. Conforme a matéria produzida pela *Folha de S. Paulo*, “A ABL argumenta que não cabe ao professor de língua portuguesa em sala de aula ensinar outras variedades da língua que não seja a padrão”. A crítica da Academia é direcionada tanto ao MEC quanto aos autores do livro didático *Por uma vida melhor*.

Se de um lado a ABL critica o livro didático, do outro, a Ação Educativa, organização responsável pela publicação da obra, sai em sua defesa. A nota da Ação Educativa é reproduzida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 18 de maio. No documento, a organização enfatiza que a obra é voltada à Educação de Jovens e Adultos, modalidade que até então ainda não havia sido contemplada pelo Programa Nacional do Livro Didático. Após esclarecer o trecho que desencadeou a polêmica, pontua-se que “os autores não estão se furtando a ensinar a norma culta, apenas indicam que existem outras variedades diferentes dessa”.

De acordo com a nota, a abordagem adotada pelos autores estaria adequada, levando em conta a afirmação de muitos especialistas de que o conhecimento da própria variante linguística auxilia no processo de aprendizagem da norma culta. Ademais, entende-se que, para além de ensinar as regras da gramática, o propósito de uma escola dita democrática é propagar o conhecimento científico e o senso crítico. Na parte final do documento, a Ação Educativa

¹² Lançado em janeiro de 2000, esse portal se dedica à produção dos mais variados conteúdos, abrigando sites sobre política, esporte, economia, etc. O noticiário Último Segundo destaca-se, no terreno do jornalismo online, com sua proposta de oferecer informações inéditas aos usuários em uma velocidade cada vez mais rápida.

¹³ Posteriormente, a procuradora emite uma nota se retratando sobre essa questão.

ressalta a importância do debate público “para promover a qualidade e equidade na educação”. Alertam, entretanto, que se deve “tomar cuidado com a divulgação de matérias com intuítos políticos pouco educativos e afirmações desrespeitosas em relação aos educadores”.

No dia 19 de maio, o portal de notícias *iG*, que já vinha acompanhando as discussões em torno do livro, produz uma espécie de retrospectiva do acontecimento, com a seguinte manchete: “Entenda a polêmica do livro que defende o ‘nós pega’ na escola”¹⁴. O objetivo, nesse caso, é atualizar os leitores sobre a repercussão de determinada questão, retomando as declarações das duas partes. Essa configuração de noticiário constitui uma prática comum no meio jornalístico, especialmente quando se trata de questões que suscitam debate.

É frisado inicialmente que o livro *Por Uma Vida Melhor* “trouxe à tona uma polêmica antiga nos meios acadêmicos”, marcada pela oposição entre os linguistas, “que entendem que o uso da língua popular no ensino ajuda os estudantes de classes populares a se sentirem incluídos”, auxiliando, por conseguinte, no processo de aprendizagem da norma culta, e os que, de outro lado, “acreditam que esta prática limita a ascensão social dos próprios alunos”. Na sequência, o *iG* procura retomar as diversas vozes que já haviam se posicionado no debate, tanta as posições favoráveis quanto as contrárias.

É mencionada, por exemplo, a posição do gramático Evanildo Bechara, do linguista Marcos Bagno e do Ministério da Educação. Enquanto o primeiro, conforme o jornal online, considera “que o aluno não vai para a escola ‘para viver na mesmice’ e continuar falando a ‘língua familiar, a língua do contexto doméstico’, mas para se ascender a posição melhor”, o segundo “explica que o livro está de acordo com parâmetros curriculares do Ministério da Educação”. Já o MEC, que havia lançado nota sobre o caso, é contrário à proibição do livro por considerar que a função da escola é combater o preconceito e não somente ensinar a norma culta da língua. Nesse texto do *iG*, notamos ainda a presença de *links* que dão acesso a outras matérias sobre o assunto produzidas pelo portal, veiculadas, mais precisamente, na página do noticiário Último Segundo.

No final do mês de maio, novos desdobramentos do acontecimento vão sendo tecidos. As matérias publicadas no *GI* (“Haddad chama de ‘injustiça crassa’ críticas a livro didático do MEC) e na *Folha de S. Paulo* (“Ministro compara crítica de livro didático polêmico a fascismo”), por exemplo, destacam novos capítulos da polêmica. Curiosamente, as duas retomam partes da fala de Haddad em audiência da Comissão de Educação do Senado.

Na matéria do *GI*, é relatada a insatisfação de Haddad frente às críticas direcionadas ao

¹⁴ O portal *R7* produz uma manchete semelhante com o seguinte título “Entenda o caso do livro que defende falar português errado como normal”.

livro do MEC. O ministro reafirma que a maioria das pessoas não haviam lido a obra, pois se pautaram apenas em uma frase “pinçada e totalmente descontextualizada” com o intuito de denegrir. A matéria da *Folha* relata uma passagem da audiência em que Fernando Haddad associa essa conduta (criticar uma obra sem ler) a uma postura de viés fascista.

Do conjunto de matérias selecionadas, gostaríamos de destacar, por fim, a entrevista que a revista *Veja* traz com Evanildo Bechara intitulada “Em defesa da gramática”. Na parte inicial dessa entrevista, há uma breve apresentação de Bechara, onde este é caracterizado como “um dos mais respeitados gramáticos da língua portuguesa” e tido como “um propagador do bom uso do português”. O objetivo, como se nota, é ressaltar que o gramático é um dos mais indicados a tratar do assunto, considerando que sua autoridade seria indiscutível.

No decorrer da entrevista, Bechara é questionado sobre a repercussão do livro *Por uma vida melhor*, sobre a importância da norma culta e também sobre outros tópicos ligados à temática central, tais como os “erros” de português do ex-presidente Lula, a adoção de palavras estrangeiras, as reformas ortográficas e o impacto da *internet* sobre a língua culta.

O gramático contesta a defesa que é feita do livro e a interpreta como sendo decorrência de um “equivoco”. De acordo com Bechara, estar-se-ia confundindo um problema de ordem pedagógica com uma antiga discussão teórica da sociolinguística, ou, reproduzindo suas palavras, “com teorias que nunca deveriam ter deixado as fronteiras da academia”.

Em relação às matérias trazidas para a discussão, interessante observar a mudança na forma como o livro é referenciado. Observemos as duas matérias produzidas pelo *O Globo*, uma de 16/05 e outra de 01/07: “Procuradora da República prevê ações contra uso de livro com erros pelo MEC; autora se defende”, “MPF arquiva processo sobre livro do MEC que defendia ‘norma popular’ da língua portuguesa”. Nota-se que, provavelmente, em decorrência do desenrolar do caso, há uma modalização na forma de se referir à obra, de livro “com erros” para livro que defendia “norma popular”.

A partir do conjunto de matérias explanadas, percebe-se que o acontecimento não se limita apenas ao material didático, ele atualiza questões de maior complexidade, retoma outros temas relacionados. E parece mesmo natural que um fato, ao se transformar em acontecimento, seja, conforme destaca Possenti (2006, p.95), “retomado, revisado, analisado, especificado, detalhado, correlacionado a outros similares ou tornados similares”.

Nesse sentido, a nota da Ação Educativa, por exemplo, ao se posicionar em relação ao acontecimento, lembra “que polêmicas como essa ocupam a imprensa desde que o Modernismo brasileiro em 1922 incorporou a linguagem popular à literatura”. Podemos citar ainda a entrevista de Bechara à *Veja*, em que se discute também sobre a temática dos estrangeirismos.

Essa temática, inclusive, parece ser uma das mais lembradas, provavelmente em razão de ter suscitado, assim como no caso do livro *Por uma vida melhor*, posições divergentes.

Sobre os estrangeirismos, não podemos deixar de remeter ao projeto de lei nº 1176 de 1999, cujo propósito consistia em restringir o uso de palavra ou expressão em língua estrangeira no território nacional. Nesse contexto, caberia ao Poder Público, com o apoio da comunidade, promover ações em prol da promoção, proteção e defesa da língua portuguesa. De autoria de Aldo Rebelo, deputado do PCdoB na época, o referido projeto, ao considerar lesivo ao patrimônio cultural brasileiro o uso de termos em língua estrangeira, previa também a aplicação de sanção administrativa em caso de descumprimento de qualquer disposição da lei.

O projeto de Rebelo, que tramitava na Câmara dos Deputados, não foi bem recepcionado pela comunidade linguística, que passou a tecer severas críticas ao seu conteúdo. A título de exemplificação, citamos um artigo do professor e linguista Carlos Alberto Faraco publicado no *caderno Mais!* do jornal *Folha de S. Paulo*. Aliás, o artigo em questão, intitulado “Guerras em torno da língua”, faz parte de um debate mais intenso travado entre o linguista e o deputado na *Folha*.

Nesse texto, Faraco trata, de forma mais ampla, a respeito da invisibilidade, na mídia, do discurso científico sobre a linguagem verbal. Destaca o professor que persiste ainda, de modo geral, entre as pessoas, a crença de que todo o saber sobre uma língua se encontra depositado nos velhos compêndios gramaticais. Dizer que as línguas são objeto de ciência, por exemplo, causa certo estranhamento para muitos, de modo que o discurso da linguística, restrito aos muros dos centros de pesquisa, não teria ainda conseguido se difundir socialmente.

O projeto de Aldo Rebelo é tido por Faraco como um dentre outros tantos exemplos que revelam o desconhecimento do discurso científico sobre a linguagem verbal. Segundo o linguista, “o projeto revela um indisfarçável desejo de controle social da pior espécie, daquele que, ignorando a heterogeneidade e dinâmica da vida cultural, quer impor o homogêneo e o único”. De todo modo, conforme Faraco, o projeto teve o mérito de colocar os linguistas em pé de guerra, criando uma situação oportuna para se debater sobre a questão linguística brasileira no espaço público, embora a imprensa não tenha, lamentavelmente, procurado ouvir a voz dos linguistas.

3.2 Os sujeitos autorizados

Na seção anterior, foi possível perceber, por meio de algumas matérias, como vão sendo construídas as posições frente ao livro do MEC. Os enunciadores contrários à circulação da

obra argumentam de formas diversas. Como vimos, distintos sujeitos são convocados nas matérias, para além dos que estão mais diretamente envolvidos na polémica. A partir desse percurso atravessado por diferentes vozes, podemos pensar, por exemplo, em uma discussão mais ampla no que diz respeito a quem, para a mídia, detém a autoridade sobre a língua. Estamos falando, nesse sentido, em quais sujeitos são convocados a falar sobre a língua nesse espaço. Em Mendonça (2006) encontramos uma discussão interessante a esse respeito.

A autora, tratando de como é constituída, na mídia, a autoridade sobre a língua, afirma que diferentes sujeitos ocupam o lugar de “especialista no assunto”, de modo que o indivíduo escolhido para falar de temas relacionados à linguagem nem sempre é aquele com a qualificação de graduado ou pós-graduado em Língua Portuguesa/Letras/Linguística. Portanto, ainda que esse sujeito tenha passado pelo “sistema de apropriação do discurso” e cumpra certas exigências (haja vista tratar-se de um profissional qualificado), ele não será o único com o direito/poder de se manifestar em relação a temáticas concernente à língua.

Essa reflexão é ampliada pela autora a partir da análise de algumas reportagens. O intuito é investigar, levando em conta o mecanismo da citação, quem é selecionado pela mídia para tomar parte nos argumentos de autoridade em reportagens nas quais a língua figura como tema. Em um primeiro bloco de exemplos, a autora constata que “qualquer profissional, desde que bem sucedido em sua área, fala sobre língua como autoridade no assunto” (MENDONÇA, 2006, p. 83)¹⁵. É, pois, o sucesso profissional, associado a um *status* de poder no mercado de bens simbólicos e materiais que “avaliza”, nesses casos, o bom uso.

Na análise das matérias, a autora não se limita a saber unicamente se os linguistas são citados ou não. Considera também, como questão pertinente, aquilo que é feito com os enunciados desses sujeitos, processo que resulta na produção do que denomina de “política de citação”. Outro aspecto considerado, nesse contexto, tem a ver com a apresentação dos textos no suporte-jornal, tendo em vista que certos elementos (manchetes, subtítulos, fotos etc) reforçariam a orientação purista das reportagens. Na verdade, ainda que o linguista seja citado nas matérias, verifica-se, no decorrer da análise, que seu discurso é ressignificado – sua voz é colocada em segundo plano ou transformada em simulacro pelo jornalista.

Deve-se pensar, como já exemplificamos inicialmente, que outras vozes são convocadas a falar sobre a língua. Em seu trabalho, Mendonça descreve mais detalhadamente alguns lugares de dizer a língua. Além daquele que é ocupado pelo linguista, caracterizam-se os lugares de dizer a língua do escritor e do gramático. Ao longo do texto, percebemos especialmente uma

¹⁵ Mendonça se refere, nesse caso, especialmente ao que chama de purismo neoliberal. Sobre as temáticas das reportagens selecionadas pela autora em sua pesquisa, destacam-se o uso das gírias, jargões, etc.

associação entre esses últimos dois lugares (o do escritor e o do gramático).

Do lugar do escritor, observa-se uma relação marcante entre língua e nação, cujas raízes, no Brasil, remetem especialmente ao engajamento do movimento literário do período pós-independência com a construção do verdadeiro idioma nacional. Tido como modelo de linguagem e defensor da língua face a ameaças “estrangeiras”, o escritor passa a ser enxergado como uma autoridade que “avaliza” o discurso normativo gramatical. Do seu lugar, o gramático, por sua vez, empreende uma seleção de escritores que mais se adequem ao modelo cobrado nas gramáticas.

Como instrumentos de produção de saberes, as gramáticas, por sua vez, exercem importante papel no processo de legitimação da língua. É ao discurso desses instrumentos que a mídia e, de modo geral, o senso comum letrado, recorrem, seja para tirarem dúvidas, seja para se apoiarem na autoridade a eles atribuída. Mas quando a mídia recorre a essas gramáticas (as prescritivas, no caso) ela reatualiza também, segundo Mendonça, certo purismo que ainda vigora nessas que são tidas como as instâncias mais conhecidas de produção de saberes sobre a língua.

Ao caracterizar o lugar dos gramáticos, destacamos que a autora chama a atenção para um processo de continuidade e descontinuidade discursiva presente no discurso desses sujeitos. Nesse momento, são recuperados discursos sobre estrangeirismos em gramáticas com o intuito de mostrar a forma como tais discursos são ressignificados ao longo dos anos, embora não deixem completamente de se apegar aos velhos paradigmas.

Nas palavras de Mendonça (2006, p.129), pode-se encontrar uma explicação para essa ressignificação do discurso sobre estrangeirismo “nas críticas desenvolvidas por linguistas, levando a um estilo supostamente mais ‘objetivo’ (diga-se: ‘científico’) nos discursos sobre língua”. Há, assim, uma tensão, para não dizer polêmica, entre os estudos gramaticais e a incorporação de pesquisas linguísticas. É justamente nesse cenário que vai sendo construído o lugar de dizer a língua do linguista.

Esse lugar, por fim, se associa ao saber científico sobre língua produzido no interior das universidades do país. Convém lembrar que a Linguística, por decisão do Conselho Federal de Educação, é incluída no currículo dos cursos de Letras como disciplina obrigatória. Não tarda muito então para que seu discurso se faça presente em documentos oficiais de ensino (os Parâmetros Curriculares Nacionais/PCN constituem um exemplo disso) e para que as problemáticas que permeiam a língua, dentre as quais a questão do padrão normativo e do seu ensino, passem a receber um outro tratamento.

É ao discurso dessa ciência que os autores do livro objeto da polêmica aqui analisada

recorrem ao demonstrarem como funciona o fenômeno da concordância na norma popular. Contudo, o livro passa a ser duramente criticado e os exemplos que tratam da norma popular, como “Nós pega o peixe” e “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”, são amplamente difundidos, figurando até mesmo em manchetes de revistas e jornais de grande circulação no país.

A partir de então, como já detalhado na introdução deste capítulo, instaurava-se (ou atualizava-se) um embate que convocaria a participação de diversos sujeitos – de lugares variados – e renderia um vasto conjunto de textos na esfera midiática. Em reportagem, o noticiário *Último Segundo*, do Portal iG, destaca que o livro *Por Uma Vida Melhor* “trouxe à tona uma polêmica antiga nos meios acadêmicos”. De um lado, marcada pela oposição entre os linguistas, “que entendem que o uso da língua popular no ensino ajuda os estudantes de classes populares a se sentirem incluídos”, auxiliando, por conseguinte, no processo de aprendizagem da norma culta, e os que, de outro lado, “acreditam que esta prática limita a ascensão social dos próprios alunos”.

No âmbito dessa polêmica, é curioso observar como algumas constatações que Mendonça faz a respeito dos enunciados da Linguística – ou que tomam seu discurso como referência – parecem guardar semelhanças, muito embora com um viés diferente, com aquelas encontradas por outros autores. Assim, se Mendonça nos fala de uma política de citação, em que o discurso da linguística é ressignificado pelo jornalista, Baronas e Cox (2013), ao analisarem o episódio específico que interessa a essa pesquisa, chamam a atenção para o processo de destaque e aforização de enunciados, o qual favorece a produção de simulacros na esfera midiática.

Sobre o destaque e a aforização, esses fenômenos revelam, de modo marcante, a atuação da mídia na construção da polêmica, conforme veremos a seguir. Amossy (2017, p.73), por exemplo, considera que é nelas (nas mídias) “que a polêmica se difunde – até mesmo se elabora – no espaço público”.

Como um espaço de constituição e circulação de sentidos, a mídia influencia na construção da opinião pública, uma vez que, para além de simplesmente informar, ela também indica como se deve interpretar determinados acontecimentos. Na medida em que atuam na construção da realidade discursiva, é evidente o poder de controle que os veículos de comunicação exercem sobre a coletividade.

Nesse sentido, quando da produção de notícias, os fatos são subordinados a estratégias, uma vez que é preciso mobilizar a atenção da sociedade. Os temas de interesse coletivo costumam despertar mais atenção, o que não impede que o próprio jornalista, imerso no

conjunto de forças que atravessam o seu discurso, seja levado, por meio de recursos linguísticos e discursivos, a tornar algo aparentemente banal em episódios de maior magnitude.

3.3 Os contornos midiáticos

Um dos procedimentos utilizados pelos profissionais da comunicação e que assume importância significativa nesta pesquisa consiste, como já adiantamos, em fazer circular enunciados fragmentados, recortados de um texto-fonte. O que interessa a este trabalho são as alterações pelas quais esse primeiro texto passa ao ser transportado para outras cenas. De modo mais preciso, procuramos entender como operações realizadas em determinada seção de livro que trata da norma popular podem direcionar a interpretação do público leitor, que tem acesso à obra a partir do que é apresentado pelas instituições midiáticas.

Considerando o importante papel que desempenham as mídias, parece-nos oportuno começar essa discussão demarcando aspectos alusivos à prática jornalística. Cabe entender melhor essa prática se quisermos mapear a cobertura operada pelos meios de comunicação em relação ao episódio aqui estudado. Sabe-se, é verdade, que essa cobertura foi alvo de diversas críticas, especialmente por parte de acadêmicos e pesquisadores da área da linguagem, cujas ideias teriam sido distorcidas.

Possenti (2011b), por exemplo, critica o fato do caso não ter sido devidamente rastreado, questionando ainda o porquê de a mídia ter dado a uma tese antiga o status de novidade. De certa forma, a colocação do autor reforça a tese de que o processo de construção do texto noticioso, embora apoiado por certos princípios, como o da necessidade de ser o mais objetivo possível, reflete a posição ideológica de grupos específicos, com os quais o veículo midiático se identifica. É essa reflexão que procuramos ampliar na sequência a fim de compreender melhor as questões aqui tratadas.

3.3.1 A objetividade em questão

Em primeiro lugar, devemos salientar que o trabalho do jornalista é orientado por determinadas normas que regem a sua prática. Como membro de uma comunidade profissional, ele compartilhará com seus pares valores referentes à sua profissão, consciente de que muitos desses valores serão tidos como parâmetros para avaliar a credibilidade da informação que estará sendo veiculada.

Quando se trata da produção das notícias, certos procedimentos teriam, por exemplo, a

função de imprimir um caráter objetivo à escrita jornalística. De modo a evitar acusações de terceiros, pode-se dizer que é mais ou menos esperado que o jornalista recorra às fontes, questionando os fatos. Em outras palavras, torna-se imprescindível um exercício de verificação dos fatos a fim de confirmar a procedência de determinadas informações. Tratando dessas questões, Tuchman (2006) considera que, para além da forma mais comum de verificação dos fatos, a objetividade também poderia ser invocada por meio de outros procedimentos estratégicos.

Entre esses procedimentos, a autora chama de “apresentação de possibilidades conflituais” casos em que determinadas pretensões de verdade não sejam facilmente verificáveis. Não sendo possível confirmar a afirmação de uma determinada fonte, o jornalista apresentaria, por exemplo, uma segunda opinião, partindo do pressuposto de que a apresentação de dois lados impediria acusações de favorecimento, além de fazer com que leitor tire suas próprias conclusões. Em casos similares, haveria a possibilidade de recorrer a “provas auxiliares”, que reforçariam a validade de uma afirmação. Esse procedimento, por sua vez, consistiria na mobilização de fatos suplementares, normalmente admitidos como verdadeiros.

O “emprego das aspas” e “a estruturação de uma informação numa sequência apropriada” são apontados também como indicativos do caráter objetivo recorrentemente alegado pelos profissionais da imprensa. No que diz respeito a esse último procedimento, tido como o mais problemático, sua função consistiria em ordenar as informações relativas a determinado acontecimento conforme o seu grau de importância. Nesse caso, supõe-se que a informação mais relevante ocupe o primeiro parágrafo, sendo os demais reservados para os aspectos de menor relevância.

De modo geral, a autora defende que a objetividade, manifestada por meio desses e de outros procedimentos, funcionaria “como um ritual estratégico”, uma espécie de barreira de proteção entre os jornalistas e a crítica. Esse seria, portanto, um princípio, entre tantos outros, que fundamentaria o trabalho desses profissionais. Entretanto, como já reconhecem os próprios manuais que orientam a prática dessa comunidade, deve-se insistir no fato de que uma escrita objetiva, completamente neutra, está longe de ser alcançada, uma vez que a subjetividade é inerente à produção discursiva.

Com frequência, para além de estar submetido aos rituais estratégicos descritos, o processamento da notícia não pode deixar de levar em conta as particularidades do público que acessa ao periódico. Se considerarmos que, numa perspectiva discursiva, a posição ideológica do profissional não se encontra desvinculada da abordagem dos fatos, assim como também o vínculo que ele mantém com as relações interorganizacionais, diríamos ser necessário

considerar as condições de produção do texto jornalístico como um todo.

3.3.2 *Os enunciados destacados*

Uma fala recorrente no discurso dos defensores do livro do EJA é a de que seus opositores não haviam lido a obra, que as críticas por eles sustentadas careciam de fundamento, uma vez que tomavam como base exclusivamente algumas frases fora de contexto retiradas do material. Baronas e Cox, em artigo de 2013, ressaltam, nesse sentido, que “os mais diversos setores da elite do país (...) começaram a se pronunciar sobre o episódio sem ao menos se dar ao trabalho de ir ao livro didático para constatar, por conta própria, o que realmente seus autores afirmavam no texto original” (BARONAS & COX, 2013, p.66).

Nesse artigo, os pesquisadores defendem que a polêmica foi instaurada a partir de um conjunto de enunciados destacados e aforizados de um dos capítulos da obra. Os enunciados teriam sido veiculados em reportagem do Jornal Nacional quando uma espécie de livro virtual contendo trechos da obra é apresentado. Sobre a aforização, conceito tratado em trabalhos mais recentes de Maingueneau, explicam os autores que tal fenômeno consiste em extrair os enunciados de um texto, fazendo-os circular em outras cenas de enunciação.

Ao comparar os enunciados destacados e aforizados de seu contexto e cotexto, ou seja, aqueles presentes no livro virtual com os que foram extraídos do texto fonte, os autores observam as seguintes alterações: **1.** Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado (destacado)/Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado (livro fonte); **2.** Na variedade popular, basta que a palavra ‘os’ esteja no plural (destacado)/Na variedade popular, basta que ESSE PRIMEIRO TERMO esteja no plural *para indicar mais de um referente* (livro fonte); **3.** A língua portuguesa admite essa construção (enunciado criado); **4.** Mas eu posso falar “os livro?” (destacado)/Mas eu posso falar “os livro” (livro fonte); **5.** Claro que pode (destacado)/Claro que pode (livro fonte); **6.** Dependendo da situação, a pessoa corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico (destacado)/*Mas fique atento porque*, dependendo da situação, VOCÊ corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico (livro fonte).

Conforme Baronas e Cox, embora o enunciado 1 destacado seja idêntico formalmente ao enunciado do texto fonte, ele deixa de ser o exemplo de uma comparação entre as normas culta e popular quando separado do cotexto. O enunciado 2 destacado, por sua vez, apresenta diferenças formais em relação ao do texto-fonte, além da supressão da parte final do período, que explica como a noção de número é expressa linguisticamente pelos falantes da norma popular. Além disso, ocorre ainda a substituição da locução anafórica “esse primeiro termo”

pela palavra “os”. Uma alteração do posicionamento discursivo dos enunciadores-autores é operada no enunciado 3; tal enunciado inexistente no texto fonte, sendo, pois, criado pela reportagem. Já os enunciados 4 e 5 destacados, não apresentam diferenças de forma em relação ao do texto-fonte. Observa-se, por fim, no enunciado 6 destacado, a supressão da oração adversativa que introduz o período e a substituição do pronome pessoal “você” por “a pessoa”.

Conforme os autores, a circulação do livro didático na mídia está atrelada a esse conjunto de enunciados destacados e aforizados. Enfatizam que, a partir desse cenário, a *doxa* é incitada a se manifestar ruidosamente, sem a preocupação, em sua maioria, de consultar o capítulo do livro, embora este estivesse disponível na internet. Nas palavras de Baronas e Cox (2013, p.74-75), trata-se “de um caso exemplar de aforização forte em que os enunciados destacados ganham vida própria, esquecida a sua origem, contexto e cotexto”. Desse modo, todos esses aspectos passam a constituir elementos reveladores de

que não estamos diante de um mero trabalho de citação, em que os enunciados destacados são colocados a circular em outros textos, demarcados por alguma sinalização de distanciamento, como: aspas, itálicos, introdução por um verbo dicendi seguido de “que”, que torna inconfundíveis os limites entre o Mesmo e o Outro. Há, sim, um trabalho de aforização que corrobora o percurso deôntico interpretativo numa dada direção de sentido, qual seja, o de jogar as asseverações do posicionamento da grande mídia para a responsabilidade da autoria do livro e, por sua vez, para a responsabilidade do MEC, que o abona a ponto de incluí-lo no PNLD. Ainda que isso possa ser dito também a respeito de outros tipos de citação, quando o ‘citador’ marca, de alguma maneira, seu distanciamento em relação àquilo que cita, no caso da aforização, vários apagamentos comprometem a compreensão “real” do acontecimento (BARONAS & COX, 2013, p.75).

Ao recorrerem a um conjunto de matérias escritas e postas em circulação pela mídia impressa, televisiva ou digital sobre o livro didático *Por uma vida melhor*, os autores atestam que essa mesma mídia pode atuar como “uma potente máquina de (trans)formar enunciados e produzir simulacros, segundo a(s) ideologia(s) dos grupos, organizações e instituições que os veiculam.” (BARONAS & COX, 2013, p.69). Nesse contexto, o destaque e a aforização de enunciados realizados pela esfera midiática funcionam, nos dizeres dos autores, como um simulacro-primeiro, a partir do qual serão produzidos outros simulacros.

As operações ora supracitadas são exploradas em trabalhos de Maingueneau (2010, 2014) já há alguns anos, constituindo categorias de estudo para diversos pesquisadores no campo da análise do discurso. Em sua abordagem, o teórico classifica as aforizações em primárias e secundárias. Por primárias entende-se aquelas destacadas por natureza, a exemplo dos provérbios e dos slogans, e por secundárias, as extraídas, ou seja, destacadas de um texto.

É comum que o texto-fonte apresente determinados enunciados como candidatos a um provável destacamento, diz-se que eles são destacáveis em razão de algumas propriedades que os distinguem de outros fragmentos da sequência textual da qual fazem parte. Frequentemente, tais enunciados figuram entre as últimas linhas do texto ou do parágrafo e possuem um caráter generalizante, o que permite, inclusive, que sejam utilizados como intertítulo ou até mesmo como manchete. Assim, não se ignora também o fato de que persiste uma associação direta entre esses enunciados e a temática central expressa no título do texto.

Ao fenômeno, descrito no parágrafo anterior, que, com frequência, precede o destacamento, Maingueneau chamará de “sobresseveraço”. Conforme o teórico, esse fenômeno é característico das mídias contemporâneas, de modo que existem profissionais especializados que dedicam seu tempo a recortar fragmentos de textos para serem retomados posteriormente de diversas formas.

Estando cientes disso, os próprios locutores procuram tornar seus enunciados destacáveis ao colocá-los, por exemplo, em determinadas posições textuais e não em outras. Não se pode esquecer, contudo, que nem todo enunciado destacado provém de sequências destacáveis. Sobre esse ponto, é preciso considerar a intervenção do jornalista, como também, e de forma mais ampla, todo um trabalho coletivo empreendido pela máquina midiática.

Duas matérias citadas anteriormente (“Haddad chama de ‘injustiça crassa’ críticas a livro do MEC”/“Ministro compara crítica de livro polêmico a fascismo”) podem ser uma amostra interessante de como é operado o destacamento de enunciados pela máquina midiática. Ambas as matérias tomam como base um pronunciamento de Fernando Haddad, ministro da educação na época, realizado em reunião na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Ora, certos fragmentos da fala do Ministro são enfocados nas manchetes não por acaso, eles revelam, no momento mesmo do seu pronunciamento, “uma tomada de posição do enunciadador sobre uma questão polêmica” (MAINGUENEAU, 2014, p.15).

Convém ressaltar que os enunciados estão sujeitos a alterações quando destacados. Foi o que pudemos constatar, inclusive, na análise de Baronas e Cox. Há, por exemplo, casos em que determinadas supressões modificam “sensivelmente o sentido do enunciado original” ou até mesmo episódios com maiores consequências, em que se constata a própria substituição de locutores. Fundamentado em exemplos concretos, Maingueneau (2012, p.25) considera que essas modificações são perceptíveis especialmente nos casos em que ocorre um destacamento fraco, ou seja, “quando o leitor tem sob seus olhos o texto-fonte”. Da polêmica do livro da Ação Educativa, temos um exemplo claro quando comparamos a manchete do iG – “Não somos irresponsáveis, diz autora de livros com nós pega” – com o texto que vem logo na sequência:

“Nossa coleção é séria, temos formação sólida e não estamos brincando. Não há irresponsabilidade de nossa parte”.

Ainda na abordagem delineada pelo autor, os enunciados destacados são inseridos em um regime de enunciação específico intitulado de enunciação aforizante, que se opõe ao de enunciação textualizante. Esses dois regimes de enunciação apresentam diferenças de ordens diversas.

Na enunciação textualizante, os participantes da interação se encontram em posições correlatas de produção e de recepção (professor/aluno, médico/paciente etc) definidas pelo gênero de discurso. É o gênero que determina, portanto, os papéis sociais que devem ser assumidos. Por sua vez, na enunciação aforizante, não existe posições correlativas e sim uma instância que se dirige ao que, na Nova Retórica, se chamaria de “auditório universal”.

Na aforização, a enunciação encontra-se centrada no locutor e, em razão desse seu caráter monologal, não é possível falar de interação entre dois protagonistas situados num mesmo plano. Nesse regime, “o enunciado pretende exprimir o pensamento de seu locutor, aquém de qualquer jogo de linguagem: nem resposta, nem argumentação, nem narração, mas pensamento, dito, tese, proposição, afirmação soberana...” (MAINGUENEAU, 2010, p.14).

Enquanto a enunciação textualizante não se deixa apreender facilmente por uma memória, tendo em vista que memorizar textos inteiros é tarefa árdua, a aforizante se apresenta como memorável e memorizável, projetando uma fala viva constantemente disponível e por meio da qual o aforizador enuncia a sua verdade sem pretensão de qualquer negociação. Esse aforizador, muito mais que um simples enunciador, remete a um sujeito de pleno direito, aquele que se posiciona perante a um conflito de valores.

Todas essas diferenças parecem justificar o porquê das aforizações serem caracterizadas como “frases sem texto”. Contudo, mesmo se opondo a um regime textualizante, adverte Maingueneau (2012) que elas estão inscritas, de forma inevitável, em um texto. Acredita-se, inclusive, que o texto ressalta, de algum modo, as aforizações, tornando saliente o regime de enunciação que o “rejeita”.

4 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Com este capítulo, se espera algumas tomadas de decisões mais categóricas de nossa parte. Tais decisões devem estar em consonância com o propósito geral deste trabalho, que consiste em investigar o funcionamento de uma polêmica que se desenvolve no campo midiático. Até o momento, procuramos organizar o trabalho de modo que tal objetivo pudesse ser alcançado. No capítulo anterior, tratamos de caracterizar a problemática a ser investigada, baseando-nos em algumas matérias jornalísticas, a partir das quais se pôde verificar o confronto entre dois discursos principais. Antes disso, apresentamos o percurso que Maingueneau tem feito ao tratar das especificidades do polêmico. O quadro apresentado por esse teórico, de fato, direciona o nosso olhar para certos aspectos desse tipo de registro, muito embora uma atenção às particularidades do *corpus* configure etapa indispensável.

No caso da polêmica em estudo, notamos, para além do destacamento de enunciados, uma grande quantidade de estratégias mobilizadas para descaracterizar o adversário. Assim, achamos necessário, na primeira parte deste capítulo, descrever algumas dessas estratégias, cujo impacto incidirá sobre os textos a serem analisados posteriormente. Convém destacar que tais estratégias são compreendidas nesta pesquisa como um aspecto revelador da incompatibilidade entre dois universos semânticos, que, nesse caso, reverbera pela superfície discursiva. O processo de seleção do *corpus* é descrito na parte final do capítulo, o qual procura, de certa forma, dar conta de determinadas questões em aberto, preparando o terreno para a análise.

4.1 Sobre a abordagem do polêmico

Ao tratar do polêmico, Maingueneau (2010) nos lembra que não se pode confundi-lo com a conversação, a interação oral espontânea, uma vez que ele estaria ligado aos gêneros instituídos. Em determinadas situações, tais como quando há uma alteração entre motoristas, é comum se falar, por exemplo, em “discussão” ou “bate-boca”, ao invés de polêmica propriamente dita¹⁶. Desse modo, constata-se que palavras como “polêmica” ou “polemizar” são empregadas para conflitos cujas questões não se restringem ao nível dos indivíduos que interagem.

¹⁶ Completa ainda o autor que, “de um ponto de vista aspectual, uma ‘discussão’ ou um ‘bate-boca’ podem ser pontuais, enquanto uma ‘polêmica’ se estende no tempo, supõe uma sucessão de trocas. Considerando o conjunto das práticas verbais que poderiam ser classificadas como ‘agonísticas’, a polêmica é apenas uma de suas modalidades” (MAINGUENEAU, 2010, p.190).

Mas, se é verdade que o polêmico faz parte dos gêneros instituídos, não se pode perder de vista que ele, como um tipo de registro, atravessa o conjunto desses gêneros, fazendo-se presente até mesmo em gêneros de caráter não explicitamente polêmico, o que reforça a tese de que persiste certa tensão entre a polêmica e as unidades tópicas. Um romance ou uma peça de teatro podem conter, conforme exemplifica Maingueneau, passagens tidas como polêmicas. Na verdade, a questão maior que se impõe tem a ver com o modo como os conflitos de âmbito coletivo são geridos por uma dada sociedade.

Devemos lembrar que Maingueneau coloca o polêmico como integrando os registros de tipo comunicacional. Esse tipo de registro, como vimos, resulta da combinação de traços linguísticos e funcionais (ver seção 2.2 deste trabalho). Ao ser incluído nos registros comunicacionais, o polêmico passa a ser abordado em três dimensões, com as quais a análise do discurso mantém interesse: a enunciativa, a genérica e a semântica.

Considerar essas dimensões significa, em síntese, reconhecer que um enunciado polêmico: (a) implica um dispositivo de interação que se traduz por estratégias de integração/desqualificação do adversário, que deixam muitos traços no enunciado; (b) decorre de uma prática discursiva historicamente ligada a determinada conjuntura, de certa configuração do interdiscurso, de certo regime de produção e de circulação dos enunciados; (c) põe em jogo sua própria identidade, ao mesmo tempo pressuposta e construída por cada uma das enunciações que pretendem ser sustentadas a partir dela.

Dos três tópicos listados acima, consideramos que o segundo deles já foi, em parte, contemplado no capítulo 3 desta dissertação. Digamos “em parte” porque, embora alguns aspectos desse tópico sejam ressaltados no capítulo citado, fica implícito que outras questões por ele enfocadas recobrem o trabalho como um todo.

Como considerar as marcas linguísticas, por exemplo, conforme identificaremos mais adiante na análise do *corpus*, desvinculando-as de seu quadro genérico ou mesmo de suas condições de produção? É justamente na articulação desses aspectos que almejamos chegar ao nosso propósito, qual seja, o de analisar o funcionamento de um registro comunicacional que estrutura o debate público.

Feita essa observação inicial, passemos então a uma breve descrição dos aspectos assinalados nos tópicos (a) e (c), relacionando-os à análise que será realizada no próximo capítulo deste trabalho. O primeiro desses aspectos, concernente à dimensão mais imediata do polêmico, como se vê, recai sobre as **estratégias de integração/desqualificação do**

adversário¹⁷.

A identificação de tais estratégias, neste trabalho, ocorre ainda durante a etapa do projeto de qualificação, quando recorreremos ao nosso *corpus* com o intuito de elaborar uma prévia de análise. Nesse momento, listamos especialmente a recorrência de negações polêmicas, de citações, de ironia e de termos avaliadores como recursos dos quais se valiam os enunciadores (em geral, os críticos do livro *Por Uma Vida Melhor*) para deslegitimar o oponente.

Na obra *Novas tendências em análise do discurso*, Maingueneau (1997) tece considerações pertinentes sobre alguns dos fenômenos listados, tomando como ponto de partida a noção de polifonia desenvolvida por Oswald Ducrot. Com base no que é apresentado nessa obra, podemos então caracterizar brevemente as estratégias (ou marcas de heterogeneidade mostrada, se quisermos utilizar os termos presentes na obra citada) arroladas na prévia de análise.

Começamos pelo que se intitula de negação polêmica. Esse tipo de negação, a qual corresponde a maior parte dos enunciados negativos, possibilita que dois pontos de vista antagônicos, relacionados a dois enunciadores distintos, coexistam de um mesmo enunciado. Diferentemente da negação chamada de descritiva, que se prestaria a descrever um estado de coisas, a negação polêmica é caracterizada como um verdadeiro ato de refutação, pelo qual o locutor se opõe ao enunciado positivo atrelado a um dos enunciadores, ao mesmo tempo em que assume o outro ponto de vista, cuja relação com esse primeiro enunciado é de embate. Essa noção de negação polêmica se tornará ainda mais nítida quanto introduzida a próxima seção deste trabalho, referente à análise dos dados.

Além da negação polêmica, Maingueneau trata de duas outras estratégias que nos interessam, a saber, a citação (discurso relatado) e a ironia. No que diz respeito à estratégia de citação, pode-se dizer que esta é bastante reveladora do grau de adesão do locutor ao texto citado. De fato, o locutor citante pode apoiar-se na autoridade atribuída ao locutor do texto citado, mostrando estar de acordo com suas palavras, como também ocorre, por outro lado, desse primeiro locutor remeter a palavras com as quais não concorda. Na verdade, o

¹⁷ Amossy (2017) também fala da desqualificação do adversário como um traço que caracteriza a polêmica verbal. De fato, nas trocas polêmicas, a forma como se dá a relação com o outro, o qual geralmente é deslegitimado, constitui elemento de extrema relevância para o analista. A pesquisadora, por exemplo, situa a desqualificação do oponente como um dos principais traços definitórios da polêmica verbal. Essa estratégia de desqualificação pode ocorrer por meio dos mais diversos procedimentos, dentre eles, o mais frequente é quando se toma a palavra do outro para atacá-la. Assim, as razões do adversário são refutadas e seus argumentos são enfraquecidos pelo Oponente, que pode valer-se da negação, da reformulação orientada, da ironia, da modificação dos propósitos etc. Conforme a autora, “a exacerbação de oposições (a dicotomização) se concretiza, *in loco*, numa divisão em grupos antagônicos, em que cada um afirma sua identidade social opondo-se e fazendo do outro o símbolo do erro e do mal” (AMOSSY, 2017, p.58).

distanciamento pelo qual se encontra revestida a citação se caracteriza por uma ambiguidade fundamental, considerando que “o locutor citado aparece, ao mesmo tempo, como o não-eu, em relação ao qual o locutor se delimita, e como a autoridade que protege a asserção. Pode-se tanto dizer que ‘o que enuncio é verdade porque não sou eu que o digo’, quanto o contrário” (MAINGUENEAU, 1997, p.86).

O fenômeno da citação remete diretamente aos discursos direto e indireto, “as manifestações mais clássicas da heterogeneidade enunciativa”. O primeiro, inscrito no quadro polifônico de Ducrot, supõe que no enunciado de um primeiro locutor se faça presente um segundo locutor. Em matéria de fidelidade ao texto citado, a afirmação de que o discurso direto seja mais fiel que o discurso indireto não se sustenta – são estratégias distintas utilizadas para relatar uma enunciação.

Ao abordar essa questão, Benites (2002, p.60) afirma, por exemplo, que tanto um discurso quanto o outro “podem ser manipulados pelo locutor citante e empregados segundo o propósito comunicativo de tratar da citação como coisa que o afete diretamente”, estimulando, em decorrência disso, um processo de subordinação das palavras do outro aos seus interesses. Ainda sobre esse tópico, um destaque deve ser dado aos verbos que introduzem o discurso relatado, são eles que condicionam, de certa forma, a interpretação da citação, veiculando, comumente, variados pressupostos. Nesse sentido, verbos como *reconhecer* e *confessar*, por exemplo, incidem sobre “o ponto de vista atribuído ao enunciador, face ao que diz”.

Outra estratégia identificada em nossa prévia de análise foi a ironia. Essa, por sua vez, se caracteriza por subverter a fronteira entre o que é assumido e o que é rejeitado pelo locutor, sendo por isso mesmo considerada ambígua. De modo mais preciso, diz-se que o enunciador dá a palavra a voz de um outro ao mesmo tempo em que dele se distancia. Conforme se pode notar, essa apresentação já revela o caráter sutil da ironia, razão pela qual o co-enunciador nem sempre consegue reconhecê-la.

De fato, para que ela seja reconhecida, é necessária uma atenção especial aos meios utilizados pelo enunciador para marcar o distanciamento em relação àquilo que é rejeitado. No caso da enunciação oral, geralmente se recorre a uma entonação específica, ao passo que, na escrita, esse distanciamento pode ser marcado por meio de reticências, de palavras enfáticas, de aspas, de ponto de exclamação e de outros indícios. Entretanto, ao considerar que nem sempre tais indícios se fazem presentes, a saída é perscrutar o contexto situacional.

Não se pode perder de vista também que a ironia cumpre determinados propósitos, a maioria dos analistas, por exemplo, a interpreta como um gesto agressivo dirigido a um destinatário. É preciso destacar, contudo, que ela possui uma gradação variável, nem sempre

essa desqualificação é evidente, há “enunciações que apenas se revestem de um ‘colorido’ irônico, quando o enunciador toma alguma distância, sem deixar que o co-enunciador perceba de maneira nítida a ruptura entre os dois pontos de vista” (MAINGUENEAU, 2008b, p.178).

Diante do exposto, pode-se constatar o quanto a identificação das marcas de heterogeneidade enunciativa revela-se uma tarefa delicada, dada suas múltiplas nuances. Além disso, considerando a base teórica que estrutura esta pesquisa, entendemos que a análise deve ir além, adentrando outras camadas que parecem menos evidentes. De certo modo, insiste-se no fato de que “a noção de ‘polêmica’ não coincide com o que se entende habitualmente por isso (uma controvérsia violenta), que é apenas um dos aspectos de um fenômeno mais geral, o das relações explícitas entre duas formações discursivas” (MAINGUENEAU, 2005, p.111). É a partir desse ponto, inclusive, que podemos adentrar no terceiro aspecto listado no início dessa seção (ver item “c”), referente à construção da própria identidade dos posicionamentos envolvidos na polêmica.

Nesse contexto, conforme adverte Maingueneau (2005, p.103) “para construir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele”. Assim, devemos levar em conta a existência de uma competência interdiscursiva, a qual permite aos enunciadores traduzir os enunciados do adversário por meio das categorias negativas de seu próprio sistema. É dessa forma que cada discurso reivindica para si um conjunto de semas positivos ao mesmo tempo em que rejeita outro conjunto de semas negativos.

Já citamos o exemplo dos discursos humanista devoto e jansenista a fim de evidenciar como o processo de tradução é operado. Em se tratando dos discursos aqui cotejados, uma primeira análise revelou que a “adequação” defendida pelo posicionamento de fundamentação linguística é interpretada como “erro” pelo posicionamento adversário. Esses “pontos de imbricação semântica”, reveladores da incompatibilidade entre os discursos, serão discutidos em nossa análise. Destacamos que no *Gênese* tais pontos são comparados a palavras-chave, em torno das quais a polêmica circula.

Com o objetivo de investigar a identidade de cada posicionamento, não podemos desprezar a hipótese de uma **semântica global** (doravante SG). Se na dimensão enunciativa tratamos da citação como estratégia de integração/desqualificação, agora, no contexto em que nos situamos, reforça-se a ideia de que “a citação não é somente um fragmento de enunciado”, isso porque “com o enunciado vêm as palavras, o estatuto do enunciador e do destinatário, o modo de enunciação, a intertextualidade..., tudo o que tem a ver com a semântica global” (MAINGUENEAU, 2005, p. 112). Portanto, a perspectiva de uma SG vai de encontro a

abordagens que procuram distinguir o essencial do acessório justamente por tomar como ponto de partida a “significância discursiva” em todo o seu dinamismo. Agindo dessa forma, questiona-se também certa noção estática ou arquitetural do discurso.

Ao discutir alguns planos do discurso que integram a SG de cada posicionamento, Maingueneau nos apresenta informações bastante pertinentes, que, embora aplicadas ao campo religioso, podem também ser atualizadas para outros domínios discursivos. Tomando como exemplo o discurso do humanismo devoto, recorre-se, nesse sentido, a aspectos referentes ao vocabulário, à intertextualidade, ao modo de enunciação etc., a fim de ilustrar o funcionamento de tais planos.

Em relação ao vocabulário, o teórico constata que o lexema “doçura” atua como uma palavra-chave do conjunto textual do discurso humanista devoto, explicando, inclusive, parte das categorias que compõem o sistema de restrições desse discurso. O lexema em questão é visto então como “um ponto de cristalização semântica” do discurso humanista devoto. Outro aspecto pertinente é o fato de que cada discurso estabelece o estatuto que o enunciador tem de atribuir a si e a seu destinatário com o intuito de legitimar seu dizer.

É a competência discursiva que define, nessa conjuntura, as múltiplas formas da subjetividade enunciativa. Nesse plano, exemplifica-se que o enunciador humanista devoto se apresenta como associado a uma “Ordem”, como integrante de uma comunidade religiosa reconhecida, apto a estabelecer, dada a abrangência de seu conhecimento, relações entre as diversas regiões do saber. Por outro lado, ao enunciador jansenista, não se confere nenhuma inscrição social, este geralmente é anônimo ou pseudônimo.

No caso de nossa proposta, e partindo do Discurso de Fundamentação Normativa (DFN), vê-se que o enunciador se coloca como defensor da norma culta, demonstrando estar preocupado com a irresponsabilidade de seu oponente e com as consequências negativas que o livro *Por uma vida melhor* poderá trazer a milhões de estudantes. Esse enunciador (geralmente um jornalista, escritor ou gramático focado pela mídia) se dirige aos brasileiros sensatos que assim como ele cobram do Estado o ensino do “português correto”.

Além do vocabulário e do estatuto do enunciador e do destinatário, cada discurso possui uma “maneira de dizer” que lhe é própria (o seu modo de enunciação), uma forma particular de estabelecer relações intertextuais autorizadas pela sua competência discursiva (a intertextualidade). Em relação a esse último aspecto, propõe-se uma distinção entre intertextualidade interna, ou seja, o discurso estabelecendo relações com outros do mesmo campo (nesse caso, haveria ainda uma “memória discursiva interior ao campo”) e intertextualidade externa, quando as relações são estabelecidas com outros campos, admitidos

como citáveis ou não para determinado discurso.

A respeito dos planos discursivos especificados até aqui, é importante salientar que o percurso feito em nossa explanação não pretende de forma alguma esgotar as possibilidades disponíveis ao analista. Devemos atentar ao fato de que a identidade de um discurso não se encontra depositada, de maneira privilegiada, em algum desses planos, mas que ela depende de uma coerência global que rege as múltiplas dimensões textuais e discursivas.

Como bem reforça Maingueneau (2005, p.19), ao propor a superação da dicotomia *superfície e profundidade* dos textos, devemos “admitir que um discurso não tem nenhuma ‘profundez’, que sua especificidade não se localiza em alguma ‘base’ que seria seu fundamento, mas que se desdobra sobre todas as suas dimensões”.

4.2 Sobre a delimitação do *corpus*

É no espaço que tem a mídia como referência que situamos a polêmica tratada no presente trabalho. Consequentemente, será também nesse espaço que realizaremos a coleta dos dados. Logo no início da pesquisa, buscamos por textos diversos que tratassem do episódio. A fim de facilitar a localização desses textos, estabelecemos um intervalo temporal – no campo “ferramentas”, no *Google*, há a opção de selecionar um intervalo personalizado de tempo. Recorrendo a esse recurso oferecido pela ferramenta de pesquisa, selecionamos, como marco inicial, as matérias publicadas a partir do mês de maio de 2011.

Constatamos, nesse sentido, que o conjunto de textos produzidos em torno das discussões sobre o livro é muito vasto e que revela, ademais, o confronto de duas posições – uma favorável e outra contrária à circulação da obra. Diante desse universo, um primeiro conjunto de dados foi montado. Nesse momento, contudo, como ainda carecíamos de uma maior precisão em relação aos propósitos de análise, acabamos não estabelecendo critérios rígidos para a escolha dos textos. De certa forma, isso nos possibilitou ter uma visão um tanto quanto ampla do material a ser explorado.

Uma apresentação de parte desse *corpus* é vista no capítulo 3 desta dissertação. Nesse capítulo, já podemos identificar características do material com o qual trabalhamos. Destaca-se especialmente o perfil dos enunciadores no âmbito do confronto e os suportes em que passam a circular os discursos. De alguma forma, observou-se um diálogo intenso entre os textos, como também o funcionamento de determinada política de citação, o que parece ser comum em polêmicas desse tipo. Enfim, diante desse recorte inicial, já vai sendo possível evidenciar os contornos do nosso espaço discursivo.

Em relação aos discursos com os quais trabalharemos, a análise empreendida adiante permitirá aprofundar a relação entre o que estamos chamando de Discurso de Fundamentação Normativa (DFN) e Discurso de Fundamentação Linguística (DFL). Como veremos, esse último invoca a autoridade da ciência, situando-se, digamos, no campo acadêmico/científico, enquanto o primeiro atravessa os mais diversos campos, como o político, o literário, o midiático/jornalístico.

Mas essas são questões que exigem um tratamento mais apurado, se quisermos recorrer às raízes desses discursos, ao modo como eles se fundamentam. É preciso atentar-se para a conjuntura histórica em que emerge tais discursos, para a forma como eles são atualizados nos textos que compõem o *corpus* deste trabalho, fazendo circular distintos saberes sobre a língua. Embora partimos de um conhecimento prévio sobre esses discursos, dada a nossa própria formação profissional, o que propomos é, na análise dos textos selecionados, atentar-se especialmente para os aspectos reveladores da polêmica discursiva.

Para tanto, faz-se necessário investigar o modo como a relação entre os discursos vai sendo estabelecido, uma vez que tentativas de anular o discurso do outro são constatadas muito frequentemente. Ao tratar da forma como se dá o funcionamento dos discursos na perspectiva da polêmica, afirma Maingueneau (2005, p.111) que “há discursos cuja semântica exige crucialmente a pluralidade dos discursos, e outros que só podem funcionar reivindicando o monopólio da legitimidade”.

No caso dos discursos com o qual trabalhamos, parece-nos que esse monopólio enunciativo se reflete na forma de exclusão de outras concepções de língua que ameacem o “bom uso” da língua portuguesa. É nesse sentido que podemos pensar, conforme propõe Mendes (2013, p.28), na existência de “um discurso dominante sobre a língua portuguesa, que pode ser descrito como uma formação discursiva do bom uso da língua portuguesa”. Tal formação discursiva (FD) se manifestaria por meio de algumas práticas que contribuiriam para a construção de determinada imagem de língua.

Com o propósito de descrever a constituição dessa FD, a autora analisa, de início, um conjunto de textos (de épocas distintas) com dizeres sobre a língua portuguesa, demarcando os traços semânticos que estruturam tais dizeres. Posteriormente, busca-se verificar se “o Museu da Língua Portuguesa pode ser considerado uma prática a mais dentre todas as práticas pertencentes a essa formação discursiva”.

No caso da instituição museológica, empreende-se inicialmente uma análise centrada em dois eixos principais. No primeiro deles, voltado para a relação entre a língua usada no Brasil e a língua usada em Portugal, observa-se, por exemplo, uma valorização da origem

européia do português em detrimento das línguas indígenas e africanas, muito frequentemente restritas ao léxico. No que se refere ao segundo eixo, focado nas variedades do português brasileiro, constata-se que, embora haja uma abertura para o reconhecimento da diversidade linguística, não se deixa de reafirmar a unidade da língua (por meio de um *ethos* dito ufanista).

Enfim, as evidências detalhadas ao longo do trabalho funcionam para constatar a existência de uma formação discursiva ancorada no bom uso da língua portuguesa. Para além de reforçar o argumento de que determinados dizeres sobre a LP encontram-se já há bastante tempo enraizados, a investigação proposta pela autora permite observar o discurso sobre a língua que emerge em determinados espaços institucionais.

Cabe salientar ainda que, na abordagem descrita acima, está presente a afirmação segundo a qual o sistema de restrições que constitui o discurso não pode ser dissociado do funcionamento da “rede institucional” que o sustenta. Tal pensamento, que remete ao próprio conceito de prática discursiva, parece-nos pertinente para pensar a respeito do funcionamento dos discursos que estamos analisando.

Do recorte de textos selecionado na sequência para análise, por exemplo, já é possível traçar algumas características importantes alusivas a essa prática. O fato do DFN ser validado pela instituição midiática se reflete no destaque que esse discurso recebe por parte dos veículos de grande projeção, sendo mais facilmente disseminado por esses canais. De modo distinto, o DFL, embora não excluído totalmente dessas mídias, recebe delas atenção mais restrita. É no espaço institucional das universidades ou em revistas especializadas que a comunidade linguística tem se projetado.

De fato, ao observarmos mais atentamente cada um desses posicionamentos, percebemos uma mudança na forma como se dá a circulação dos textos, nos procedimentos de desqualificação, nos sujeitos autorizados. Isso reforça a hipótese de que “a passagem de um discurso a outro é acompanhada de uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos” (MAINGUENEAU, 2005, p.125).

Considerando tais questões, bem como aquelas que foram discutidas anteriormente, esperamos ter conseguido responder as principais perguntas que antecedem a análise, estruturada a partir dos textos que seguem. Nesses textos, mais precisamente ao lado do título, encontra-se uma breve descrição de cunho informativo, com destaque especialmente para o suporte e a data de publicação de cada artigo. Tais informações acompanham também o próximo capítulo, servindo para identificar os excertos.

- “Os livro mais interessante estão emprestado” (Augusto Nunes, *Veja*, publicado em 13/05/2011).
- “Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente” (Reinaldo Azevedo, *Veja*, publicado em 14/05/11).
- “Inguinorança” (artigo de Clóvis Rossi, *Folha de São Paulo*, publicado em 15/05/2011).
- “A pedagogia da ignorância” (Editorial, *O Estado de São Paulo*, publicado em 18/05/2011).
- “polêmica vazia” (Carlos Alberto Faraco, *Gazeta do Povo*, publicado em 18/05/2011).
- “A lição do livro que desensina” (Nathalia Goulart, *Veja*, publicado em 20/05/2011).
- “A ‘espertocracia’ educacional” (Gaudêncio Torquato, *O Estado de S.Paulo*, publicado em 22/05/2011).
- “O assassinato da língua portuguesa” (Amauri Segalla e Bruna Cavalcanti, *Isto é*, 20/05/2011).
- “Por uma vida pior” (Dora Kramer, *O Estado de S. Paulo*, publicado em 17/05/2011).
- “Os adversários do bom português” (Renata Betti e Roberta de Abreu Lima, *Veja*, publicado em 23/05/2011).
- “Fale errado, está certo” (José Sarney, *Folha de S. Paulo*, publicado em 20/05/2011).
- “Livros pra inguinorantes” (crônica de Carlos Eduardo Novaes, *Jornal do Brasil*, 16/05/2011).
- “Preconceito linguístico ou ensino democrático e pluralista” (artigo de Dante Lucchesi, site do MEC, Dossiê).
- Nota da Associação de Linguística Aplicada do Brasil - Alab (site do MEC, Dossiê).
- “Língua e ignorância” (Nota da Associação Brasileira de Linguística, site da Abralín, publicada em 20/05/2011).

5 (DES)ATANDO OS NÓS: O FUNCIONAMENTO DA POLÊMICA

Este capítulo de análise encontra-se dividido em duas partes principais, associadas, cada uma delas, aos pressupostos teórico-metodológicos de abordagem do polêmico sinalizados anteriormente. Ressaltamos que a divisão proposta neste capítulo justifica-se apenas para fins didáticos, uma vez que nossa investigação tem sido guiada, até o momento, pelo pressuposto de que a polêmica se desdobra em suas diversas dimensões. Uma abordagem como essa, sensível às múltiplas facetas desse fenômeno, só poderá trazer ganhos, na medida em que permite agregar aspectos ao invés de dissociá-los. É partindo desse pensamento que mobilizaremos, no decorrer desta etapa do trabalho, elementos constitutivos do funcionamento da polêmica em estudo. De modo geral, procuraremos verificar, nos textos analisados, como os posicionamentos antagônicos relacionam-se entre si, definindo suas linhas de contorno e construindo sua própria identidade. Se tivéssemos que destacar um aspecto que atravessa a análise como um todo, apontaríamos, sem dúvida, a questão do primado do interdiscurso sobre o discurso, princípio a partir do qual consideramos o espaço de trocas entre os discursos como condição fundamental.

5.1 Dos procedimentos de integração/desqualificação do adversário

Conforme Kerbrat-Orecchioni (1980), um enunciado polêmico pressupõe que determinado discurso seja impelido a atacar um alvo, defensor de um discurso contrário, o qual, por sua vez, passará a ser integrado e rejeitado com alguma veemência. Levando em conta a afirmação dessa autora, Maingueneau (2010, p.197) enfatiza, nesse sentido, que *um enunciado polêmico implica um dispositivo de interação que se traduz por estratégias de integração/desqualificação do adversário, que deixam muitos traços no enunciado*. Dito isso, consideremos o primeiro excerto que segue:

(1) Escrevi, posts abaixo, um primeiro texto sobre um livro de língua portuguesa chamado “Por Uma Vida Melhor”, que faz a apologia do erro, embora uma das autoras tente negar o óbvio. Demonstrarei a fraude intelectual e técnica em que se sustenta a tese daqui a pouco. Começo este texto pelo óbvio: o nome é péssimo. “Por Uma Vida Melhor” pode ser título de livro de medicina, de religião e de auto-ajuda, mas não de língua. (...) Terá certamente uma vida melhor o aluno que dominar o instrumental da norma culta da língua, contra o qual o livro se posiciona abertamente. Assim, esse “instrumento didático” que conta com o endosso do MEC, se algum efeito tiver, será no sentido de piorar a vida do estudante; na melhor das hipóteses, contribui para mantê-lo na ignorância. Onde está a fraude intelectual do

negócio? Sim, é um negócio! Abaixo, segue reproduzida uma página do livro em que os autores defendem porque é perfeitamente aceitável dizer e, fica claro!, escrever: “Os **livro ilustrado** mais **interessante** estão **emprestado**”. Leiam. Raramente vi uma vigarice intelectual em estado tão puro. (AZEVEDO, Reinaldo. Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente. *Veja*. 14/05/11, grifo do autor).

Nesse primeiro excerto, é possível perceber, por meio de alguns traços, certo tom agressivo com que o jornalista se refere ao livro *Por uma vida melhor*. Constatamos que a oposição, por parte do enunciador, em relação ao livro didático, já se encontra marcada no próprio título do artigo (“Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente”). Chamamos a atenção para a escolha das expressões “apologia do erro” e “picaretagem teórica”, que, para além de carregarem uma carga bastante negativa, contribuem no sentido de despertar a atenção do leitor, sinalizando o tom de protesto que norteará todo o texto.

Não menos importante é o verbo que introduz o subtítulo (exponho), o qual parece revelar o que supostamente estaria por trás do discurso de seu oponente, contribuindo para dar certa dramaticidade ao evento. É dessa forma que o oponente é caracterizado pelo enunciador como uma representação do mal (em suas palavras, é preciso descortinar a “malvadeza dessa gente”), ao mesmo tempo em que este se coloca como defensor da norma culta, contra a qual, conforme seu entendimento, em outra passagem do texto, “o livro se posiciona abertamente”.

Em outro momento, a crítica recai sobre o próprio título do livro, conforme se lê na seguinte passagem: “*Por Uma Vida Melhor* pode ser título de livro de medicina, de religião e de auto-ajuda, mas não de língua”. Essa desaprovação, por parte do enunciador, só contribui para deslegitimar com mais intensidade o livro e as autoras. Tal deslegitimação é materializada ainda nas aspas de distanciamento presentes no penúltimo parágrafo do excerto. Como uma forma de desqualificar o Outro, o enunciador, ao colocar a expressão *instrumento didático* entre aspas, estabelece uma distância entre essa expressão e o livro de Heloisa Ramos, ou seja, se recusa a acreditar que a obra exerça alguma função pedagógica. Recorrendo às palavras de Maingueneau (1997, p.90), pode-se afirmar que “um discurso efetivamente só pode manter à distância aquilo que ele coloca fora de seu próprio espaço”.

No parágrafo seguinte, os pontos de interrogação e de exclamação contribuem para tornar mais evidente o tom de protesto que aludimos no início de nossa explanação (“Onde está a fraude intelectual do negócio? Sim, é um negócio!”). Por fim, os leitores são convocados a lerem um trecho da obra, de modo a comprovar o que o jornalista intitula de “vigarice

intelectual”. Como se vê, o objetivo parece ser o de estabelecer uma espécie de proximidade maior com os leitores, fazendo-os aderirem à causa. É, portanto, a cenografia de um diálogo que se vai tentando construir, como se pode perceber em outras passagens do mesmo texto do jornalista, a exemplo da que destacamos a seguir.

(2) Uma das autoras, Heloisa Ramos, concedeu uma entrevista ao iG e demonstrou que tem talento para humorista involuntária. Ela nega que o livro faça a apologia do erro e afirma: **“Esse capítulo é mais de introdução do que de ensino. Para que ensinar o que todo mundo já sabe?”** Boa pergunta, minha senhora! Pra que ensinar alguém a falar errado se todo mundo já sabe fazê-lo por conta própria, não é mesmo? Sem contar que o erro, convenham, não tem norma, certo? Cada um fica livre para cometê-lo à sua maneira. (...) A mestra segue com seu talento para o humorismo na conversa com o iG: **“Não queremos ensinar errado, mas deixar claro que cada linguagem é adequada para uma situação. Por exemplo, na hora de estar com os colegas, o estudante fala como prefere, mas, quando vai fazer uma apresentação, ele precisa falar com mais formalidade. Só que esse domínio não se dá do dia para a noite, então a escola tem que ter currículo que ensine de forma gradual”**. Uau! Entendi a preocupação. Fico cá a imaginar os estudantes se martirizando, na conversa com os colegas, preocupados em empregar a norma culta, muitas vezes ensinada com o brilho que sabemos, tendo como instrumento didático um livro como “Por Uma Vida Melhor”... De resto, como diria a doutora, por que contestar o que ninguém afirmou? Quem é que disse que o domínio da norma culta vai se dar do dia pra noite? (AZEVEDO, Reinaldo. Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente. *Veja*. 14/05/11, grifo do autor).

Agora a própria autora do livro Por Uma Vida Melhor (Heloisa Ramos) é trazida para o diálogo, construído tendo como base uma entrevista concedida pela autora ao Portal iG. A entrevista em questão, intitulada “Não somos irresponsáveis, diz autora de livro com nós pega”, foi publicada no portal em 12 de maio de 2011. Já nos referimos a ela rapidamente nesse texto quando tratamos do destacamento de enunciados. Na verdade, o que estamos querendo enfatizar é o fato dessa entrevista desencadear uma reação no jornalista, mostrando, em outros termos, que há algo a responder.

Notamos que as falas de Heloisa são tomadas pelo jornalista, que as responde logo em seguida, como se de fato os dois fossem postos em um confronto face a face, o qual é perceptível se observada a forma de tratamento utilizada pelo segundo para se referir à primeira (“Boa pergunta, minha senhora!”). Sem dúvida, na enunciação polêmica, como já aponta Maingueneau (2010), persiste uma tensão entre escrita e oralidade. Para o teórico, uma boa exemplificação disso se encontra nas *Provinciais*: “Devendo denunciar as obras dos casuístas, Pascal não se contentou em fazer delas uma resenha crítica; ele construiu ficcionalmente um

diálogo com um locutor jesuíta, que supostamente lhes dava voz” (MAINGUENEAU, 2010, p.193).

Ao investirmos um pouco mais de atenção na cenografia de diálogo construído por Azevedo, observamos que as palavras do adversário não são postas, nesse contexto, de forma aleatória, isso porque não se pode negar que existe uma motivação maior para que o jornalista a elas recorra: as falas de Heloisa aparecem basicamente com o propósito de serem refutadas logo na sequência.

Se formos mais detalhistas, veremos que as citações em discurso direto são depreciadas também quando o próprio jornalista resolve destacá-las do restante do texto – em vermelho. Como se sabe, no âmbito social/ideológico, o vermelho pode significar cuidado, perigo, etc., indicando uma chamada de atenção para aquilo que se deve manter a devida distância. É ainda a cor utilizada tradicionalmente em ambiente escolar para sinalizar o “ERRO” dos alunos nas provas. Ao fazer uso dessas manobras, o enunciador indica, portanto, como a fala do oponente deve ser interpretada.

É pertinente observar, ademais, que o enunciador desqualifica a autora e seus argumentos quando lhes atribui uma total falta de seriedade (o trecho “A mestra segue com seu talento para o humorismo na conversa com o iG” é um exemplo disso). O jornalista sugere, desse modo, que a fala de seu adversário é digna de risos e que não possui qualquer credibilidade. A esse adversário, são atribuídos ainda alguns termos que, em outras situações, soariam como formas corteses de tratamento – “senhora”, “mestra”, “doutora”.

Mas, considerando a crítica que permeia todo o texto, tais termos só podem aparecer a partir de uma perspectiva irônica. Esse tom irônico (que pende para o deboche) atravessa o trecho como um todo, sendo reforçado por meio de determinados sinalizadores – pontos de exclamação e interrogação que acompanham algumas passagens, como também por meio de comentários do enunciador. Quando, por exemplo, acrescenta o comentário seguinte – “muitas vezes ensinada com o brilho que sabemos”- no momento em que alude ao emprego da norma culta, o enunciador provoca um efeito irônico.

Devemos pontuar que o reconhecimento da estratégia de ironia passa por uma observação atenta aos mais diversos aspectos, tal como sinalizamos no capítulo 4. Muitas vezes, dado o caráter sutil e menos explícito por ela assumido, seu reconhecimento exige do leitor uma atenção especial aos recursos linguísticos e discursivos utilizados pelo enunciador. No caso do exemplo específico que estamos analisando, pode-se dizer que a presença da ironia acentua o confronto entre dois posicionamentos, reforçando o descrédito sobre um deles.

No excerto 2, o que notamos é o embate entre dois posicionamentos distintos sobre o

que seja a língua e o seu ensino. Enquanto que o posicionamento a favor do livro didático prega que “cada linguagem é adequada para uma situação”, em referência direta a um discurso de orientação sociolinguística, o seu contrário alega que este defende o erro, não cumprindo, portanto, com o seu objetivo, qual seja, o de ensinar a norma culta da língua. Para tal posicionamento, apenas a norma culta seria dotada de regularidades, estereótipo que as pesquisas linguísticas têm combatido veementemente.

Nessa conjuntura, toda uma teia de oposições vai sendo tecida, como se pode observar no questionamento emitido pelo enunciador no último parágrafo do excerto (“Quem é que disse que o domínio da norma culta vai se dar do dia pra noite?”) em resposta a uma afirmação emitida pela autora em sua entrevista ao iG (“Só que esse domínio não se dá do dia para a noite, então a escola tem que ter currículo que ensine de forma gradual”).

Nos dois excertos analisados até o momento, de um texto de Azevedo publicado na *Veja* nas primeiras semanas do mês de maio, identificamos que a desqualificação ocorre por meios diversos. Posicionando-se abertamente contra o livro didático, o jornalista apresenta um tom acusador, sustentando que há uma ameaça à norma culta da língua. Além disso, recria um diálogo com as autoras para melhor refutar suas falas.

Como forma de ironizar o livro da Editora Global, esse posicionamento contrário à obra, em certos momentos, se vale de uma escrita fora das convenções ortográficas, comumente associada a um contexto de baixa escolaridade, aquele a que os alunos supostamente estariam fadados caso a tese defendida pelos autores seja reproduzida. É o que observamos nos textos de Carlos Eduardo Novaes (“Livro pra inguinorantes”) e Clóvis Rossi (“Inguinorança”) – publicados respectivamente no *Jornal do Brasil* e na *Folha de S. Paulo* – dos quais coletamos os excertos 3 e 4 a seguir.

(3) Confeço qui to morrendo de enveja da fessora Heloisa Ramos que escrevinhou um livro cheio de erros de Português e vendeu 485 mil eemplares para o Minestério da Educassão. Eu dou um duro danado para não tropesssar na Gramática e nunca tive nenhum dos meus 42 livros comprados pelo Pograma Nacional do Livro Didático. Vai ver que é por isso: escrevo para quem sabe Portugues! A fessora se ex-plica dizendo que privilegiou a linguagem horal sobre a escrevida. Só qui no meu modexto entender a linguajem horal é para sair pela boca e não para ser botada no papel. A palavra impreça deve obedecer o que manda a Gramática. Ou então a nossa língua vai virar um vale-tudo sem normas nem regras e agente nem precisamos ir a escola para aprender Português. A fessora disse também que escreveu desse jeito para substituir a nossão de “certo e errado” pela de “adequado e inadequado”. (NOVAES, Carlos Eduardo. Livros pra inguinorantes. *Jornal do Brasil*. 16/05/11).

(4) Não, leitor, o título acima não está errado, segundo os padrões educacionais agora adotados pelo mal chamado Ministério de Educação. Você deve ter visto que o MEC deu aval a um livro que se diz didático no qual se ensina que falar "os livro" pode. **Não pode, não, está errado**, é ignorância, pura ignorância, má formação educacional, preguiça do educador em corrigir erros. Afinal, é muito mais difícil ensinar o certo do que aceitar o errado com o qual o aluno chega à escola. Em tese, os professores são pagos -mal pagos, é verdade- para ensinar o certo. Mas, se aceitam o errado, como agora avaliza o MEC, o baixo salário está justificado. O professor perde a razão de reclamar porque não está cumprindo o seu papel, não está trabalhando direito e quem não trabalha direito não merece boa paga. (ROSSI, Clóvis. Inguinorança. *Folha de S. Paulo*. 15/05/11, grifo nosso).

Nas primeiras linhas do excerto 3, o enunciador ressalta, em tom sarcástico, o fato de Heloisa Ramos ter vendido (ao Ministério da Educação) 485 mil exemplares de um livro cujo conteúdo estaria repleto de erros de português, enquanto ele, por outro lado, não tenha obtido a mesma façanha com seus 42 livros escritos “para quem sabe português”. Em conformidade com um discurso tradicional de ensino de língua, saber português e saber gramática, equivalem, nesse contexto, a mesma coisa.

Defende-se, na sequência, a tese de que a linguagem oral não deve ser “botada no papel”, ou seja, que nem sequer é digna de ser abordada em sala de aula. Conforme o enunciador, Heloisa diz ter privilegiado a linguagem oral sobre a escrita. Vale pontuar que, no capítulo do livro a partir do qual foi sendo desenhada a polêmica, os autores se propõem justamente a “exercitar as características da linguagem escrita”. Tópicos como pontuação, inclusive, são discutidos e acompanhados de exercício. Percebemos, assim, que as discussões empreendidas no referido capítulo se chocam com a afirmação do enunciador de que Heloisa tenha privilegiado a linguagem oral sobre a escrita.

Uma observação presente no capítulo do material didático e que merece ser destacada também é a de que a norma culta aparece tanto na linguagem escrita como na linguagem oral. Deve-se considerar, nesse sentido, as situações em que são exigidas um maior grau de formalidade, como quando escrevemos um requerimento ou quando conversamos com uma autoridade. É assim que os aspectos trazidos para a discussão, no que se refere à norma culta, podem, segundo os autores, “ser postos em prática tanto oralmente como por escrito”.

Tais explicações, contudo, são silenciadas pelo enunciador no excerto 3. Ainda nesse excerto, mais precisamente nas últimas linhas, a Gramática, grafada com inicial maiúscula, aparece como uma entidade a ser obedecida, pois, caso contrário, a língua correria o risco de virar, nas palavras do enunciador, “um vale-tudo sem normas nem regras”, de modo que as aulas de português, a partir de então, perderiam o seu propósito. Assim, a Gramática não pode

tolerar, de forma alguma, a substituição da noção de certo e errado pela de adequado e inadequado.

No excerto seguinte (4), o jornalista, Clóvis Rossi, cuida de antecipar uma suposta desaprovação do leitor no que concerne à forma como o título de seu artigo encontra-se grafado: (“Inguinorança”). Transparecendo certo tom sarcástico em seu texto, do mesmo modo que se constatou em Novaes (no exceto anterior), Rossi assegura que não haveria nada de errado nessa grafia, conforme o novo padrão de escrita validado pelo MEC. É exatamente o que lemos na seguinte passagem: “Não, leitor, o título acima não está errado, segundo os padrões educacionais agora adotados pelo mal chamado Ministério da Educação”.

Ao se adotar esse novo padrão de ensino, o baixo salário dos professores, na visão do jornalista, passaria a ter uma boa justificativa, uma vez que estes não estariam cumprindo o papel de ensinar o correto. Por “correto”, entende-se, como já mostramos anteriormente, uma perspectiva que contemple uma única norma. No excerto 4, percebe-se ainda o recurso à negação polêmica (trecho em destaque), traço associado à dimensão enunciativa.

Indício de heterogeneidade mostrada, a negação polêmica, reforçamos, caracteriza-se por colocar em cena dois pontos de vista antagônicos, funcionando como um típico ato de refutação. Em oposição ao livro autorizado pelo Ministério da Educação, o enunciador defende que não se pode falar “os livro”. A explicação para tanto é dada imediatamente, e de forma enfática: “está errado, é ignorância, pura ignorância, má formação educacional, preguiça do educador em corrigir os erros. Afinal, é muito mais difícil ensinar o certo do que ensinar o errado com o qual o aluno chega à escola”.

Esse confronto (do qual a negação polêmica é um indício) entre o que é defendido por cada um dos posicionamentos se materializa também no excerto a seguir, de um texto do jornalista Augusto Nunes publicado na revista *Veja*. O texto, intitulado “Os livro mais interessante estão emprestado”, faz referência direta a um enunciado destacado do livro de Heloisa Ramos.

(5) “Não queremos ensinar errado, mas deixar claro que cada linguagem é adequada para uma situação”, alega Heloísa Ramos, uma das autoras da afronta à inteligência e à sensatez. Em nota oficial, o MEC assumiu sem ficar ruborizado a condição de cúmplice. “O papel da escola”, argumentam os acólitos de Fernando Haddad, “ não é só o de ensinar a forma culta da língua, mas também o de combater o preconceito contra os alunos que falam linguagem popular”. A professora Heloísa sentiu-se insultada com a perplexidade provocada pelo assassinato a sangue frio da gramática, da ortografia e da lucidez. “Não há irresponsabilidade de nossa parte”, ofendeu-se. Há muito mais que isso. Há um crime hediondo contra a educação que merece tal nome, consumado com requintes de cinismo e arrogância. O Brasil vem

afundando desde janeiro de 2003 num oceano de estupidez. Mas é a primeira vez que o governo se atreve a usar uma obra supostamente didática para difundi-la. (NUNES, Augusto. Os livro mais interessante estão emprestado. *Veja*. 13/05/11).

Na fala citada pelo jornalista, a professora rebate as acusações de que seu livro defenda o ensino errado da língua. Para tanto, ela se vale da noção de adequação situacional, a qual, como se pode notar, não é assimilado pelo discurso contrário pelo fato de este estar ancorado exclusivamente na dicotomia certo/errado. O que se constata é que as afirmações de Heloisa, quando incorporadas ao texto de Nunes, e acopladas a um novo enquadre contextual, perdem muito de sua força argumentativa, passando a ter pouco ou quase nenhum valor, basta observar que, logo após a citação, Ramos é categorizada negativamente como “uma das autoras da afronta à inteligência e à sensatez”. Posteriormente, é o MEC, colocado em posição de cúmplice das autoras pelo jornalista, que passa a ser o alvo de críticas, e uma nota divulgada pelo órgão é retomada pelo enunciador citante.

Nesse momento, interessante observar a forma como a citação, inserida na sequência, é apresentada: “O papel da escola”, argumentam os acólitos de Fernando Haddad, “não é só o de ensinar a forma culta da língua, mas também o de combater o preconceito contra os alunos que falam linguagem popular”. Observa-se que o discurso citado é cortado por uma oração intercalada, por meio da qual o enunciador marca sua fala. Essas variações formais da citação não podem passar despercebidas, já que condicionam a própria interpretação da fala citada. No caso em análise, acabam por reforçar ainda a não adesão do enunciador à palavra do Outro. De fato, esta é, com bastante frequência, acompanhada de réplicas e comentários por parte daquele que cita. Se ao invés de distanciamento, ocorre, por outro lado, adesão à fala citada, outras variações formais da citação serão observadas, conforme veremos mais adiante, em outras sequências do *corpus*.

Tomando ainda o gancho da crítica ao MEC, devemos pontuar também, no excerto em análise, um ataque direto ao governo Lula nas últimas linhas do excerto, em que se faz referência a um período histórico alusivo ao início do primeiro mandato do ex-presidente. Ora, durante o período em que esteve na presidência, Lula era constantemente acusado de cometer inúmeros “erros de português”. Recorrendo a esse mesmo discurso, com o qual coaduna, o jornalista supõe que o tratamento dado às questões linguísticas no livro didático derivaria de uma “posição de esquerda”, e não dos avanços de pesquisas linguísticas, conforme defende, por outro lado, a comunidade acadêmica.

Para fechar a análise do excerto 5, chamamos atenção, por fim, para o bloco de negações que o recobre. Inicialmente, é o posicionamento associado ao material didático, representados,

nesse caso, por Ramos e o MEC, que refuta duas afirmações: a de que o livro se dedica ao ensino do “português errado” e a de que a função da escola seja unicamente ensinar a norma culta. Posteriormente, a professora Heloisa afirma que não há irresponsabilidade de sua parte, ao passo que o enunciador, extremamente indignado, completa: “Há muito mais que isso. Há um crime hediondo contra a educação que merece tal nome, consumado com requintes de cinismo e arrogância”.

As palavras do enunciador encontram-se, nessa passagem, atravessados pelo discurso jurídico (“cúmplice”, “assassinato a sangue frio”, “crime hediondo”, “requintes de cinismo e arrogância”), o que nos remete à fala da procuradora Janice Ascari, quando esta emite sua opinião sobre o livro. Percebemos que tais associações não são raras no *corpus* em análise. É o que constatamos, por exemplo, no próximo excerto, retirado de um artigo intitulado “O assassinato da língua portuguesa”, de Amauri Segalla e Bruna Cavalcanti. Nesse excerto, será possível identificar, de forma mais precisa, um outro recurso da dimensão enunciativa: a citação de autoridade.

(6) Autora desconhecida, sem grandes feitos na área da educação, Heloísa se viu no centro de uma polêmica que envolveu escritores, linguistas e professores. Por mais que alguma voz aqui e ali tenha defendido os argumentos de Heloísa, além dos eternos demagogos de plantão, a maioria esmagadora condenou seus métodos de ensino. Uma das mais importantes escritoras brasileiras, Nélida Piñon tem autoridade - como poucos, a propósito- para falar sobre a língua portuguesa. Eis seu veredicto: "O livro confirma a tese de que esteve sempre em curso no Brasil o projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe", diz a autora de "Vozes no Deserto". Escritor que conseguiu a rara combinação de fazer sucesso junto ao público e, ao mesmo tempo, conquistar a crítica, Fernando Morais está indignado. "Esse livro é uma barbaridade", diz o biógrafo do jornalista Assis Chateaubriand. "Trata-se de um desastre, o oposto do que é pregado por uma pessoa minimamente civilizada." Linguista com décadas de serviços prestados à educação brasileira e ex-professor da Unifesp, Francisco da Silva Borba amplia a discussão. "O aluno tem que ser ensinado", afirma. "Se ele tolerar infração às regras, então para que serve a escola?" (SEGALLA, Amauri; CAVALCANTI, Bruna. O assassinato da língua portuguesa. *Isto É*. 20/05/11).

Inicialmente, o enunciador procura desacreditar sua oponente ao caracterizá-la como uma “autora desconhecida, sem grandes feitos na área da educação”. Denominado de argumento *ad hominem*, essa estratégia atua no sentido de enfraquecer os argumentos do adversário, uma vez que o descrédito é lançado sobre sua pessoa. Assim, “o adversário é considerado à parte a fim de que seja privado de toda possibilidade de exercer legitimamente, e eficazmente, sua influência” (AMOSSY, 2017, p.59). Para sermos mais precisos, ao qualificar

a autora da forma supracitada, o enunciador objetiva transmitir a seus leitores que Heloisa não é suficientemente capacitada para ocupar a função que lhe é atribuída.

Afirma-se, na sequência, que diversas vozes condenaram os métodos de ensino de Heloisa, ao passo que os seus apoiadores, representados em parte pelos “eternos demagogos de plantão”, em uma suposta referência aos estudiosos da linguagem, se apresentaram em número bem mais reduzido. Tal afirmação é reforçada por uma sequência de citações de autoridade desfavoráveis ao material. Convém destacar que as citações são todas precedidas de um breve comentário, cuja função é demarcar o prestígio das personalidades citadas.

O enunciador apresenta inicialmente o argumento de Nélide Piñon, mas antes disso, faz questão de caracterizá-la como uma das mais importantes escritoras brasileiras. A fala da escritora é tida como um “veredicto”, no mesmo sentido de um julgamento dado por uma voz que tem autoridade, nesse caso, “para falar sobre a língua portuguesa”. Em seguida, as palavras indignadas de Fernando de Moraes, escritor renomado entre o público e a crítica, são evocadas. O livro é qualificado como uma “barbaridade”, um “desastre”. A essas duas autoridades soma-se, por fim, a fala do linguista e ex-professor da Unifesp Francisco da Silva Borba, que é recortada e trazida pelo jornalista a fim de reforçar sua posição.

O recurso à citação de autoridade, no excerto 6, garante maior credibilidade ao argumento do locutor, uma vez que este ancora-se na respeitabilidade de um especialista. Benites (2002, p.96) compara esse tipo de citação ao que Maingueneau intitula de citação prova, “já que aqui o locutor citante ancora a veracidade de sua afirmação na pessoa do locutor citado, cujo conhecimento de causa é inquestionável. Responsabilizado pela afirmação, o locutor citado dá legitimidade ao argumento defendido pelo locutor citante”. Notamos que esse tipo de procedimento é recorrente no *corpus* em análise, como pode ser constatado no excerto (7) a seguir, coletado do artigo “As lições do livro que desensina”, de Nathalia Goulart.

(7) Que o assunto seja tema de pesquisa acadêmica e subsídio para a formação de professores não se discute. Choca, contudo, que chegue aos ouvidos de estudantes que vão à escola justamente para aprender aquilo que a rua não lhes oferece: a norma culta, com toda a riqueza que ela oferece. “Esse não é um tema que deve ser levado para a sala de aula, seja para crianças, seja para adultos em fase de alfabetização”, diz Miriam Paura, educadora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). “A escola tem por objetivo fazer a instrução correta. É dever do professor explicar aos alunos as diferenças entre o falar e o escrever, entre a norma culta e as variações populares. Mas explicar não é dizer que tal forma deva ser reproduzida.”

Não bastasse confundirem os alunos, as aulas para desaprender também podem confundir o professor. Ninguém mais ignora o fato de que a qualidade do corpo docente brasileiro é irregular. “Um docente despreparado pode interpretar tal livro

de maneira equivocada”, diz Paura. (GOULART, Nathalia. As lições do livro que desensina. *Veja*. 20/05/11).

Em (7) há o entendimento de que a temática da variação linguística deva ficar restrita ao contexto de pesquisa acadêmica e de formação de professores, não cabendo, na visão do enunciador, levá-la à sala de aula. Conforme essa lógica, já bastante difundida entre o senso comum, o conhecimento de outras normas implicaria na exclusão da norma culta e, conseqüentemente, “de toda a riqueza que ela oferece”. A citação de autoridade que vem logo na seqüência parece reforçar esse raciocínio. De fato, é como se as palavras de Miriam Paura, educadora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e a fala da jornalista se fundissem em uma só.

A abordagem em torno da norma popular na escola é caracterizada como “aulas para desaprender”, corroborando a ideia segundo a qual o aprendizado se dá por meio da norma culta, unicamente. Aponta-se que uma das conseqüências do acesso a outra norma que não seja esta pode “confundir o professor”, uma vez que, ainda conforme Paura “Um docente despreparado pode interpretar tal livro de maneira equivocada”.

Assim como no excerto (6) analisado anteriormente, em (7) o locutor citante legitima seu argumento ao recorrer à autoridade do locutor citado, intensificando, dessa maneira, o descrédito sobre o seu oponente. É preciso reconhecer que a fala relatada atua “como recurso de estruturação do texto jornalístico e como estratégia de argumentação e de manifestação de ideologias reveladoras da posição do locutor ante o texto citado” (BENITES, 2002, p.53). Nesse contexto, particularmente no interior do conceito de heterogeneidade mostrada, atribui-se à noção de citação, entendida como qualquer relato de fala em sentido amplo, um destaque especial.

Benites, tratando, pois, dessas questões, nos fala de uma “polivalência funcional da citação”, isso porque esta pode ser empregada com funções variadas que se relacionam entre si. A autora especifica, nesse sentido, algumas modalidades de citação, tais como a citação epígrafe, a citação de autoridade e a citação de ironia, enfocando, para além de uma mera classificação, a “identificação da operação argumentativa que está por trás da incorporação da voz do outro”. Isso posto, vejamos outros exemplos de inserção da palavra do Outro. O excerto que segue faz parte do texto “A pedagogia da ignorância”, publicado no *Estado de S. Paulo*.

(8) Produzido por uma ONG e de autoria da professora Heloísa Ramos, o livro *Por uma vida melhor* defende a supremacia da linguagem oral sobre a linguagem escrita, admitindo que “é certo falar errado”. Corrigir o erro é “preconceito”. A tese

não é nova, já foi rechaçada pela Academia Brasileira de Letras e sempre foi duramente criticada nas faculdades de pedagogia. Além disso, o livro do MEC que admite erro de português não é uma obra de linguística, mas uma publicação pedagógica. Não foi escrito para linguistas, mas para quem precisa de um bom professor de português para ler, falar e escrever de modo correto – condição básica para que se possa emancipar culturalmente. "Não tem de se fazer livros com erros. O professor pode falar na sala de aula que temos outra linguagem, a popular. Os livros servem para os alunos aprenderem o conhecimento erudito", diz a professora Míriam Paura, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. "Uma coisa é compreender a evolução da língua, que é um organismo vivo. A outra é validar erros grosseiros. É uma atitude de concessão demagógica. É como ensinar tabuada errada. Quatro vezes três é sempre doze, seja na periferia ou no palácio", afirma o escritor Marcos Vilaça, presidente da ABL. (A pedagogia da ignorância. *O Estado de S. Paulo*. 18/05/2011).

O excerto 8 retoma de alguma forma pontos já identificados em excertos anteriores. Na verdade, esses pontos funcionam como blocos de argumentos recorrentes mobilizados pelos enunciadores que coadunam com o discurso normativo. Um primeiro ponto refere-se à afirmação de que o livro “defende a supremacia da linguagem oral sobre a linguagem escrita”. Essa interpretação que se faz da obra é bastante similar àquela que encontramos na crônica de Novaes, no excerto 3, quando este sustenta que Heloisa Ramos teria declarado privilegiar a linguagem oral sobre a escrita.

Outro ponto diz respeito à separação entre a pesquisa linguística e o trabalho em sala de aula. Em (8), o enunciador deixa claro que o livro *Por uma vida melhor* “não é uma obra de linguística, mas uma publicação pedagógica”, escrita “para quem precisa de um bom professor de português para ler, falar e escrever de modo correto”. Dessa forma, assim como no excerto 7, entende-se que não cabe levar para a sala de aula uma discussão acadêmica, de linguistas.

Em (8), não podemos deixar de destacar a função das aspas que aparecem na terceira linha do excerto. O recurso a esses diacríticos, na expressão “é certo falar errado”, marca uma suposta afirmação defendida no livro *Por Uma Vida Melhor*. Na expressão seguinte, por outro lado, apenas a palavra “preconceito” encontra-se aspeada, como se o enunciador quisesse que o leitor conferisse a ela uma atenção especial. Com isso, parece haver uma tentativa de compartilhar com o público toda a indignação concentrada nessa passagem.

Nesse momento, é importante que estejamos atentos aos limites que devem ser estabelecidos entre a fala do jornalista e a fala do locutor citado. De fato, o modo como o primeiro constrói seu texto pode dar a impressão de que as palavras entre aspas presentes na terceira linha do excerto foram proferidas em algum momento pelas autoras do material ou mesmo transcritas literalmente do livro.

Contudo, um leitor que recorra ao texto das autoras e esteja um pouco mais informado verá que essas palavras não se encontram no LD. Na verdade, o que observamos parece sinalizar mais para um processo de simulacro, em parte relacionado à interpretação que o jornalista confere às palavras do outro. O recurso às aspas, portanto, nunca deve ser visto como algo neutro, uma vez que se encontra carregado de comentários implícitos do enunciador.

Na sequência desse excerto, são introduzidas algumas citações de autoridade. O enunciador recorre às palavras do escritor Marcos Vilaça, presidente da ABL na época, e da professora da UERJ Miriam Paura, já citada no excerto 7. Nesse momento, as falas reportadas só reforçam a tese de uma das partes, fazendo com que os argumentos da outra parte sejam, portanto, combatidos.

Nos quatro últimos exemplos citados de nosso *corpus*, temos observado (com frequência) que atores diversos são convocados pelo sujeito jornalista a fim de reforçar seu posicionamento. Evidentemente, as falas assumidas pelo jornalista são selecionadas e ordenadas conforme os efeitos que se pretende alcançar, podendo até mesmo ser formatadas no decorrer desse processo.

Essa divisão em grupos opostos observada no âmbito da polêmica pode ser pensada em termos de polarização ou divisão social. Conforme Amossy (2017, p. 80-81), a polarização, na polêmica verbal, “não é uma realidade *in loco* que o texto se contenta em focalizar; ela é construída pela maneira como o artigo organiza o reagrupamento dos atores em dois campos”¹⁸. É nessa passagem que a autora nos alerta sobre a responsabilidade jornalística no âmbito da polêmica, uma vez que ocorre de o jornalista assumir a posição de um desses campos.

No caso do artigo de opinião, por exemplo, um envolvimento mais direto do jornalista acaba fazendo com que este assumam também a função de polemista – quando sua voz passa a ser introduzida no debate. Tais questões são exemplificadas pela autora por meio de exemplos específicos concernente ao uso da burca na França, o que não impede que suas colocações também se aplicam a outros contextos, como o que estamos tratando.

Nos exemplos analisados até o momento, observa-se que, ao estabelecer essa divisão em dois campos, o enunciador faz questão de enfatizar a notoriedade dos atores com os quais coaduna. Esse procedimento reforça a crítica contra o oponente, que só pode ser descrito como

¹⁸ Para compreender esse que é considerado um dos aspectos definitórios da polêmica verbal, torna-se pertinente retomar uma distinção fundamental entre actantes e atores. Os atores são entendidos como os indivíduos concretos que sustentam os discursos, já os actantes referem-se aos papéis (defensor de uma posição proposta, opositor dessa posição, ouvinte-espectador) assumidos no âmbito da confrontação. No plano da estrutura actancial, fala-se, pois, em Proponente, Oponente e Terceiro.

uma figura desconhecida, tal como constatado em 6. Uma outra forma de reforçar essa crítica, mobilizando diretamente o público do jornal, é recorrer a um conjunto de valores compartilhados. É o que veremos nos dois excertos que seguem.

(9) A revisão da obra “Por uma Vida Melhor” ou a sua retirada pura e simples das prateleiras e do ambiente escolar é urgente. O que está em jogo, antes de tudo, é a discussão sobre como queremos preparar as futuras gerações. Se abdicarmos do papel vital de formar e educar corretamente os cidadãos, o que restará? Dentro em pouco, alguém lançará a ideia de abandono da bandeira nacional. Teremos, a partir daí, alguma identidade? (MARQUES, Carlos José. A consagração da ignorância. *Isto É*. 20/05/11).

(10) Indiferente a exemplos do gênero, surdo ao coro dos sensatos, o MEC comunicou que não pretende recolher os exemplares distribuídos a 485 mil estudantes, jovens e adultos, pelo Programa Nacional do Livro Didático. A escolha das obras é feita por professores universitários, esclareceu um dos porta-vozes do subitamente silencioso Fernando Haddad. “Por uma vida melhor”, por exemplo, teve o aval de um grupo de docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É preciso respeitar o endosso da junta de acadêmicos. (NUNES, Augusto. A indignação dos brasileiros sensatos detém a ofensiva dos professores de ignorância. *Veja*. 17/05/11).

No primeiro excerto, o jornalista chama a atenção dos leitores para um problema que precisa ser urgentemente resolvido. Observa-se que a “boa educação” seria o valor que estaria sendo ameaçado, conforme se pode depreender do seguinte questionamento: “Se abdicarmos do papel vital de formar e educar corretamente os cidadãos, o que restará?” É nesse sentido que se enfatiza a necessidade da revisão ou retirada do livro de circulação, dada as consequências negativas que ele poderá trazer.

Devemos reforçar, inclusive, que outros veículos também levantaram a discussão em torno da qualidade da educação, a exemplo da reportagem do Jornal Nacional quando pontua que a polêmica do livro surge na mesma semana em que o telejornal “tem discutido os maiores problemas do Brasil na educação”. Quando os críticos do material trazem essa temática para o centro da discussão, há uma tentativa de mobilizar diretamente o público, demarcando que princípios básicos estariam sendo colocados em risco.

No percurso feito pelo enunciador, o apelo aos fundamentos ganha uma dimensão ainda maior quando este chega a supor uma perda da identidade nacional. O questionamento que encerra o excerto é lançado com o intuito de estabelecer uma comunicação mais estreita com o público, suscitando a reflexão. Esse diálogo com o público, aliás, é bem marcado no excerto seguinte, no qual se nota uma divisão, já no título do artigo, entre os brasileiros sensatos e os

professores de ignorância. É com o primeiro grupo que o jornalista compartilha sua indignação com o fato de o Ministério da Educação autorizar uma obra com supostos erros. O destaque recai sobre a indiferença do MEC – o descaso das instituições, representado pelo então Fernando Haddad, “surdo ao coro dos sensatos”. Como se observa, o excerto também materializa a polarização da qual falamos anteriormente.

De modo geral, a alusão aos valores, em destaque nos dois excertos analisados, contribui para dar suporte à trama argumentativa constitutiva do discurso do enunciador-jornalista. Em 10, a sensatez representa o “bom senso”, princípio essencial, com o qual se espera que o público se identifique. A propósito, no embate discursivo, o público, conforme adverte Maingueneau (2005, p.117) “não é convencido pelos argumentos expressos, mas pela própria enunciação desses argumentos por tal discurso, isto é, pelo universo de sentido ao qual remete este último”.

5.2 Dos limites que definem as identidades discursivas

Os excertos analisados, e as estratégias que neles foram localizadas, além de sinalizar a forma como o confronto entre um Discurso de Fundamentação Normativa (DFN) e um Discurso de Fundamentação Linguística (DFL) é instaurado, servirão como base para demarcar os traços semânticos de cada um dos posicionamentos envolvidos na polêmica. Agora, como ponto de análise, é importante entender que *um enunciado polêmico põe em jogo sua própria identidade, ao mesmo tempo pressuposta e construída por cada uma das enunciações que pretendem ser sustentadas a partir dela.*

Até o momento, percebemos que o posicionamento de fundamentação normativa se coloca em “defesa” da norma culta da língua partindo da premissa de que o outro faz apologia do “erro”. Para sustentar esse posicionamento, todo um conjunto de argumentos vai sendo construído. Destacam-se, por exemplo, as acusações de que o livro se posiciona abertamente contra a norma culta ou de que seus autores defendem a supremacia da linguagem oral sobre a escrita.

Ao evidenciarem como se dá o processo de interpretação do outro, essas acusações associam-se ao que Maingueneau (2005) chama de simulacro, que consiste numa operação por meio da qual um discurso traduz os enunciados do oponente “nas categorias negativas do seu próprio sistema”. Como já apresentado, tal operação garante a preservação da identidade daquele que traduz, que se mantém em seu próprio fechamento semântico.

Nesse sentido, a interpretação de que o livro defende a supremacia do oral sobre o escrito, presente no texto publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* (ver excerto 8), pode ser

vista como um simulacro do adversário. Aliás, esse entendimento é o mesmo que se constata em outros textos do nosso *corpus*, como no trecho a seguir, de um artigo assinado por Dora Kramer.

(11) Fica, portanto, estabelecido que o ministério encarregado dos assuntos educacionais no Brasil, além de desmoralizar os mecanismos de avaliação de desempenho escolar, não vê problemas em transmitir aos alunos o conceito de que as regras gramaticais são irrelevantes. Pelo raciocínio, concordância é uma questão de escolha. Dizer “nós pega o peixe” ou “nós pegamos o peixe” dá no mesmo. “Os menino” ou “o menino”, na avaliação do MEC, são duas formas “adequadas” de expressão, conforme o conceito adotado pela autora, Heloísa Ramos, note-se, professora. (...) Aceitar como correta a argumentação de que a linguagem oral se sobrepõe ao idioma escrito em quaisquer circunstâncias e que não existe mais o “certo” nem o “errado”, mas sim o “adequado” e o “inadequado” em face das deficiências educacionais, equivale a aceitar a revogação de todas as regras. (KRAMER, Dora. Por uma vida pior. *O Estado de S. Paulo*. 17/05/11).

Em (11), entende-se, a partir da grade semântica do discurso de fundamentação normativa, que o adversário despreza as regras gramaticais. Notamos que Kramer critica duramente o Ministério da Educação em razão de esse se manifestar favoravelmente à obra, furtando-se do seu papel institucional de zelar pela educação do país e, conseqüentemente, pela norma culta da língua. O descontentamento em relação à atitude do órgão é flagrante, basta observar que este é acusado também de “desmoralizar os mecanismos de avaliação de desempenho escolar”.

Na continuação do excerto, destaca-se que, ao desprezar as regras gramaticais, o oponente defende que “concordância é uma questão de escolha. Dizer ‘nós pega o peixe’ ou ‘nós pegamos o peixe’ dá no mesmo”. Mais uma vez notamos que não há referência à explicação que os autores fazem do contexto situacional em que tais sentenças poderiam ser utilizadas, uma vez que, na obra da Editora Global, não se defende que tais expressões sejam equivalentes.

Contudo, prossegue o texto do Jornal *O Estado de S. Paulo*: ‘Os menino’ ou ‘o menino’, na avaliação do MEC, são duas formas ‘adequadas’ de expressão, conforme o conceito adotado pela autora, Heloísa Ramos, note-se, professora”. Aqui, percebemos que a crítica recai também sobre uma das autoras do livro – a professora Heloisa Ramos. Conforme o texto sob análise, Ramos não cumpre com o seu papel, qual seja, o de ensinar “o correto”. Sendo assim, esta não se adequaria ao perfil de professora projetado pela jornalista, para quem a substituição das noções de “certo” e “errado” por “adequado” e “inadequado” revela-se inaceitável.

Dos autores e dos órgãos competentes vai sendo construída, como se vê, uma imagem de irresponsabilidade. De acordo com a tradução que é feita do discurso adversário, conclui-se que o livro defende uma sobreposição da linguagem oral sobre o idioma escrito (“em quaisquer circunstâncias”). Em síntese, o que vemos no excerto 11 é a ênfase na afirmação de que o livro não se dedica ao ensino da norma culta, o que será, entretanto, negado pelo discurso segundo (DFL), conforme veremos na sequência, quando nos detemos na análise de alguns excertos referentes ao posicionamento favorável ao material.

Diante das questões acima discutidas, assim como da análise empreendida até o momento, chegamos ao primeiro quadro de referência apresentado a seguir. Como se pode observar, em destaque está o discurso colocado na posição de tradutor. Ainda que não se configure um quadro de relações semânticas propriamente dito, o esquema esboçado nos permite observar o modo como se dá o funcionamento da polêmica a partir desse discurso. O modelo construído em *Gênese*, convém ressaltarmos, leva em conta um esquema formado a partir de um conjunto de eixos semânticos sobre os quais a polêmica se sustenta. Por meio desse esquema, mais precisamente da aplicação de um conjunto de operações, obtém-se uma categoria de semas pertencentes a cada posicionamento.

Quadro 1: Pontos reivindicados e rejeitados pelo DFN

O DFN se apresenta como:	Ao mesmo tempo, o adversário:
<ul style="list-style-type: none"> - Defensor da norma culta da língua; - Contrário ao erro de português; - A favor das normas gramaticais; - Está do lado da sensatez. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ameaça a norma culta da língua; - Defende o erro de português; - Prega a supremacia da oralidade; - Está do lado da ignorância.

Fonte: Elaboração própria

Na sequência, veremos um pouco mais como se constrói o discurso segundo face à tradução operado pelo adversário. Para tanto, importante considerarmos os pontos em destaque na segunda coluna do quadro acima, pois será a partir deles que O DFL construirá sua “defesa”. Recorrendo às palavras de Maingueneau (2005, p.110), diríamos que “o discurso novo, ou simplesmente o discurso adverso assim integrados não podem aceitar uma tal tradução de sua identidade”.

O próximo excerto, parte de uma nota divulgada pela Associação Brasileira de Linguística (Abralin), para além de demonstrar descontentamento com a repercussão midiática do acontecimento, surge, portanto, com o propósito de retratar de forma adequada o posicionamento dos linguistas, os quais teriam sido interpretados de forma equivocada.

(12) O fato que, inicialmente, chama a atenção foi que os críticos não tiveram sequer o cuidado de analisar o livro em questão mais atentamente. As críticas se pautaram sempre nas cinco ou seis linhas largamente citadas. Vale notar que o livro acata orientações dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) em relação à concepção de língua/linguagem, orientações que já estão em andamento há mais de uma década. Além disso, não somente este, mas outros livros didáticos englobam a discussão da variação lingüística com o intuito de ressaltar o papel e a importância da norma culta no mundo letrado. Portanto, em nenhum momento houve ou há a defesa de que a norma culta não deva ser ensinada. Ao contrário, entende-se que esse é o papel da escola, garantir o domínio da norma culta para o acesso efetivo aos bens culturais, ou seja, garantir o pleno exercício da cidadania. Esta é a única razão que justifica a existência de uma disciplina que ensine língua portuguesa a falantes nativos de português. A linguística se constituiu como ciência há mais de um século. Como qualquer outra ciência, não trabalha com a dicotomia certo/errado. Independentemente da inegável repercussão política que isso possa ter, esse é o posicionamento científico. Esse trabalho investigativo permitiu aos linguistas elaborar outras constatações que constituem hoje material essencial para a descrição e explicação de qualquer língua humana. (ABRALIN. Língua e ignorância. 20/05/11).

Inicialmente, condena-se a análise que os críticos fizeram da obra, isso porque grande parte deles, embasados exclusivamente no que propagavam os veículos midiáticos, não teriam recorrido ao material para constatar o que de fato estava sendo dito. As críticas, de acordo com as palavras utilizadas no excerto, “se pautaram sempre nas cinco ou seis linhas largamente citadas”. Essas linhas a que a nota da Abralin faz referência correspondem, na verdade, aos trechos da obra que validavam o suposto erro de português.

Devemos ressaltar que o discurso filiado à linguística enfatiza constantemente essa operação de descontextualização feita pelo Outro, posto que esse seria um dos pontos desencadeadores de toda a discussão. Já tratamos, em outra passagem deste trabalho, do processo de destacamento de enunciados, quando recorreremos, inclusive, ao fenômeno da aforização, o qual, como vimos, potencializa a construção de simulacros na esfera midiática.

Na continuação da nota da Abralin, mais precisamente a partir de sua terceira linha, destaca-se que a concepção de língua/linguagem adotada pelo material está de acordo com o que orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Nesse sentido, o conteúdo abordado no

livro não pode ser tratado como novidade, conforme entendem os críticos, pois as orientações que constam nos PCN, para o ensino de língua materna, estão em vigor há mais de uma década.

Ademais, a discussão concernente à variação linguística não seria uma exclusividade do livro em questão, ela estaria presente também em outros materiais didáticos. Destaca a nota que a discussão dessa temática é feita “com o intuito de ressaltar o papel e a importância da norma culta no mundo letrado”. Assim, o simulacro de que o livro é contrário ao ensino da norma culta, construído pelo discurso adversário, é refutado.

No parágrafo final do excerto, a linguística é caracterizada como uma ciência, não cabendo, pois, a ela se pautar na dicotomia certo/errado, tal como faz o senso comum. Ressalta-se que o trabalho investigativo desenvolvido no âmbito dessa ciência “permitiu aos linguistas elaborar outras constatações que constituem hoje material essencial para a descrição e explicação de qualquer língua humana”. De fato, desde seu surgimento, a linguística tem procurado explicar o funcionamento da língua a partir de uma ótica científica.

Tratando dessas questões, Lyons (2011, p.46) nos apresenta dois pontos, já unânimes entre os pesquisadores da linguagem verbal, que caracterizam a linguística e a ciência em geral. Esses pontos remetem ao caráter empírico e objetivo da linguística. O primeiro deles deve-se ao fato de esta operar “com dados publicamente verificáveis por meio de observações e experiências”. Esse traço não a permite assim ser acusada de especulativa e intuitiva. O traço objetivo, por outro lado, exige um distanciamento dos “diversos tipos de preconceitos sociais, culturais e nacionalistas associados à visão leiga da linguagem e das línguas”.

Quando nos detemos sobre o caráter empírico desse fazer científico, constatamos que é por meio dele que se defende o reconhecimento de uma concepção plural de língua. É sobre tal ponto que esse discurso irá constantemente se deter, conforme veremos no próximo excerto, retirado de um artigo intitulado “Preconceito linguístico ou ensino democrático e pluralista”, do linguista e professor universitário Dante Lucchesi.

(13) Informar ao aluno que a língua é plural e admite formas variantes de expressão, cada uma legítima em seu universo cultural específico, não é apenas a forma mais adequada de fazer com que o aluno conheça a realidade da sua língua, mas um preceito essencial de uma educação cidadã, fundada nos princípios democráticos, do reconhecimento da diferença como parte integrante do respeito à dignidade da pessoa humana. A pluralidade é o principal pilar de uma sociedade democrática, garantindo a diversidade de crenças, de opiniões, de comportamentos, de opções sexuais etc. Contudo, a diversidade linguística é vista sempre como uma ameaça, sem que as pessoas se deem conta do autoritarismo que tal visão dissemina. A aceitação da diversidade linguística não entra em contradição com a necessidade da aquisição de uma norma padrão para uma melhor inserção em uma sociedade de

classes, dominada pelo letramento. E inclusive o livro em questão se apresenta como um instrumento adequado desse ensino, com seus exercícios de pontuação, do uso canônico dos pronomes e até do emprego das sacrossantas regras de concordância, que ousou desafiar, tocando em um aspecto nevrálgico da visão discricionária de língua que predomina na sociedade brasileira. O reconhecimento da diversidade linguística, longe de ser prejudicial, é uma condição sine qua non para uma escola democrática e inclusiva, que amplia o conhecimento do aluno sem menosprezar sua bagagem cultural. A imposição de uma única forma de usar a língua, rechaçando as demais variedades como manifestações de inferioridade mental, é um ato de violência simbólica e mutilação cultural inaceitável. (LUCCHESI, Dante. Preconceito linguístico ou ensino democrático e pluralista. 23/05/2011).

Conforme se lê no início do excerto, Lucchesi enfatiza a necessidade de o aluno tomar conhecimento da realidade de sua língua. Nesse contexto, a língua é vista como um objeto plural, em contraposição a uma visão homogênea de tal objeto defendida pelo discurso adversário. Aceitar a pluralidade da língua é reconhecer a legitimidade de formas variantes de expressão como representação de espaços culturais específicos.

Considerando o público para o qual o livro *Por Uma Vida Melhor* é direcionado, a educação de jovens e adultos, constamos que muitas outras falas favoráveis à obra defendem, de modo recorrente, a necessidade de se levar em conta a realidade linguística do EJA, formada por alunos que tardiamente entram em contato com a norma culta da língua.

Apresentar ao aluno a língua em sua pluralidade constitui, assevera Lucchesi, no excerto sob análise, “um preceito essencial de uma educação cidadã, fundada nos princípios democráticos, do reconhecimento da diferença como parte integrante do respeito à dignidade da pessoa humana”. Por outro lado, tratar a diversidade linguística como uma ameaça, como o fazem os opositores do livro *Por Uma Vida Melhor*, representaria uma atitude autoritária, isso porque as variedades linguísticas passam a ocupar, no interior dessa visão, uma posição de inferioridade, o que acabaria por revelar um ataque à própria cultura, levando em conta que língua e cultura estão diretamente associadas.

Lucchesi deixa claro que o reconhecimento da diversidade linguística não exclui a necessidade da aquisição de uma norma padrão. Destaca, inclusive, a relevância dessa última “para uma melhor inserção em uma sociedade de classes, dominada pelo letramento”.

Essa relevância da norma padrão, constata o linguista, não é desprezada pelo livro do MEC, como comprovaria alguns tópicos (a exemplo dos exercícios de pontuação, de uso dos pronomes e das regras de concordância) presentes no material. Mas parece ter sido a discussão das regras de emprego da concordância o desencadeador das múltiplas reações, tocando, nas palavras de Lucchesi “em um aspecto nevrálgico da visão discricionária de língua que

predomina na sociedade brasileira”.

Uma concepção plural de língua, voltada para a discussão da heterogeneidade linguística, fundamento de uma educação democrática e inclusiva, conforme apresentada anteriormente, irá se opor ao que Lucchesi intitula, na continuidade de seu artigo, de “visão dogmática e discriminatória do ensino de língua portuguesa”. É, pois, contra essa segunda concepção que o linguista se posiciona ao apontar as falhas nela presentes, como se pode constatar no excerto que segue.

(14) Os problemas dessa visão dogmática e discriminatória do ensino de língua portuguesa se agravam com a tensão que existe no país em relação à norma de correção linguística. O linguista Marcos Bagno tem demonstrado que estruturas como “o jogador custou a chutar” e outras que os gramáticos tardicionais e midiáticos, como Pasquale Cipro Neto, afirmam não pertencer à norma culta são recorrentes nos textos de escritores consagrados, como Cecília Meirelles, Carlos Drummond de Andrade e Clarice Lispector, ou mesmo de clássicos, como Machado de Assis e José de Alencar. Isso demonstra que, no Brasil, existe um desacordo flagrante entre a norma padrão – modelo ideal de língua usado como critério para a correção linguística – e a norma culta – forma da língua concretamente usada pelas pessoas consideradas cultas, advogados, jornalistas, escritores etc. Ao empregar as duas expressões como sinônimas, Pasquale e os normativistas buscam dar às suas prescrições uma legitimidade que elas não têm, porque se apoiam numa equivalência que está longe de existir. (LUCCHESI, Dante. Preconceito linguístico ou ensino democrático e pluralista. 23/05/2011).

No excerto 14, são apontadas inconsistências no que diz respeito à questão da norma de correção linguística. A problemática da norma surge como um dos pontos frágeis da visão de língua que está sendo criticada, uma vez que, “no Brasil, existe um desacordo flagrante entre a norma padrão – modelo ideal de língua usado como critério para a correção linguística – e a norma culta – forma da língua concretamente usada pelas pessoas cultas, advogados, jornalistas, escritores etc”. Contesta-se, nesse sentido, o fato de essas duas normas serem postas como equivalentes pelos normativistas, como se elas fossem sinônimas¹⁹.

Citando Marcos Bagno, estudioso conhecido no campo da sociolinguística brasileira, Lucchesi salienta que expressões não aceitas pelos gramáticos tradicionais e midiáticos como pertencentes à norma culta são recorrentes tanto nos textos dos escritores consagrados quanto

¹⁹ O termo norma culta é associado ao grupo social que está mais diretamente imerso na cultura escrita. Designa, dessa forma, os fatos de língua frequentemente usados por esse grupo em situações formais, tanto de fala quanto de escrita. Ela não deve ser confundida com a expressão norma-padrão, muito embora algumas aproximações se tornem inevitáveis. O padrão seria resultado de um processo homogeneizador desencadeado pela cultura escrita no decorrer da história e sua propagação ocorre tradicionalmente por meio dos compêndios gramaticais normativos. Bagno (2007), buscando amenizar as ambiguidades que cercam a expressão “norma culta”, propõe, por exemplo, que se faça sua substituição por “variedades prestigiadas”.

nos dos clássicos, o que leva a crer que as prescrições dos normativistas são carentes de legitimidade. Interessante observar que, ao trazer à tona essa problemática, o enunciador aponta para o caráter anacrônico do discurso de seu adversário, cuja concepção de língua revela-se dogmática e discriminatória.

Sobre a análise empreendida nos três últimos excertos, verificamos que ela sinaliza as principais divergências entre os dois posicionamentos a que temos feito referência, especialmente no que diz respeito à concepção de língua e de ensino que o subjazem, ou seja, que estão na base de cada um deles. É nesse momento também que o discurso de fundamentação linguística se coloca como porta-voz, uma vez que até então ele havia sido apresentado somente a partir do recorte feito pelo adversário.

No sentido de visualizarmos mais detalhadamente aquilo que é reivindicado pelo DFL e aquilo que é atribuído ao seu adversário, vejamos o quadro 2 a seguir, dedicado a estabelecer as oposições entre os dois universos semânticos. É importante notar que os traços listados fazem parte, evidentemente, de um universo maior, eles se integram a outros aspectos reveladores do modo como o discurso posto em destaque se organiza.

Quadro 2: Pontos reivindicados e rejeitados pelo DFL

O DFL frequentemente reivindica:	Ao mesmo tempo, atribui ao outro:
<ul style="list-style-type: none"> - Concepção científica de língua; - Língua como objeto plural; - Ensino democrático e inclusivo; - Reconhecimento da realidade linguística. 	<ul style="list-style-type: none"> - Concepção anacrônica de língua; - Língua como objeto homogêneo; - Ensino autoritário e excludente; - Desconhecimento da realidade linguística.

Fonte: Elaboração própria

De modo geral, o enunciador, materializado na figura de um estudioso da língua, rejeita uma concepção de língua segundo a qual a inclusão da norma popular representaria uma exclusão da norma culta. A apresentação de argumentos que sustentam tal afirmação é, a propósito, recorrente nos excertos em análise, uma vez que vai ao encontro do reconhecimento da língua em sua diversidade.

Como visto nos exemplos, o enunciador evidencia seu repúdio frente ao que considera uma atitude preconceituosa em relação a outras variedades da língua. Nesse sentido, uma questão enfatizada é a de que a concepção sobre a qual o outro se apoia tem se revelado

discriminatória, uma vez que ignora a diversidade linguística ao pautar-se num ideal de homogeneidade.

Contudo, uma crítica como essa não pode passar despercebida pelos enunciadores imersos no DFN, que, vendo nela uma ameaça à sua identidade, sentem a necessidade de respondê-la de imediato, conforme constata os excertos que seguem. Novamente, o embate direto com o adversário emerge em primeiro plano, uma vez que, na perspectiva de um sujeito imerso no universo semântico do DFN, os sentidos atribuídos a palavras como “discriminação” ou “preconceito” em hipótese alguma podem ser aplicados quando se trata de corrigir os “erros” da língua.

De início, poderíamos refletir a respeito do modo como esses termos são significados em ambos os discursos. Se determinados termos recebem um estatuto privilegiado e constituem vocabulário obrigatório, conforme detalha Maingueneau (2005), aqui nos parece que ocorre justamente o oposto, uma vez que estamos diante de palavras que são fortemente negadas. Mais do que um simples processo de rejeição de unidades lexicais, ocorre ainda de se atribuir o pertencimento de tais unidades ao oponente.

Por outro lado, ao invés de uma discussão em termos de “palavras-chave” ou “pontos de cristalização semântica”, seria válido também considerar que “preconceito linguístico” assume *status* de tema recorrente na polêmica em análise, levando em conta a ênfase que lhe é atribuída no interior da discussão. Inclusive, em um dos excertos destacados, atribui-se (equivocadamente) a criação desse termo ao professor e linguista Marcos Bagno.

(15) Discriminar, dizem os dicionários, é "perceber diferenças', 'colocar à parte por algum critério', 'não se misturar', 'tratar mal ou de modo injusto' etc. e tal. **Ora, corrigir quem fala errado, chamar atenção para o erro nunca é discriminar. Os teóricos da defesa do erro de gramática são os primeiros que deveriam aprender a aprender.** (...) Quem for escrever da maneira que desejam alguns novos teóricos da educação – já que a escrita é a linguagem falada em caracteres – precisa criar uma nova língua. O dever do Ministério da Educação é defender a língua portuguesa, pois está na Constituição (art. 13) que o idioma oficial do Brasil é a língua portuguesa. Se aceitássemos a licenciabilidade linguística, o próprio Ministério da Educação perderia a sua razão de ser. 'Voltemos ao sistema tribal: cada um fala como quer.' Quando agora se quer espaço na mídia, busca-se o absurdo. Essa nova polêmica é o 'febeapá' da educação, ao pregar não ser necessário educar e, assim, oficializar a burrice. 'Não discrimine quem fala errado, ele está certo.' Discriminação é chamar quem ensina certo de errado. Só faltava essa, ensinar a falar errado. (SARNEY, José. Fale errado, está certo. *Folha de S. Paulo*. 20/05/11, grifo nosso).

(16) Os autores do crime linguístico aprovado pelo MEC usam um argumento delinquencial para dar licença para o assassinato da língua: dizem que quem usa “os

livro” precisa ficar atento porque “corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico”. Absurdo total. **Não se trata de preconceito linguístico. Trata-se, pura e simplesmente, de respeitar normas que custaram anos de evolução para que as pessoas pudessem se comunicar de uma maneira que umas entendam perfeitamente as outras.** (ROSSI, Clóvis. Inguinorança. *Folha de S. Paulo*. 15/05/11, grifo nosso).

No intuito de negar que haja discriminação da sua parte, o enunciador recorre, em um primeiro momento, ao próprio significado da palavra *discriminar* (“Discriminar, dizem os dicionários, é ‘perceber diferenças’, ‘colocar à parte por algum critério’, ‘não se misturar’, ‘tratar mal ou de modo injusto’ etc.e tal.”). É assim também que o adversário só poderá ser categorizado, nas linhas seguintes, como “teóricos da defesa do erro de gramática” ou “novos teóricos da educação”.

No exceto em análise, prevalece a ideia de que a língua precisa ser defendida. Ao Ministério da Educação, cabe assim a tarefa de defender a língua portuguesa, idioma oficial do Brasil, de acordo com o art.13 da Constituição. Ainda conforme Sarney, se a “licenciosidade linguística” for aceita, não haveria razão para a existência do Ministério da Educação. Nesse contexto, licenciosidade linguística supõe que o Outro seja contrário a todas as regras que fazem de uma língua uma língua, que permita uma espécie de vale tudo.

O posicionamento linguístico é acusado ainda de recorrer ao absurdo com o propósito de conseguir “espaço na mídia”. Na sequência, notamos a presença da tradução-simulacro (“Essa nova polêmica é o ‘febeapá’ da educação, ao pregar não ser necessário educar e, assim, oficializar a burrice. ‘Não discrimine quem fala errado, ele está certo”). No final do excerto, em uma espécie de inversão, o Outro é quem é colocado como quem discrimina (“Discriminação é chamar quem ensina certo de errado. Só faltava essa, ensinar a falar errado”).

No início do excerto seguinte, notamos essa tradução-simulacro especialmente no que se refere ao livro didático, agora nomeado de “crime linguístico”. Novamente o universo semântico do DFN será permeado por itens lexicais como “crime” e “assassinato”, utilizados para representar a atitude do oponente diante da língua. É dessa forma que todo o universo de sentido do adversário vai sendo rejeitado.

Esses termos, na verdade, marcam o tom de revolta, de indignação diante da gravidade do episódio, e são seguidos da reprodução de um trecho do material em que as autoras apresentam um exemplo da norma popular e alertam para a problemática do preconceito linguístico. O objetivo é, como pode ser constatado, o de se opor ao alerta levantado sobre tal

problemática, vista em (16) como um completo absurdo, uma espécie de justificativa sem fundamento para sustentar o que o enunciador também chama de “assassinato da língua”.

Enfim, o jornalista interpreta como uma atitude de respeito às normas o que na visão do outro poderia configurar preconceito linguístico. Nesse momento, a referência parece ser feita à norma padrão, tida pelo enunciador como sinônimo de evolução. Pode-se dizer que prevalece, portanto, um argumento de superioridade dessa norma em relação às demais. Assim, expressões como “os livro” são intoleráveis e vistas como uma deturpação da língua, reflexo de inferioridade.

Ao admitir não concordar com o debate em torno do preconceito linguístico e com a defesa que é feita do LD pelos seus opositores, observamos que o discurso de fundamentação normativa se vale de todo um arsenal de expressões depreciativas (os simulacros) para se referir aos linguistas. No texto “Os adversários do bom português”, de Renata Betti e Roberta de Abreu Lima, é possível identificar alguns exemplos dessas expressões. O próprio título, aliás, figura como uma primeira ocorrência.

(17) Para esse grupo [professores de linguística], chamar a atenção do aluno que infringe tais regras - papel fundamental de um bom professor - é "preconceito linguístico". Adotado nas aulas de português de meio milhão de estudantes do ensino fundamental, o livro *Por uma Vida Melhor* é uma amostra do que propaga esse círculo de **falsos intelectuais**. Escreve Heloisa Ramos, uma das autoras: "Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar os livro?". Claro que pode". O erro crasso de concordância seria apenas uma "variação popular", segundo a autora. Certamente um desserviço aos jovens de uma nação de iletrados sedenta de conhecimentos. (...)

O motor ideológico dos **obscurantistas** se move em torno da visão de que a língua culta é um instrumento de dominação das elites. Essa tolice é disseminada nas faculdades brasileiras de pedagogia. Resume o historiador Marco Antonio Villa: "O discurso dominante nessas instituições valoriza a ignorância". Essa visão mesquinha deturpa a sociolinguística, ramo de estudo focado nas variações do uso de um idioma - o que é bem diferente de menosprezar a norma culta e ensinar às crianças que elas podem falar "nós vai" ou "nós pegou o peixe" e que, se alguém as admoestar, é por "preconceito linguístico". (BETTI, Renata; LIMA, Roberta de Abreu. *Os adversários do bom português*. *Veja*. 23/05/11, grifo nosso).

Os professores de linguística são traduzidos em (17) como “falsos intelectuais” e “obscurantistas”. Conforme o simulacro produzido, para esses professores, a infração das regras gramaticais seria permitida. Nesse contexto, choca ao enunciador que esse grupo considere como “variação popular” um “erro crasso de concordância”. O suposto “erro” a que o enunciador se refere é exemplificado por meio de um trecho do material no qual aparece a

expressão “os livro”.

Assim, os professores, nomeados negativamente de “obscurantistas”, em referência a uma conduta contrária ao progresso, são acusados de desprezar a norma culta ao enfatizarem a questão do preconceito linguístico. De acordo com o que é exposto na parte final do excerto, a visão “de que a língua culta é um instrumento de dominação das elites” nada mais é do que uma deturpação da sociolinguística.

O que nos chama a atenção em (17) é essa tentativa de anular o oponente, caracterizando-o de forma depreciativa. Talvez essa seja uma das passagens do *corpus* em que mais consistentemente se possa observar a presença do simulacro, o qual, de acordo com a abordagem aqui adotada, diz respeito a uma atividade discursiva que põe em cena um primeiro discurso, cuja posição será a de tradutor (discurso agente), e um segundo discurso, em referência àquele que será traduzido (discurso paciente).

Mais do que o simulacro do adversário, o enunciador constrói determinada imagem de si. Já adiantamos no capítulo 4 deste trabalho, por exemplo, que o enunciador do DFN se materializa especialmente na figura de um sujeito jornalista que se coloca em defesa da língua. É por meio dessa imagem de sujeito sensato e de defensor da língua que o jornalista estabelece um processo de identificação com os co-enunciadores.

Esses co-enunciadores são formados pelo público que acessa ao periódico e que comunga do mesmo discurso do jornalista na defesa do “português correto”. Apontamos anteriormente que uma forma de alcançar mais diretamente esse público é recorrendo, por meio de um tom de protesto, a um conjunto de valores compartilhados. Ora, uma discussão que resulta a partir de então recai justamente sobre uma problemática ainda não explorada nessa pesquisa – aquela que mobiliza a noção de *ethos*.

A propósito, não poderíamos falar de um processo de “adesão dos sujeitos a certo discurso” sem mencionar tal noção. Quando considerado um contexto de polêmica, devemos ir ainda mais adiante, partindo do pressuposto de que, para além de um processo de identificação, ocorre também um processo de rejeição de enunciadores a determinado universo de sentido. A imagem de sujeito sensato e defensor da língua mencionada anteriormente não é, por exemplo, recebida da mesma forma pelos co-enunciadores antagonistas.

Em outras palavras, podemos direcionar nossa reflexão para o modo como o *ethos* é assimilado no contexto da polêmica, tanto pelos co-enunciadores aliados quando pelos co-enunciadores antagonistas. Sobre essas questões, não podemos deixar de remeter ao trabalho de Ferreira (2008) citado na introdução desta dissertação.

Em sua pesquisa, o autor, como já tivemos a oportunidade de apontar, empreende uma

análise da relação estabelecida entre o discurso de divulgação científica neodarwinista e o discurso criacionista conservador. Com relação ao *ethos*, o autor parte da hipótese de que a interincompreensão funciona de forma semelhante à construção do simulacro, remetendo ao funcionamento da construção dos sentidos verificados em outros planos do discurso. Para além dessa análise inicial do *ethos*, é feito também um estudo do *pathos*, que, nas palavras do autor “parece complementar um pouco mais a reflexão sobre o processo de adesão, ou de rejeição, dos ‘sujeitos’ a um certo discurso” (FERREIRA, 2008, p.4).

Parece-nos que esse processo de adesão, ou de rejeição, de que fala o autor é explicado pela hipótese da competência discursiva. De acordo com a abordagem da polêmica sustentada neste trabalho, os sujeitos tendem a aderir aos discursos que estejam em conformidade com as regras de sua formação discursiva. Enfim, é essa mesma competência que permite aos enunciadores de cada discurso reconhecer a incompatibilidade do universo discursivo de seu outro. Conforme veremos na sequência, essa noção também será acionada quando procuramos explicar os tipos de relações intertextuais legitimados por cada posicionamento.

A seguir, no excerto 18, continuação do texto “Os adversários do bom português”, observaremos melhor tal relação. Convém ressaltar que o texto em questão foi publicado na *Veja*, revista da qual temos analisado outros textos, todos críticos em relação ao livro do MEC, a exemplo dos dois primeiros excertos que introduzem nossa análise, assinados pelo jornalista Reinaldo Azevedo.

(18) Esses desvarios são o retrato da atual situação política brasileira, comandada por uma ortodoxia cada vez mais ousada em sua destruição impune de todo bem cultural que não se encaixa na sua estreita visão de mundo. "A ideia de que a língua culta é um instrumento de dominação da elite é um absurdo que não se vê em nenhuma outra nação desenvolvida", diz o linguista Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras e autor de dezenas de livros. Um dos expoentes dos talibãs da linguística no Brasil é um certo Marcos Bagno, professor da Universidade de Brasília (UnB), hoje o grande madraçal da ortodoxia dessa estupidez. Bagno criou o termo "preconceito linguístico" em um livro de mesmo nome, lançado na década de 1990. Já é um escândalo planetário que o suado dinheirinho dos brasileiros honestos e trabalhadores esteja sendo usado para sustentar os desvarios dos **talibãs acadêmicos**. A preguiça mental desses **doutores do atraso** é sustentada por brasileiros de quem o Fisco arranca a maior carga de impostos do mundo entre os países emergentes, por pais e mães que gastam metade do que ganham para pagar uma boa escola privada aos filhos, suprimindo com seu suor o que deveria ser obrigação do estado. (BETTI, Renata; LIMA, Roberta de Abreu. Os adversários do bom português. *Veja*. 23/05/11, grifo nosso).

Em (18), o enunciador associa a abordagem do livro (tratada como “desvarios”,

conforme sua grade semântica) ao contexto político corrente, aspecto já apontado anteriormente em nossa análise, quando identificamos críticas aos governos de Lula e Dilma Rousseff. Na sequência, recorre a Evanildo Bechara, reforçando novamente a oposição à ideia de que a língua seja um instrumento de dominação da elite. Como se vê, as palavras de Bechara vão ao encontro do que está sendo defendido no texto, de modo que o enunciador é capaz de reconhecer a compatibilidade entre elas e o seu discurso.

Já deve ter ficado evidente que cada posicionamento, em razão de sua competência discursiva, tende a citar os autores cujos enunciados sejam semanticamente próximos aos seus. Nesse sentido, não se pode perder de vista a noção de intertextualidade traçada por Maingueneau (2005), já que ela diz respeito exatamente aos tipos de relações intertextuais legitimadas pela competência discursiva.

Se Bechara, nesse caso, é colocado como uma autoridade, Marcos Bagno, por outro lado, é duramente criticado e visto como “um dos expoentes dos talibãs da linguística no Brasil”. Ao empregar o termo “talibãs”, o enunciador remete a um contexto geralmente associado ao autoritarismo, no qual se prevalece a imposição e o radicalismo de ideias. A expressão “doutores do atraso”, no final do excerto, é outro simulacro construído do adversário.

Como podemos observar frente ao exposto, o posicionamento do enunciador-jornalista se manifesta por meio de um ataque direto à comunidade linguística. Mais uma vez devemos ressaltar que o outro não pode aceitar que sua identidade seja assim traduzida. Os dois últimos excertos que encerram nossa análise expressam, nesse sentido, o repúdio frente a esse posicionamento.

(19) O grande incômodo, relacionado ao fato do livro relativizar o uso da norma culta, substituindo a concepção de “certo e errado” por “adequado e inadequado”, retrata a incompreensão da imprensa e população em relação ao escopo de atuação de pesquisadores que se ocupam em compreender e analisar os usos situados da linguagem. A polêmica em torno deste relativismo, assim como a interpretação deturpada de pesquisas na área da linguagem, não é nova. Em novembro de 2001, na reportagem de capa da Revista Veja, intitulada “Falar e escrever bem, eis a questão”, Pasquale Cipro Neto dirigiu-se ofensivamente a pesquisadores da área de linguagem que defendem a integração de outras variedades no ensino de língua portuguesa como uma **corrente relativista e esquerdistas de meia pataca, idealizadores de “tudo o que é popular** – inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do “povo” (Fonte, Veja Online, consultada em 20.05.2011). (Nota da Alab. 20/05/2011, grifo nosso).

(20) Muitos de nós acreditamos que a educação é um dos meios de que dispomos para enfrentar essa nossa profunda clivagem econômica e social. Nós linguistas, por exemplo, defendemos que o ensino de português crie condições para que todos os

alunos alcancem o domínio das variedades cultas, variedades com que se expressa o mundo da cultura letrada, do saber escolarizado. [...] O desvelamento da nossa cara linguística, porém, tem incomodado profundamente certa intelectualidade. A complexidade da realidade parece que lhes tira o ar e o chão. Preferem, então, apegar-se dogmática e raivosamente à simplicidade dos juízos absolutos do certo e do errado. Mostram-se assim pouco preparados para o debate franco, aberto e desapaixonado que essas questões exigem. (FARACO, Carlos Alberto. Polêmica vazia. *Gazeta do Povo*. 19/05/11).

O excerto que integra a Nota divulgada pela Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) destaca a *incompreensão* da imprensa e da população quanto à atuação dos pesquisadores da área de linguagem. É o que revela, nesse sentido, e conforme a nota, a repercussão da obra *Por Uma Vida Melhor*, que despertou revolta nos mais diversos meios pelo fato de não se pautar na noção de certo e errado na língua.

Na verdade, essa nova polêmica parece reacender uma discussão antiga, na qual os pesquisadores da área de linguagem são, com frequência, interpretados de maneira equivocada. O excerto aponta como exemplo um episódio ocorrido no ano de 2001, em que Pasquale Cipro Neto, por meio de reportagem de capa da *Veja*, reporta-se de modo ofensivo (conforme palavras em negrito no excerto) “a pesquisadores da área de linguagem que defendem a integração de outras variedades no ensino de língua portuguesa”.

A reportagem citada na nota da Alab, intitulada “Falar e escrever bem, eis a questão”, é assinada pelo jornalista João Gabriel de Lima. Inclusive, as palavras ofensivas parecem ter partido desse jornalista, o que despertou imediatamente a reação da comunidade acadêmica. O episódio em questão fez com que Marcos Bagno redigisse uma carta ao editor da revista *Veja*, na qual critica o fato de os meios de comunicação de massa ignorarem a investigação científica da linguagem ao pôr em relevo certas concepções impregnadas de “superstições, mitos e estereótipos” a respeito das questões linguísticas e pedagógicas.

A nota da Alab, quando retoma tal episódio, evoca a memória de outros acontecimentos polêmicos, que também convocaram a participação dos linguistas. O mesmo pode ser aplicado à polêmica em torno dos estrangeirismos, que, como vimos no capítulo 3, desencadeou um acirrado debate público entre o deputado Aldo Rebelo e o linguista Carlos Alberto Faraco na *Folha de S. Paulo*.

As palavras de Faraco de que aquela polêmica representou, de alguma forma, uma “situação oportuna para debater sobre a questão linguística brasileira no espaço público” são válidas também para o episódio do material didático que estamos tratando nesta pesquisa, muito embora, novamente, o discurso da linguística tenha sido praticamente ignorado pela grande

mídia. A propósito, Faraco, ao se posicionar sobre essa “nova polêmica”, no excerto que encerra a presente análise, parece reproduzir as mesmas afirmações feitas quando do debate sobre os estrangeirismos.

Nesse último excerto, é uma voz coletiva que se faz ouvir, marcado pela expressão “nós linguistas”. É dessa forma que em (20) o enunciador responde aos ataques que foram dirigidos a esses pesquisadores, enfatizando como o ensino de português é realmente interpretado por essa comunidade. Dirige-se diretamente à grande mídia, a “certa intelectualidade” que insiste em não aceitar a realidade linguística, estando, segundo suas palavras, “pouco preparados para o debate franco, aberto e desapassionado que essas questões exigem”.

O ataque ao despreparo dos críticos se reflete no próprio título do artigo de Faraco – “Polêmica vazia”, em que o autor parece apontar para a falta de fundamento dos argumentos de seu oponente, considerando a análise superficial pela qual a obra teria sido submetida. Evidentemente que na base de todo esse processo está uma relação entre dois discursos que vem acompanhando as discussões sobre a língua já há algum tempo.

A polêmica aqui atualizada decorre de uma incompatibilidade semântica. É justamente dessa forma, numa oposição constante ao Outro, que as identidades discursivas vão sendo construídas. Em outras palavras, pensamos numa identidade que não é fechada se considerarmos que ela se estrutura na relação interdiscursiva. De modo geral, uma análise da construção dessa identidade demanda uma consideração da significância discursiva em seu conjunto, com vistas a integrar todos os seus planos. É sobre o princípio de uma semântica global que essa análise deve, portanto, ser estruturada.

Considerando o modo como se dá a relação entre os enunciadores no âmbito dos discursos aqui investigados, chegamos à tabela a seguir, esquematizada a partir dos excertos analisados ao longo deste capítulo. Por meio dela, podemos acessar alguns pontos de incompatibilidade semântica responsáveis por estabelecer as fronteiras de cada identidade discursiva.

Remetemos, em um primeiro plano, ao estatuto assumido pelos enunciadores de ambos os discursos no âmbito do conflito, o que nos leva a refletir novamente “sobre o processo mais geral de adesão dos sujeitos a determinado posicionamento”. Dada a importância das questões apresentadas, efetuamos ainda uma síntese dos principais pontos por meio dos quais esses enunciadores estruturam seus dizeres, como também listamos algumas expressões identificadas no processo de desqualificação do oponente.

Quadro-síntese: Principais oposições – enunciadores do DFN e enunciadores do DFL

OS ENUNCIADORES IMERSOS NO DFN:	OS ENUNCIADORES IMERSOS NO DFL:
Apresentam-se como sensatos, civilizados, defensores da norma culta;	Apresentam-se como estudiosos da língua, democráticos;
Ignoram a existência de preconceito linguístico;	Reafirmam a existência do preconceito linguístico e da necessidade de combatê-lo;
Recorrem à autoridade de personalidades diversas: gramáticos, escritores, políticos, escritores etc;	Ancoram-se na autoridade a ciência linguística e nos documentos oficiais de ensino;
Consideram que a inclusão da norma popular exclui a norma culta;	Consideram que a inclusão da norma popular não exclui a norma culta;
Tom agressivo, acusativo;	Registro mais moderado;
Seus adversários são traduzidos como irresponsáveis, demagogos, falsos intelectuais, esquerdistas, ignorantes.	Seus adversários são traduzidos como desinformados, autoritários, ignorantes.

Fonte: Elaboração própria

6 CONCLUSÃO

Desde o início deste percurso, temos tido a preocupação de dar ênfase a pesquisas que mantêm uma relação estreita com este trabalho. Foi assim que partimos de algumas constatações apresentadas por Baronas e Cox em artigo de 2013. Nesse estudo, como já enfatizamos, os autores partem da hipótese de que o destaque e a aforização de enunciados retirados do livro *Por Uma Vida Melhor* potencializam a produção de simulacros na esfera midiática.

Essas discussões pareciam ir ao encontro do que afirma Maingueneau (2010) ao tratar dos novos tipos de polêmica construídas pelas mídias audiovisuais contemporâneas. É comum que, por meio desses canais, proliferem-se enunciados destacados, responsáveis por desencadear reações diversas. Conforme esse novo regime de produção e circulação de enunciados, haveria uma mudança da dimensão das unidades concernidas, fazendo com que, ao invés de textos inteiros, passassem a circular o que se chama de “pequenas frases”.

Entendendo a importância das questões trazidas por Baronas e Cox, decidimos, portanto, por fazer do trabalho desses autores o nosso ponto de partida. De fato, essa foi uma decisão importante e que nos possibilitou entender um pouco mais as especificidades da polêmica em estudo. É válido destacar também que a leitura de outros trabalhos com os quais tivemos contato nos levava à constatação de que não havia um roteiro fechado que pudesse ser utilizado em toda e qualquer análise em que a polêmica se manifestasse. E isso se explica pelo fato de que estávamos diante de um fenômeno complexo, de muitas facetas, sendo imprescindível uma atenção às particularidades de cada objeto.

Durante o percurso, outra etapa importante ocorreu ainda na elaboração do projeto de qualificação. Nesse momento, identificamos alguns fenômenos discursivos que revelavam o embate entre dois posicionamentos antagônicos. Uma descrição desses fenômenos, os quais relacionamos a uma das dimensões do polêmico propostas por Maingueneau, é feita no capítulo 4 desta dissertação, intitulado *Procedimentos teórico-metodológicos*. Nesse capítulo, procuramos também caracterizar outros aspectos que permitem verificar como são construídas as identidades discursivas em conflito na polêmica do livro didático.

De certa forma, tivemos que empreender um desdobramento de algumas questões já apresentadas no capítulo 2, dedicado à apresentação da abordagem da polêmica em Dominique Maingueneau. Sem dúvida, a elaboração desse arcabouço teórico-metodológico representou um dos momentos mais desafiadores da dissertação, já que exigia tomadas de decisões mais consistentes de nossa parte. Um dos nossos maiores receios era o de cometer reducionismos

indesejáveis, o que explica o fato de esse capítulo ter surgido somente após uma apresentação prévia do caminho a ser seguido.

Levando em conta os aspectos apresentados nessa parte do trabalho, passamos, enfim, a uma análise dos dados logo na sequência. Os textos selecionados encontram-se disponíveis na *internet*, tendo sido publicados ao longo do mês de maio de 2011. Em um primeiro momento, o destaque é dado para o grande número de estratégias de integração/desqualificação do adversário. Nos excertos iniciais, evidenciamos a forma como o enunciador-jornalista, contrário à tese defendida pelos autores do material didático, procura deslegitimar os argumentos do seu oponente.

Para esse enunciador, o livro estaria contra a norma culta da língua, posicionando-se em defesa do erro de português. Como forma de marcar sua discordância em relação à fala da autora, ou do próprio Ministério da Educação, são apresentadas citações acompanhadas de réplicas e comentários. Em uma das passagens, quando a crítica é direcionada ao MEC, observa-se que o discurso citado é cortado por uma oração intercalada, por meio da qual o enunciador marca sua fala. Essa estratégia de recorrer às palavras do adversário, por meio de citações em discurso direto, ocorre com bastante frequência nos excertos analisados.

Notamos que, embora sejam retomadas entrevistas e outros textos em que o oponente manifesta seu posicionamento, os enunciados destacados do material didático não deixam de ecoar no discurso do jornalista, potencializando certamente a produção de estratégias diversas, situadas no prolongamento do simulacro-primeiro. Nesse sentido, bastante significativo é o recurso à negação polêmica, no excerto 4, como resposta direta a uma passagem do material em que os autores atestam a legitimidade de uma sentença característica da variedade popular, conforme se lê: “Não pode, não, está errado, é ignorância, pura ignorância, má formação educacional, preguiça do educador em corrigir erros”.

Uma outra forma de o enunciador reforçar sua posição é recorrer, por exemplo, a citações de autoridade, como em 6, 7 e 8. Essas citações atuam a favor unicamente de uma das partes, estabelecendo uma polarização entre o grupo dos que são contra e o dos que são favoráveis ao livro didático. O objetivo final, evidentemente, é o de mostrar a força do primeiro grupo, com o qual o enunciador-jornalista procura manter proximidade. Não podemos esquecer, contudo, que até mesmo essas falas não estão totalmente isentas de alterações ao serem recontextualizadas no discurso do enunciador. Sobre as autoridades citadas, localizamos, nesses excertos, referências a escritores e gramáticos, o que muito revela sobre quem é visto pela grande mídia como autoridade quando o assunto é língua (ver Mendonça, 2006).

Dando prosseguimento a nossa análise do funcionamento da polêmica, procuramos, no

decorrer do trabalho, enfatizar o fato dessas estratégias revelarem a incompatibilidade entre dois universos semânticos. Aos poucos, vai se tornando ainda mais nítido o embate entre um Discurso de Fundamentação Normativa (DFN) e um Discurso de Fundamentação Linguística (DFL).

No caso desse primeiro discurso, notamos que ele recorre, por diversas vezes, a simulacros do seu adversário, acusando-o, com frequência, de pregar a supremacia do oral sobre o escrito. Persiste de fato uma recusa em aceitar uma outra visão de língua, ainda que esta ancore-se na autoridade da ciência. Na verdade, esse *status* de ciência não é reconhecido, como comprovam as expressões por meio das quais os linguistas são traduzidos nos excertos 17 e 18: “falsos intelectuais”, “obscurantistas”, “doutores do atraso” etc.

Esses simulacros, que são parte do processo de incompatibilidade entre os dois discursos, surgem justamente quando se rejeita as acusações de preconceito linguístico. Em um desses excertos, por exemplo, o enunciador chega até mesmo a atribuir ao linguista Marcos Bagno a criação do termo “preconceito linguístico”, descrevendo-o como “um dos expoentes dos talibãs da linguística no Brasil”.

Na verdade, a crítica que vai sendo feito aos estudiosos da linguagem assume, ao longo dos excertos, um tom de revolta. O enunciador procura, por diversos procedimentos, excluir a voz desse grupo do debate, alegando que os defensores da obra colocam em risco a norma culta ao tolerar o erro linguístico. Observamos que, mesmo quando há uma tentativa de reconhecimento da linguística, não se admite que esta ciência ultrapasse os limites do espaço institucional da universidade.

Nos excertos em que se revela o posicionamento chamado de linguístico, por sua vez, observa-se, em geral, a voz do pesquisador da área da linguagem, que procura reforçar a falta de conhecimento do adversário quanto à realidade linguística do país. Desse posicionamento científico, prevalece uma visão plural da língua, sensível ao fenômeno da heterogeneidade linguística, vista não como um problema, mas como algo que faz parte da realidade da língua, como já admitem os próprios documentos oficiais de ensino. Ao defender-se das acusações de que seria contra o ensino da norma culta, reforça-se ainda o caráter anacrônico e discriminatório do discurso adversário.

Se comparado ao discurso primeiro, observamos que o ataque ocorre em termos bem menos agressivos. De fato, se pensarmos numa agressividade que se mede por meio de sinalizadores de certa violência verbal, observaremos, por parte desse discurso segundo, uma quantidade bem menor de termos depreciativos utilizados com o intuito de desqualificar o seu oponente.

Porém, esse tom mais moderado não impede que a desqualificação ocorra de outras formas, basta observar que o enunciador procura construir sua argumentação no sentido de mostrar a fragilidade do discurso adversário. Em razão das características elencadas ao longo dos excertos, poderíamos concluir que os argumentos nos quais se encontra sustentado o discurso segundo são construídos de modo a mostrar a falta de embasamento das críticas lançadas pelo discurso adversário.

Contudo, também é preciso reforçar que cada um dos discursos em análise tem um modo de funcionamento próprio, que seus espaços de circulação não são os mesmos, assim como não são os mesmos os procedimentos de desqualificação mobilizados pelos seus enunciadores. Quando levamos em conta a prática discursiva do discurso segundo, constatamos que este encontra-se mais associado ao espaço institucional da universidade. Em se tratando do discurso primeiro, persiste a figura do sujeito jornalista, que se vale de estratégias por vezes até sensacionalistas com o intuito de despertar as emoções de um público já consolidado.

A partir dessas constatações, parece-nos interessante retomar aqui uma distinção feita no plano teórico entre as noções de discurso agente e discurso paciente. Essas duas categorias, relacionadas respectivamente com as posições de tradutor e traduzido, conforme a caracterização apresentada no capítulo 4 de *Gênese*, são importantes para entender como ocorre o processo de construção dos simulacros.

Embora essas posições possam se alternar, acreditamos que, no *corpus* em análise, a posição de discurso agente encontra-se mais diretamente associada ao grupo contrário ao livro da Ação Educativa. Não se pode desprezar também o fato de que esse grupo exerce predominância no espaço midiático, o que nos leva a pensar que a polêmica, de certa forma, não deixa de ser uma disputa por esse espaço, em termos de fazer ouvir uma voz autorizada, como reivindicam os estudiosos da linguagem.

Tais estudiosos, conforme já reforçado, têm travado uma relação tensa com a mídia. Recorremos a esse ponto algumas vezes nesta pesquisa em razão mesmo da frequência com que ele é retomado pelo DFL. Sem dúvida, a mídia seria um dentre outros tantos espaços em que a tradição normativa exerce seu monopólio. Não é de hoje que grandes revistas dedicam colunas semanais para disseminar determinados saberes gramaticais, cujo objetivo tem sido basicamente o de levar o falante ao conhecimento do “bom uso” da língua portuguesa.

De modo geral, nos textos analisados, procuramos identificar aspectos concernentes ao funcionamento da polêmica estabelecida na relação entre os dois discursos mencionados. No que diz respeito às suas funções, podemos dizer que a polêmica “serviu para colocar os linguistas em pé de guerra”, fazendo com que as questões que envolvem a língua figurem no

centro de um debate público.

A análise atesta, contudo, a pouca visibilidade do discurso científico sobre língua na mídia, o que remonta, especialmente para os pesquisadores da área de linguagem, a uma espécie de memória de outros acontecimentos. Tratar dessas questões é considerar, ao mesmo tempo, a presença de um discurso dominante sobre a língua portuguesa, o qual, seja por meio de uma política de citação ou por um processo de destacamento de enunciados, ressignifica o discurso adversário.

Essa ressignificação do discurso outro é apontada por Mendonça (2006, p. 204) a partir de uma problematização daquilo que é feito com os enunciados desses sujeitos. Ainda que, na mídia, diferentes sujeitos ocupem o lugar de “especialista no assunto”, a autora avalia que “a participação dos linguistas em debates [...] é positiva, mesmo que os resultados não sejam os esperados por eles, mesmo que se sintam ‘incompreendidos’ ou vítimas do outro”.

No que se refere a essa “incompreensão”, nosso trabalho investigativo permitiu que ela fosse revelada em diversos níveis, passando pelo processo de destacamento de enunciados na esfera midiática até a produção de discursos sobre língua. O itinerário de pesquisa que realizamos foi sendo conduzido, de alguma forma, a partir desses pontos principais.

Chegando ao final desse itinerário não podemos deixar de avaliar o aporte teórico e metodológico que deu sustentação às nossas análises. Na tentativa de analisar aspectos relacionados ao funcionamento da polêmica, recorremos ao quadro apresentado em Maingueneau (2005, 2010). Esse teórico, em suas discussões mais recentes, tem inserido a polêmica na lista dos registros comunicacionais, traçando algumas dimensões que permitem visualizar melhor a sua construção.

Acreditamos que tais dimensões, para além de refinarem o olhar do analista, no que tange ao tratamento da polêmica, tornam ainda mais explícita a complexidade que envolve esse fenômeno. Uma das especificidades do polêmico em relação a outros tipos de registro, conforme apontamos no capítulo 2, é que este pressupõe uma ameaça à fronteira pela qual se define uma identidade discursiva. Disso decorre um conjunto de hipóteses reveladoras do modo como é concebida a relação entre os discursos. No quadro proposto por Maingueneau (2010, p.196), há um especial interesse “pelas modalidades de existência de diversos posicionamentos, pela maneira como eles se instituem no interdiscurso”.

Embora o quadro desenhado pelo teórico francês tenha norteadado mais diretamente este trabalho, fizemos também algumas referências à perspectiva de Amossy (2017). Na verdade, um dos objetivos iniciais da pesquisa consistia em fazer dialogar as perspectivas dos dois autores. Mas esse empreendimento mostrava-se um tanto quanto precipitado, especialmente se

considerarmos nossa recente imersão na obra de Maingueneau.

Levando isso em conta, foi que passamos, posteriormente, a nos questionar: como recorrer a articulações de cunho teórico, trazendo-as para o primeiro plano, sem antes explorar, de forma mais consistente, as recentes discussões empreendidas pelo teórico francês? Além disso, como não correr o risco de se sentir guiado por um caminho diferente daquele reivindicado pelo *corpus* de análise?

Embora esses questionamentos tenham sido importantes para o desenvolvimento deste trabalho, pensamos que vale a pena levantar nesse momento algumas reflexões ancoradas na leitura da obra desses dois autores. Se decidimos retomar essas reflexões que haviam sido de alguma forma apagadas ao longo do trabalho, devemos enfatizar que elas serão, no entanto, apresentadas apenas muito brevemente, uma vez que resultam de impressões iniciais de leitura.

No que diz respeito à obra de Amossy, partimos da leitura do livro *Apologia da polêmica*. Um dos propósitos do livro em questão consiste em traçar as funções da polêmica no espaço democrático. Remetendo ao dissenso, ou seja, a uma divisão profunda de opiniões, a autora pontua que a polêmica é constantemente vítima de descrédito pela sociedade, isso porque as dissensões seriam vistas como uma ameaça à harmonia social²⁰.

Embora a pluralidade de opiniões não seja ignorada, o que se busca é uma negociação das diferenças em prol de um acordo. Partindo dessas reflexões, a autora argumenta, por sua vez, que a polêmica não deixa de atrair, invadindo o espaço público e fundamentando a própria democracia.

Nesse cenário, enfatiza-se o papel da mídia, vista como um espaço em que polêmicas têm sido orquestradas e difundidas. Diante dessa conjuntura, discute-se ainda a questão da responsabilidade jornalística, sempre a partir da análise de casos concretos. Consideramos que seria justamente esse enlaçamento entre a esfera midiática e o fenômeno da polêmica o que mais diretamente poderia explicar a nossa referência ao texto de Amossy.

É por meio da esfera midiática, inclusive, que estudamos as operações de destaque e aforização descritas em Maingueneau (2010, 2014). Nesse momento, o enfoque está para o que o autor de “Gênese” chama de dimensão genérica, cuja peculiaridade é levar em conta as práticas discursivas por meio das quais a polêmica se realiza. Isso implica considerar que a polêmica não pode ser dissociada de determinado quadro institucional (ou, mais amplamente, daquilo que chamamos de condições de produção).

²⁰ Essa concepção advém do pensamento retórico aristotélico, que se assenta na “deliberação como gestão racional dos desacordos através da troca verbal” (AMOSSY, 2017, p.19).

Se o teórico francês faz questão de demarcar uma tal dimensão do polêmico que leva em conta o gênero, o suporte e seus lugares de difusão, Amossy também não ignora o papel de destaque desempenhado pelo quadro genérico – o que não deixa de ser uma posição já esperada, considerando que ambos os autores partilham de princípios basilares de um mesmo campo (o da análise do discurso).

Em “Apologia”, a pertinência do quadro genérico está no fato de que este modela e cerceia cada intervenção polêmica. Indo mais a fundo, destaca-se que gêneros como o artigo jornalístico, o debate televisivo e o fórum de discussão apresentam, por exemplo, formas polêmicas distintas, embora façam parte, os três, da mídia contemporânea. As diferenças se acentuam especialmente quando um discurso monogerido é comparado a uma troca entre dois ou mais debatedores, dado que no primeiro o polemista é o único capitão a bordo, enquanto no segundo cada debatedor deve se ajustar conforme as reações do outro.

Embora certos fundamentos da AD pareçam unir a proposta dos dois autores, cabe salientar, contudo, que em Amossy há uma ênfase sobre os postulados da retórica. Segundo a pesquisadora, a polêmica é marcada por uma oposição de discurso, caracterizando-se essencialmente pelo antagonismo de opiniões apresentadas no interior de um confronto verbal.

Tal caracterização desse fenômeno constitui, nesse sentido, um dos motivos pelos quais não se poderia desprezar as suas imbricações com o campo da retórica argumentativa, uma vez que argumentamos, de forma equivalente, “quando surge um desacordo sobre uma determinada questão e quando duas respostas opostas são dadas sobre um mesmo assunto” (AMOSSY, 2017, p.49). Diante disso, a autora se volta para os traços que no interior do campo da argumentação retórica garantem a especificidade da polêmica (a dicotomização, a polarização e a desqualificação do adversário, passando ainda, eventualmente, pela violência verbal e pelo pathos).

Tais traços são identificados a partir de uma investigação *in loco*. Ao recorrer à análise de casos concretos que tratam de questões sociais francesas, assim como de polêmicas que mobilizaram a sociedade israelense, procura-se interrogar sobre como se constrói a polêmica pública – a nível discursivo e argumentativo – demarcando as questões por ela suscitadas.

De modo geral, as reflexões que procuramos realizar até aqui a respeito da polêmica e de seu funcionamento revelam o interesse que esse fenômeno tem suscitado no interior de determinadas perspectivas teóricas. Certamente, esse interesse tem se revelado preciso, dada as contribuições que essas pesquisas podem trazer para os estudos do discurso.

Quando nos debruçamos sobre os trabalhos que tomam a polêmica como objeto de estudo, é que vislumbramos os contornos de um fenômeno muito bem situado (para um dado

espaço histórico). Uma análise empreendida sobre discursos religiosos da França do século XVII, por exemplo, “oferecem um meio de acesso precioso à diversidade dos campos ideológicos de uma época” (MAINGUENEAU, 2005, p.30). A partir de uma análise do espaço midiático, vê-se uma difusão de polêmicas a respeito de assuntos de interesse público, estas desencadeiam comentários, reações também polêmicas. Elas se revestem das mais diversas formas, suscitando uma atenção especial aos modos de produção e circulação de enunciados.

Mas é preciso levar em conta, nesses espaços, distintas condições de produção. Aliás, é partindo desse conjunto de reflexões que se deve embasar qualquer revisão mais detalhada dos diversos pontos de vista que procuram explicitar o funcionamento desse fenômeno que tem estruturado o debate público.

Em suas várias configurações, a polêmica tem se revelado um fenômeno complexo, porém instigante e cada vez mais atual. O estudo que realizamos, evidentemente, não esgota todas as possibilidades investigativas, uma vez que temos ciência de que outros aspectos poderiam ainda ser explorados. Considerando o desenvolvimento de pesquisas futuras, por exemplo, um aspecto que ainda demandaria uma reflexão mais aprofundada diz respeito justamente à questão do “ethos”, cuja alusão é feita na segunda parte do capítulo de análise.

Se no início do percurso carecíamos de um aporte teórico-metodológico consistente em que pudéssemos situar a polêmica, especialmente no que tange à materialização de um olhar discursivo sobre tal fenômeno, certamente agora as opções diversificam-se. Sem dúvida, ao final do trajeto, saímos muito mais fortalecidos.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de estudos linguísticos**, n. 19, Campinas, p. 25-42, jul./dez.1990.
- AQUINO, Patricia Aparecida de. **Polêmica em torno de dislexia**: um caso de interincompreensão. 267 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- BARONAS, Roberto Leiser; COX, Maria Inês Pagliarini. Por uma vida melhor na mídia: discurso, aforização e polêmica. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 13, n. 1, p.65-93, jan/abr. 2013.
- BARONAS, Roberto Leiser. **Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica**: abordagens discursivas. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- BENITES, Sonia Aparecida Lopes. **Contando e fazendo a história**: a citação no discurso jornalístico. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CAVALCANTI, Jauranice Rodrigues. As faces de uma polêmica: o episódio do livro didático Por uma vida melhor. **DELTA** [online]. 2013.
- FERREIRA, Nilson Cândido. **Evolucionismo e criacionismo**: aspectos de uma polêmica. 239 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. La polémique et ses définitions. *In*: **Le discours polemique**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1980.
- LYONS, John. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.
- MAINGUENEAU, Dominique. Aforização: enunciados sem texto? *In*: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (org.). **Doze conceitos em Análise do Discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. Registro: as três facetas do polêmico. *In*: POSSENTI, Sírio;

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (org.). **Doze conceitos em Análise do Discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Frases sem texto**. Tradução de Sírio Possenti et alii. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2008b.

MAINGUENEAU, Dominique. A análise do discurso e suas fronteiras. Tradução de Décio Rocha. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.14, n.20, 2007.

MENDONÇA, Marina Célia. **A luta pelo direito de dizer a língua**: a linguística e o purismo linguístico na passagem do século XX para o XXI. 249f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MENDES, Heloisa Mara. **A língua do museu da língua portuguesa**. 221f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

POSSENTI, Sírio. Análise do discurso e acontecimento: breve análise de um caso. *In*: NAVARRO, Pedro (org.). **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006.

POSSENTI, Sírio. Sobreasseveração e interpretação. *In*: POSSENTI, Sírio; BENITES, Sônia Aparecida Lopes (org.). **Estudos do texto e do discurso**: materialidades diversas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011a.

POSSENTI, Sírio. Linguistas e mídia: um episódio exemplar. **Revista Letras**, Curitiba, n.83, p.189-202, 2011b.

SILVA, Edvânia Gomes da. **Mudança ou continuidade?** A polêmica na seção Tendências/Debates da Folha de S. Paulo. 174 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

ANEXO A – TEXTOS ASSOCIADOS AO DISCURSO DE FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA (DFN)

Título: Os livro mais interessante estão emprestado

Autor: Augusto Nunes – colunista da Veja

Publicação: Revista Veja (Online)

Data: 13/05/2011

A frase reproduzida no título do post parece ter sido pinçada de alguma discursista de Lula. Não foi. Mas os autores do livro didático “Por uma vida melhor”, chancelado pelo MEC, decerto se inspiraram na oratória indigente do Exterminador do Plural para a escolha de exemplos que ensinem aos alunos do curso fundamental que o *s* no fim de qualquer palavra é tão dispensável quanto um apêndice supurado. O certo é falar errado, sustenta o papelório inverossímil.

A lição que convida ao extermínio da sinuosa consoante é um dos muitos momentos cafajestes dessa abjeta louvação da “norma popular da língua portuguesa”. Não é preciso obedecer à norma culta em concordâncias, aprendem os estudantes. Isso porque “*o fato de haver a palavra os (plural) já indica que se trata de mais de um livro*”. Assim, continuam os exemplos, merece nota 10 quem disser ou escrever “nós pega o peixe”. E só elitistas incorrigíveis conseguem espantar-se com a medonha variação: “Os menino pega os peixe”.

“Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever tomando as regras estabelecidas para norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas”, lamenta um trecho da obra. Por isso, o estudante que fala errado com bastante fluência “corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico”. No Brasil Maravilha que Lula inventou e Dilma Rousseff vai aperfeiçoando, professores que efetivamente educam não passam de “preconceituosos linguísticos”. Haja idiotia.

“Não queremos ensinar errado, mas deixar claro que cada linguagem é adequada para uma situação”, alega Heloísa Ramos, uma das autoras da afronta à inteligência e à sensatez. Em nota oficial, o MEC assumiu sem ficar ruborizado a condição de cúmplice. “O papel da escola”, argumentam os acólitos de Fernando Haddad, “ não é só o de ensinar a forma culta da língua, mas também o de combater o preconceito contra os alunos que falam linguagem popular”.

A professora Heloísa sentiu-se insultada com a perplexidade provocada pelo assassinato a sangue frio da gramática, da ortografia e da lucidez. “Não há irresponsabilidade de nossa parte”, ofendeu-se. Há muito mais que isso. Há um crime hediondo contra a educação que merece tal nome, consumado com requintes de cinismo e arrogância. O Brasil vem afundando desde janeiro de 2003 num oceano de estupidez. Mas é a primeira vez que o governo se atreve a usar uma obra supostamente didática para difundir-la.

Poucas manifestações de elitismo são tão perversas quanto conceder aos brasileiros desvalidos o direito de nada aprender até a morte, advertiu o post reproduzido na seção *Vale Reprise*. As lições de idiotia endossadas pelo MEC prorrogaram o prazo de validade do título: a celebração da ignorância é um insulto aos pobres que estudam.

A Era da Mediocridade já foi longe demais.

Título: Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente

Autor: Reinaldo Azevedo – colunista da Veja

Publicação: Revista Veja (Online)

Data: 14/05/2011

Escrevi, posts abaixo, um primeiro texto sobre um livro de língua portuguesa chamado “Por

Uma Vida Melhor”, que faz a apologia do erro, embora uma das autoras tente negar o óbvio. Demonstrarei a fraude intelectual e técnica em que se sustenta a tese daqui a pouco. Começo este texto pelo óbvio: o nome é péssimo. “Por Uma Vida Melhor” pode ser título de livro de medicina, de religião e de auto-ajuda, mas não de língua. Gabriel Chalita, que me lê com enorme prazer secreto, vai pensar: “Esse nome me pertence”, enquanto escreve seu 437º volume sobre filosofia criativa, depois de mandar mais uma carta fofa para o padre Fábio de Melo, aquele que canta e encanta.

Terá certamente uma vida melhor o aluno que dominar o instrumental da norma culta da língua, contra o qual o livro se posiciona abertamente. Assim, esse “instrumento didático” que conta com o endosso do MEC, se algum efeito tiver, será no sentido de piorar a vida do estudante; na melhor das hipóteses, contribui para mantê-lo na ignorância.

Onde está a fraude intelectual do negócio? Sim, é um negócio! Abaixo, segue reproduzida uma página do livro em que os autores defendem porque é perfeitamente aceitável dizer e, fica claro!, escrever: “Os **livro ilustrado** mais **interessante** estão **emprestado**”. Leiam. Raramente vi uma vigarice intelectual em estado tão puro. Volto em seguida (se a leitura estiver difícil, clique na imagem que ela será ampliada).

Alguns insetos provocam doenças, às vezes, fatais à população ribeirinha.

insetos (masculino, plural) ← alguns (masculino, plural)
doenças (feminino, plural) ← fatais (feminino, plural)
população (feminino, singular) ← ribeirinha (feminino, singular)

As palavras centrais (insetos, doenças, população) são acompanhadas por outras que esclarecem algo sobre elas. As palavras acompanhantes são escritas no mesmo gênero (masculino/feminino) e no mesmo número (singular/plural) que as palavras centrais.

Essa relação ocorre na norma culta. Muitas vezes, na norma popular, a concordância acontece de maneira diferente. Veja:

Os **livro ilustrado** mais interessante estão emprestado.

livro (masculino, singular) → os (masculino, plural)
ilustrado (masculino, singular)
interessante (masculino, singular)
emprestado (masculino, singular)

Você acha que o autor dessa frase se refere a um livro ou a mais de um livro? Vejamos:

O fato de haver a palavra **os** (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. Reescrevendo a frase no padrão da norma culta, teremos:

Os **livros** ilustrados mais interessantes estão emprestados.

Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro?’”. Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.

Existe outro tipo de concordância: a que envolve o verbo. Observe seu funcionamento:

O menino pegou o peixe. menino → singular pegou → singular	Os meninos pegaram o peixe. meninos → plural pegaram → plural
O menino pegou o peixe. menino → 3.ª pessoa pegou → 3.ª pessoa	Eu peguei o peixe. eu → 1.ª pessoa peguei → 1.ª pessoa

Na norma culta, o verbo concorda, ao mesmo tempo, em número (singular/plural) e em pessoa (1.ª/2.ª/3.ª) com o ser envolvido na ação que ele indica.

Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:

Nós pega o peixe.
nós → 1.ª pessoa, plural
pega → 3.ª pessoa, singular

Os menino pega o peixe.
menino → 3.ª pessoa, ideia de plural (por causa do “os”)
pega → 3.ª pessoa, singular

Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala.

Observação: Quando se refere à concordância, a palavra *peessoa* não tem o sentido de ser humano. Nesse contexto, *peessoa* refere-se aos envolvidos no ato de fala, que não precisam ser indivíduos. Existe aquele que fala (1.ª pessoa), aquele com quem se fala (2.ª pessoa) e aquele de quem se fala (3.ª pessoa). Exemplos:
Não vi sua revista, mãe.
(1.ª pessoa: o filho; 2.ª pessoa: a mãe; 3.ª pessoa: a revista).
Mas eu a deixei aqui!
(1.ª pessoa: a mãe; 2.ª pessoa: o filho; 3.ª pessoa: a revista)

O que vai acima é só uma conversa mole descrevendo por que, para usar a linguagem técnica, o “emissor” conseguiu transmitir uma “mensagem” eficiente. Ocorre que o fenômeno da comunicação e, por consequência, da cultura vai, e tem de ir, muito além da simples eficiência.

Ora, comunicamo-nos o tempo todo por códigos que não são verbais. Um simples arquear de sobrelhas diz muito mais, a depender do contexto – como bem sabem todos aqueles que têm filhos adolescentes – do que um discurso articulado em palavras. Nem por isso a escola vai se ocupar agora de decodificar esses sistemas pessoais de comunicação.

Uma coisa é explicar por que uma mensagem fora do padrão formal da língua funciona; outra, diferente, é atestar a sua validade como uma variante da língua. Não dá! Português não é inglês, por exemplo. Na nossa língua, os adjetivos têm flexão de gênero e número, e os verbos, de número. Quem dominar com mais eficiência esse instrumental terá vantagens competitivas vida afora. O que esses mestres estão fazendo, sob o pretexto de respeitar o universo do “educando”, como eles dizem, é contribuir para mantê-lo na ignorância.

Uma das autoras, Heloisa Ramos, concedeu uma entrevista ao iG e demonstrou que tem talento para humorista involuntária. Ela nega que o livro faça a apologia do erro e afirma: **“Esse capítulo é mais de introdução do que de ensino. Para que ensinar o que todo mundo já sabe?”** Boa pergunta, minha senhora! Pra que ensinar alguém a falar errado se todo mundo já sabe fazê-lo por conta própria, não é mesmo? Sem contar que o erro, convenham, não tem norma, certo? Cada um fica livre para cometê-lo à sua maneira.

Dona Heloísa tenta negar o que seu livro explicita. Acima, nas suas páginas, lê-se com clareza inequívoca: **“É importante que o falante de português domine as duas variantes e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala”**.

Faço a pergunta de sempre de Didi Mocó? “Cuma???” Ao que Mussum emendaria: “Só no forévis do povo!!!” Bons tempos em que falar errado era norma entre os “Os Trapalhões”!

Huummm... Diga aí, professora: quando é que o erro é mais adequado do que o acerto?

A mestra segue com seu talento para o humorismo na conversa com o iG: **“Não queremos ensinar errado, mas deixar claro que cada linguagem é adequada para uma situação. Por exemplo, na hora de estar com os colegas, o estudante fala como prefere, mas, quando vai fazer uma apresentação, ele precisa falar com mais formalidade. Só que esse domínio não se dá do dia para a noite, então a escola tem que ter currículo que ensine de forma gradual”**.

Uau! Entendi a preocupação. Fico cá a imaginar os estudantes se martirizando, na conversa com os colegas, preocupados em empregar a norma culta, muitas vezes ensinada com o brilho que sabemos, tendo como instrumento didático um livro como “Por Uma Vida Melhor”... De resto, como diria a doutora, por que contestar o que ninguém afirmou? Quem é que disse que o domínio da norma culta vai se dar do dia pra noite?

Pra que escola?

Escola é lugar de formalização do conhecimento, segundo o padrão culto, sim, senhor! Como teria dito o próprio artista, para que se possa pintar como Picasso aos 70 anos, é preciso saber pintar como Rafael aos 5, entenderam? O leitor sabe que este escriba mesmo mescla a tal norma culta ao uso informal e sem gravata da língua. Para que se chegue a ter um estilo, uma escrita pessoal, é preciso que se tenha o domínio do instrumental técnico.

Ninguém precisa de professor, minha senhora, para se comunicar de modo eficiente com os seus pares. Fosse assim, os analfabetos morreriam à míngua; fosse assim, Brasil afora, a nação estaria esfaimando. Os professores existem justamente para lembrar que a norma culta existe, que ela é importante, que, à diferença de servir à discriminação, é uma corretora de diferenças e de desigualdades.

Nem Paulo Freire...

Lá vou eu mexer com uma das divindades brasileiras – como se divindades humanas me constrangessem... Nem Paulo Freire ousou tanto na estupidez militante. Ele foi o criador de um método de alfabetização de adultos que se pretendia revolucionário. A partir do chamado “universo do educando”, de uma palavra que remetesse a um objeto ou realidade que fizesse parte do seu cotidiano, iniciava-se a alfabetização, que corresponderia, na verdade, a um

processo de conscientização política que conduziria à libertação. Libertação do quê? De muita coisa, mas basicamente da tirania do capital.

Tratava-se um “bobajol” formidável, mas se diga uma coisa ao menos em defesa de Paulo Freire: sempre defendeu o uso da norma culta. Naqueles bons tempos, as esquerdas ao menos acreditavam na alfabetização do povo – para fazer revolução, claro!, mas acreditavam.

O neoesquerdismo do miolo mole, na sua fase de apologia do pobrismo, desistiu dessa bobagem. Esses vigaristas intelectuais estão certos de que o povo desenvolveu valores que lhe são próprios, que o distinguem da chamada “cultura da elite”. E deve ser respeitado por isso. A chegada do Apedeuta ao poder, com a sua compulsão de fazer a apologia da ignorância, parece dar razão prática a essa estupidez. Até parece que a complexa equação econômica em que se meteu o petismo, tendo de conservar os fundamentos do governo anterior, foi comandada por prosélitos do analfabetismo. Não foi! Ao contrário! Quem cuidou da operação foram pessoas com sólida formação intelectual.

Dona Heloísa, uma deslumbrada com o “povo”, não sabe quão reacionária está sendo; não tem idéia do autoritarismo que está na base de sua teoria. Não quero usar o exemplo pessoal. Mas sei de gente que se livrou da pobreza extrema apenas porque conseguia dominar determinados códigos de uma cultura que não seria própria àquela faixa de renda.

Pessoas que desrespeitam os pobres fazem de sua pobreza uma cultura alternativa. Gente decente reconhece o valor intrínseco de certas conquistas – como o domínio da norma culta da língua – e luta para que o acesso a esse código seja um direito de todos.

Ouvido, o MEC defendeu a adoção da obra como um dos livros de referência. Alguém aí se surpreendeu? Para encerrar: tentamos saber por que a nossa escola é tão ruim. A vertente esquerdopata-sindical vai acusar a falta de recursos e os baixos salários dos professores. Não ganham bem, mas, dada a realidade brasileira, também não ganham tão pouco. Não importa! Dêem um salário milionário à categoria, e não sairemos do pântano enquanto valores como o que orientam a estupidez acima forem influentes. Um dos fatores que conduziram o ensino brasileiro ao desastre que aí está foi a substituição do conteúdo pelo proselitismo, trabalho conduzido pelas esquerdas “sindicalentas” da educação.

Título: As lições do livro que desensina

Autora: Nathalia Goulart

Publicação: Revista Veja (Online)

Data: 20/05/2011

'Por Uma Vida Melhor' é exemplo de doutrina difundida há décadas na educação brasileira, segundo a qual a norma culta é um fardo ao qual devemos nos curvar por imposição social, e não pelos benefícios que ela propicia

Menas era o nome de uma exposição aberta ao público no ano passado, no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. As paredes do museu exibiam variações da língua portuguesa falada em diversas regiões do país, além de textos que explicitavam as grandes diferenças entre o idioma praticado nas ruas e a norma culta – aquela apresentada nos livros de gramática. A exposição procurava demonstrar que há vários contextos de fala e que o errado em um contexto não necessariamente impede que as pessoas se comuniquem de maneira bem sucedida em outros.

Por Uma Vida Melhor é o nome de um livro didático, a esta altura já de triste fama, escrito a várias mãos sob coordenação da ONG Ação Educativa, adotado pelo Ministério da Educação (MEC) e distribuído a 4.236 cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) espalhados pelo país. A certa altura, baseado na eventual pergunta de um aluno a seu professor, o livro afirma: “Eu posso falar ‘os livro’? Claro que pode.” Depois de ensinar a seus alunos que eles podem

falar errado, o professor é orientado a apontar as “sanções” a que o estudante está sujeito se utilizar uma construção como “os peixe”: “Fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico.” E emenda: “A classe dominante utiliza a norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e por seu uso ser um sinal de prestígio.”

Tanto a exposição quanto o livro representam uma linha de pensamento nascida há 50 anos, fruto do trabalho do americano William Labov, da Universidade da Pennsylvania, que se debruçou sobre as variedades populares do inglês utilizadas em diferentes regiões e por grupos sociais distintos. A sociolinguística – esse é o nome da disciplina – busca uma abordagem científica das línguas, mais descritiva do que normativa. Ela procura entender cada variação de um idioma, e por isso passa ao largo das questões de certo e errado. A sociolinguística pode render uma mostra informativa – e divertida – como *Menas*. Ela também leva estudantes universitários de português e pedagogia a reflexões importantes sobre a maneira como as pessoas utilizam a linguagem em diferentes lugares e estratos sociais. Mas, utilizada de maneira torta num livro didático como *Por Uma Vida Melhor*, e misturada a um blá-blá-blá ideológico sobre “preconceito” e “classes dominantes”, essa abordagem é nada menos que um desatino, propagando a ideia de que a norma culta e a educação formal são fardos aos quais as pessoas devem ser curvar por imposição social, e não pelos benefícios que elas propiciam.

Os estudos de Labov começaram a influenciar pesquisadores brasileiros no início dos anos 1970, quando estudos de sociolinguística surgiram nas principais universidades do Brasil. O primeiro grande projeto produzido por essas instituições, entre elas a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi o Nurc, sigla de Norma Urbana Culta. Munidos de gravadores portáteis, pesquisadores foram às ruas de cinco capitais para registrar pela primeira vez a fala de brasileiros e, a partir daí, deduzir as normas cultas do português falado. Para isso, foram ouvidos jovens filhos de pais brasileiros, com ensino superior completo. Concluiu-se que até mesmo entre os “estudados” a fala divergia da norma culta.

A teoria sociolinguística começou a se infiltrar no sistema educacional brasileiro a partir da década de 1980. A influência coincide com a expansão do ensino básico, uma das causas da queda da qualidade do sistema público, segundo vários especialistas. Em 1988, a nova Constituição da República tornou lei a universalização do ensino básico: a partir de então, toda criança deveria frequentar a escola. As instituições, habituadas a letrar uma parcela da população oriunda de famílias instruídas, viram chegar aos bancos escolares filhos de famílias pobres e de baixo nível de escolarização formal. Naturalmente, desconheciam as regras básicas da gramática.

Ataliba de Castilho, linguista da Universidade de São Paulo (USP) e um dos defensores das teorias da sociolinguística, resume o que acontecer a seguir: “Foi levada para a sala de aula a ideia de que o professor se aproxima do aluno e estimula seu aprendizado na medida em que é capaz de entender e aceitar as variações linguísticas presentes em cada discurso.” Por isso, insistir que frases como “nós pega peixe” estão erradas seria contraproducente, servindo apenas para afastar ainda mais o professor do aluno. “É preciso esclarecer, porém, que a sociolinguística não defende que a norma culta seja renegada pelas escolas. É dever da escola ensinar a variante culta escrita”, diz Castilho, autor da *Gramática do Português Falado*, obra que normatiza a variante oral culta da língua portuguesa. A obra, a maior gramática da variante oral de uma língua já feita, levou duas décadas para ser concluída e contou com a colaboração de cerca de meia centena de estudiosos, todos coordenados pelo linguista da USP.

Finalmente, em 1998, as ideias apresentadas por Labov e desenvolvidas por pesquisadores brasileiros foram incorporadas pelo estado, ao serem incluídas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), do MEC, um conjunto de diretrizes que pretende orientar professores e autores de material didático – daí, nasceu, por exemplo, um instrumento de desensino como *Por Uma Vida Melhor*. Era apenas a versão nacional de uma prática que já se fazia em nível

estadual desde a década anterior. Em São Paulo, na década de 1980, o governador Franco Motoro já havia convidado docentes da Unicamp a orientar professores paulistas. O objetivo: fazer com que os docentes aceitassem as variações presentes na fala de seus alunos. Atualmente, inúmeros estudos com esse viés orientam centros de pesquisa pelo país, entre elas a Universidade Federal da Bahia (UFBA), responsável pela elaboração de um Atlas Linguístico do Brasil, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que capitaneia o Censo Linguístico, que procura refazer os passos do Nurc, registrando tanto a norma culta quanto a popular.

Que o assunto seja tema de pesquisa acadêmica e subsídio para a formação de professores não se discute. Choca, contudo, que chegue aos ouvidos de estudantes que vão à escola justamente para aprender aquilo que a rua não lhes oferece: a norma culta, com toda a riqueza que ela oferece. “Esse não é um tema que deve ser levado para a sala de aula, seja para crianças, seja para adultos em fase de alfabetização”, diz Miriam Paura, educadora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). “A escola tem por objetivo fazer a instrução correta. É dever do professor explicar aos alunos as diferenças entre o falar e o escrever, entre a norma culta e as variações populares. Mas explicar não é dizer que tal forma deva ser reproduzida.”

Não bastasse confundirem os alunos, as aulas para desaprender também podem confundir o professor. Ninguém mais ignora o fato de que a qualidade do corpo docente brasileiro é irregular. “Um docente despreparado pode interpretar tal livro de maneira equivocada”, diz Paura. É possível que um mestre bem qualificado entenda que deve-se deixar o desensinamento de lado e ater-se às regras gramaticais apresentadas no livro – sim, no restante da obra, as normas estão lá. Outro professor menos informado, porém, pode ficar em dúvida sobre a pertinência de corrigir seus alunos, e a correção é um processo fundamental do aprendizado. “Saber até onde a norma popular é aceitável é um tema delicado e exige preparo por parte do profissional. Tudo isso faz com que um material didático que dê margem para múltiplas interpretações seja um risco.”

Neste ano, todo o Brasil sofrerá com a falta de mão de obra qualificada, informa pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Alguns brasileiros, contudo, sofrerão mais. “Quem não domina a norma culta do português tem dificuldades para brigar por uma vaga, seja ela de que tipo for”, afirma Antônio Carminhato, presidente do Grupo Soma de recursos humanos. Outra pesquisa, divulgada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), revelou que a falta de qualificação atinge sete em cada dez empresas consultadas. A solução do problema, segundo a entidade, é simples: “A educação básica é a base do processo da formação de profissionais qualificados.” Vale para a indústria, para o comércio, para a agricultura... É difícil supor, portanto, que o papel da norma culta seja apenas retirar o brasileiro da alça de mira do preconceito. No século XXI, frequenta-se a escola e aprende-se o que é correto para deixar o Brasil do século XIX para trás e ingressar no mundo moderno, complexo e exigente.

Título: Os adversários do bom português

Autoras: Renata Betti e Roberta de Abreu Lima

Publicação: Revista Veja

Data: 23/05/2011

Doutrinar crianças com a tese absurda de que não existe certo ou errado no uso da língua é afastá-las do que elas mais precisam para ascender na vida.

Em um mundo em que o sucesso na vida profissional depende cada vez mais do rigor intelectual e do conhecimento, causa perplexidade a bandeira que vem sendo empunhada em escolas públicas e particulares brasileiras por uma corrente de professores de linguística. Eles defendem a ideia de que não existe certo ou errado na língua portuguesa, mas que a norma culta, ancorada na gramática, é só mais uma entre as várias maneiras de expressar-se.

Para esse grupo, chamar a atenção do aluno que infringe tais regras - papel fundamental de um bom professor - é "preconceito linguístico". Adotado nas aulas de português de meio milhão de estudantes do ensino fundamental, o livro *Por uma Vida Melhor* é uma amostra do que propaga esse círculo de falsos intelectuais. Escreve Heloisa Ramos, uma das autoras: "Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar os livros?". Claro que pode". O erro crasso de concordância seria apenas uma "variação popular", segundo a autora. Certamente um desserviço aos jovens de uma nação de iletrados sedenta de conhecimentos.

Mas as autoridades já estão cientes desse desastre e cuidam de reverter seus efeitos, certo? Errado. A ignorância prospera sob a chancela oficial. O Ministério da Educação (MEC), que pagou pelos livros e os distribuiu, decidiu não retirá-los das escolas. Diz a educadora Maria Inês Fini: "A escola que não enfatiza a norma culta da língua está excluindo seus alunos da cultura dominante, que todos devem almejar e à qual devem ter acesso".

O motor ideológico dos obscurantistas se move em tomo da visão de que a língua culta é um instrumento de dominação das elites. Essa tolice é disseminada nas faculdades brasileiras de pedagogia. Resume o historiador Marco Antonio Villa: "O discurso dominante nessas instituições valoriza a ignorância". Essa visão mesquinha deturpa a sociolinguística, ramo de estudo focado nas variações do uso de um idioma - o que é bem diferente de menosprezar a norma culta e ensinar às crianças que elas podem falar "nós vai" ou "nós pegou o peixe" e que, se alguém as admoestar, é por "preconceito linguístico".

Esses desvarios são o retrato da atual situação política brasileira, comandada por uma ortodoxia cada vez mais ousada em sua destruição impune de todo bem cultural que não se encaixa na sua estreita visão de mundo. "A ideia de que a língua culta é um instrumento de dominação da elite é um absurdo que não se vê em nenhuma outra nação desenvolvida", diz o linguista Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras e autor de dezenas de livros.

Um dos expoentes dos talibãs da linguística no Brasil é um certo Marcos Bagno, professor da Universidade de Brasília (UnB), hoje o grande madraçal da ortodoxia dessa estupidez. Bagno criou o termo "preconceito linguístico" em um livro de mesmo nome, lançado na década de 1990.

Já é um escândalo planetário que o suado dinheirinho dos brasileiros honestos e trabalhadores esteja sendo usado para sustentar os desvarios dos talibãs acadêmicos. A preguiça mental desses doutores do atraso é sustentada por brasileiros de quem o Fisco arranca a maior carga de impostos do mundo entre os países emergentes, por pais e mães que gastam metade do que ganham para pagar uma boa escola privada aos filhos, suprimindo com seu suor o que deveria ser obrigação do estado.

Para a procuradora da República Janice Ascari, está-se diante de um crime "contra nossos jovens ... um desserviço à educação já deficientíssima no país". É espantoso que as crianças brasileiras estejam sendo expostas a esse tipo de lixo acadêmico travestido de vanguarda cultural, quando deveriam estar aprendendo as disciplinas obrigatórias e acumulando o conhecimento e as habilidades que as tornarão capazes de enfrentar com sucesso os desafios do mundo real.

O crime apontado pela procuradora Janice Ascari ocorre em um país em que, ao final do ciclo escolar, 62% dos estudantes são incapazes de interpretar textos, onde 1 milhão de vagas abertas pelas empresas brasileiras não podem ser preenchidas por falta de gente qualificada.

Enquanto isso, nas salas de aula das escolas públicas, as crianças brasileiras carentes de "aprender a pescar", no sentido do provérbio, são ensinadas que é certo falar "nós pega o peixe".

Título: Inguinorância**Autor: Clóvis Rossi** – colunista da Folha de S. Paulo**Publicação: Folha de S. Paulo (Online)****Data: 15/05/2011**

Não, leitor, o título acima não está errado, segundo os padrões educacionais agora adotados pelo mal chamado Ministério de Educação. Você deve ter visto que o MEC deu aval a um livro que se diz didático no qual se ensina que falar "os livro" pode.

Não pode, não, está errado, é ignorância, pura ignorância, má formação educacional, preguiça do educador em corrigir erros. Afinal, é muito mais difícil ensinar o certo do que aceitar o errado com o qual o aluno chega à escola.

Em tese, os professores são pagos -mal pagos, é verdade- para ensinar o certo. Mas, se aceitam o errado, como agora avaliza o MEC, o baixo salário está justificado. O professor perde a razão de reclamar porque não está cumprindo o seu papel, não está trabalhando direito e quem não trabalha direito não merece boa paga.

Os autores do crime linguístico aprovado pelo MEC usam um argumento delinquencial para dar licença para o assassinato da língua: dizem que quem usa "os livro" precisa ficar atento porque "corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico".

Absurdo total. Não se trata de preconceito linguístico. Trata-se, pura e simplesmente, de respeitar normas que custaram anos de evolução para que as pessoas pudessem se comunicar de uma maneira que umas entendam perfeitamente as outras.

Os autores do livro criminoso poderiam usar outro exemplo: "Posso matar um desafeto? Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito jurídico".

Tal como matar alguém viola uma norma, matar o idioma viola outra. Condenar uma e outra violação está longe de ser preconceito. É um critério civilizatório.

Que professores prefiram a preguiça ao ensino, já é péssimo. Que o MEC os premie, é crime.

Título: Fale errado, está certo**Autor: José Sarney** – membro da Academia Brasileira de Letras**Publicação: Folha de S. Paulo****Data: 20/05/2011**

Nada mais representativo da burrice do que essa teoria do falar errado. Foi quando fui presidente da República que universalizei o programa do livro gratuito nas escolas, e o grande problema era a qualidade do livro. Eu mesmo, nesta coluna, tive a oportunidade de reclamar de um livro de história distribuído nas escolas, chegado às minhas mãos pela minha neta, um verdadeiro horror pelos erros que ensinava.

Hoje todos estão de acordo que a educação é um problema universal. Sem ela, ninguém caminha. E esta começa pela língua. O mundo do futuro não será de países grandes ou pequenos, mas dos que dominarem tecnologia e ciência. Para isso, não estão dispensados de falar corretamente. A língua é instrumento de unidade e político. É a primeira identidade. Não é por acaso que a Alemanha e a França gastam quantias fabulosas para manter, inclusive mundo afora, o ensino do alemão e do francês. É impossível pensar em matar as suas línguas, deformando-as, sem regras e sem falantes.

É nesse quadro que o Brasil resolve criminalizar quem fala corretamente e quer ensinar a que os outros também o façam. Isto, dizem, é discriminação. Ensinar não é discriminar, a função do professor é ensinar e corrigir.

Discriminar, dizem os dicionários, é "perceber diferenças", "colocar à parte por algum critério", "não se misturar", "tratar mal ou de modo injusto" etc. e tal. Ora, corrigir quem fala errado,

chamar atenção para o erro nunca é discriminar. Os teóricos da defesa do erro de gramática são os primeiros que deveriam aprender a aprender. Uma língua de cultura é uma evolução da língua. Sem regras, ela se torna outra língua, passando por crioulo, dialeto ou outra coisa que se queira chamar. Defender a língua é defender a pátria. Eis a origem da famosa frase de Fernando Pessoa: "A minha pátria é a língua portuguesa".

Quem for escrever da maneira que desejam alguns novos teóricos da educação -já que a escrita é a linguagem falada em caracteres- precisa criar uma nova língua. O dever do Ministério da Educação é defender a língua portuguesa, pois está na Constituição (art. 13) que o idioma oficial do Brasil é a língua portuguesa. Se aceitássemos a licenciatura em linguística, o próprio Ministério da Educação perderia a sua razão de ser. "Voltemos ao sistema tribal: cada um fala como quer. "Quando agora se quer espaço na mídia, busca-se o absurdo. Essa nova polêmica é o "febeapá" da educação, ao pregar não ser necessário educar e, assim, oficializar a burrice.

"Não discrimine quem fala errado. Ele está certo." Discriminação é chamar quem ensina certo de errado. Só faltava essa, ensinar a falar errado.

Título: A pedagogia da ignorância

Publicação: Folha de S. Paulo

Data: 18/05/2011

(Artigo sem assinatura)

Ao anunciar que o Ministério da Educação (MEC) não recolherá o livro didático com erros gramaticais distribuído a 485 mil estudantes, o ministro Fernando Haddad voltou a ser protagonista de confusões administrativas. Depois das trapalhadas que cometeu na aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio em 2009 e 2010, agora ele afirma que não pode interferir no conteúdo das publicações adquiridas pelo Programa Nacional do Livro Didático nem julgar o que é certo ou errado em matéria de português, cabendo-lhe apenas decidir o que é "adequado" em política pedagógica.

Com isso, embora tenha por diversas vezes prometido melhorar a qualidade do ensino fundamental, Haddad, paradoxalmente, endossou a pedagogia da ignorância. Produzido por uma ONG e de autoria da professora Heloísa Ramos, o livro *Por uma vida melhor* defende a supremacia da linguagem oral sobre a linguagem escrita, admitindo que "é certo falar errado". Corrigir o erro é "preconceito". A tese não é nova, já foi rechaçada pela Academia Brasileira de Letras e sempre foi duramente criticada nas faculdades de pedagogia. Além disso, o livro do MEC que admite erro de português não é uma obra de linguística, mas uma publicação pedagógica. Não foi escrito para linguistas, mas para quem precisa de um bom professor de português para ler, falar e escrever de modo correto - condição básica para que se possa emancipar culturalmente.

"Não tem de se fazer livros com erros. O professor pode falar na sala de aula que temos outra linguagem, a popular. Os livros servem para os alunos aprenderem o conhecimento erudito", diz a professora Míriam Paura, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. "Uma coisa é compreender a evolução da língua, que é um organismo vivo. A outra é validar erros grosseiros. É uma atitude de concessão demagógica. É como ensinar tabuada errada. Quatro vezes três é sempre doze, seja na periferia ou no palácio", afirma o escritor Marcos Vilaça, presidente da ABL.

Sem argumentos para refutar essas críticas, o MEC alegou que a aquisição do livro *Por uma vida melhor* foi aprovada por "especialistas", com base em parecer favorável de docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e afirmou que o edital para a aquisição de livros didáticos enfatiza a importância de "novos tipos de reflexão sobre o funcionamento e as propriedades da linguagem em uso" e da "sistematização dos conhecimentos linguísticos correlatos mais relevantes". Isso dá a medida da falta de rigor do processo de escolha, que

"desperdiça dinheiro público com material que emburrece, em vez de instruir", como diz a procuradora da República Janice Ascari.

A autora do livro politizou a discussão. "No tempo em que só a elite ia para a escola, talvez a norma culta bastasse. Hoje, com o acesso da classe popular, a formação tem de ser mais ampla. Nosso livro é direcionado para aquele que pode ter sido discriminado por falar errado", disse ela. Em outras palavras, exigir a correção de linguagem é ser preconceituoso. A reação foi imediata. "É um absurdo esse paternalismo condescendente de não corrigir erros gramaticais. Com isso, consolida-se o conceito de coitadinho, pernicioso e prejudicial ao desenvolvimento dos cidadãos. Qualquer um pode cometer os barbarismos linguísticos que quiser, mas deve saber que eles só se sustentam dentro de um contexto e têm preço social", diz a escritora Ana Maria Machado, doutora em Linguística e Semiologia, integrante da ABL e ganhadora do Prêmio Hans Christian Andersen - o Nobel da literatura infantil.

Como o País tem um padrão de ensino reconhecidamente baixo, o que se deveria esperar do MEC é um mínimo de responsabilidade na escolha dos livros didáticos distribuídos na rede pública. Ao impor a pedagogia da ignorância a pretexto de defender a linguagem popular, as autoridades educacionais prejudicam a formação das novas gerações.

É por isso que um grupo de membros do Ministério Público, liderado pela procuradora Janice Ascari, anunciou que processará o MEC por "crime contra a educação".

Título: A “espertocracia” educacional

Autor: Gaudêncio Torquato – colunista do jornal O Estado de S. Paulo

Publicação: O Estado de S. Paulo

Data: 22/05/2011

Machado de Assis, mulato, gago e epilético, um dos mais ilustrados e respeitados cultores do idioma pátrio, conseguiu de modo exemplar unir o erudito ao popular. Em seus irretocáveis escritos, ensinava que a democracia deixa de ser uma coisa sagrada quando se transforma em "espertocracia" - "o governo de todos os feitios e de todas as formas". Já de Rui Barbosa, pequena estatura, advogado, diplomata, político e jornalista, cujo nome está inscrito nos anais da história do Direito internacional, pode-se extrair uma singela lição de seu celebrado patrimônio intelectual: "A musa da gramática não conhece entranhas". Pois bem, esses dois curtos arremates dos renomados mestres de nossa língua escrita e falada vêm a calhar neste momento em que a perplexidade assoma ante a barbaridade, patrocinada pelo Ministério da Educação (MEC), de uma "nova gramática", cuja autora assim ensina: "Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados", como frase adequada à linguagem oral, está correta ao ser usada em certos contextos.

Para o grande Rui, a letra da gramática não entra em curvas e evita estratagemas. E o aforista Machado puxa a orelha dos "espertocratas", aqueles que bagunçam ao escrever tal como falam, usando todos os feitios e formas. E arremata de maneira cortante: "A primeira condição de quem escreve é não aborrecer". Aborrecimento é o que não falta quando vemos "sábios pareceristas", contratados pelo MEC, exibindo o argumento: seja na forma "nós pega o peixe" ou "nós pegamos o peixe", o pescado estará na rede. Se assim é, ambas estão corretas. Para dar mais voltas no quarteirão da polêmica, a pasta da Educação alega que não é o Ministério da Verdade. Donde se conclui que um doidivanas qualquer, desses que se encontram no feirão das ofertas gramaticais estapafúrdias, pode vir a propor um texto sobre a História do Brasil sem nexos, com figurantes trocados e português estropeado. Basta receber o imprimatur de outra figura extravagante que seja docente de Português para ser adotado nas escolas. Com esse arranjo, o pacote educacional tem condições de receber o endosso da instância mais alta da educação no País para circular nas salas de aula. Esse é o caminho percorrido pelo acervo didático que faz a cabeça da estudentada.

Analisemos as questões suscitadas pela obra *Por uma Vida Melhor*, a começar pela indagação filosófica que se pinça do título da série. Terá uma vida melhor o estudante que se obriga a aprender numa gramática alternativa, onde a "norma popular" se imbrica à norma culta? Ou, para usar a expressão da professora Heloisa Ramos, autora do livro, sofrem os alunos que escrevem errado "preconceito linguístico"? Primeiro, é oportuno lembrar que, 151 mesmo concordando que a língua é um organismo vivo, evolutivo, não se pode confundir uma coisa com a outra, a forma oral e a norma escrita. Cada compartimento deve ser posto em seu devido lugar. Quem troca uma pela outra ou as junta na mesma gaveta gramatical o faz por alguma intenção, algo que ultrapassa as fronteiras linguísticas. E é nesse campo que surgem os atores, aqui cognominados de doidivanas. Mais parece um grupo que considera a língua instrumento para administrar preconceitos, elevar a cidadania e o estado de espírito dos menos instruídos. Como se pode aduzir, embute-se na questão um viés ideológico, coisa que se vem desenvolvendo no País na esteira de um populismo embalado com o celofane da demagogia. Ora, os desprotegidos, os semianalfabetos, os analfabetos funcionais, enfim, as massas ignaras não serão elevadas aos andares mais altos da pirâmide se lhes for dada apenas a escada do pseudonivelamento das regras do idioma. Esta é, seguramente, um meio de ascensão social. Mas seus usuários precisam entender que a chave do elevador está guardada nos cofres normativos. Igualmente, as vestimentas, os modos e costumes, a teia de amigos, as referências profissionais são motores dessa escalada. Por que, então, os doidivanas da cultura e da educação investem com tanta força para elevar a linguagem popular ao patamar da norma culta? Não entendem que são objetos diferentes? Por que tanto esforço para defender uma feição que valida erros grosseiros? Não há outra resposta: ideologização. Imaginam o uso da língua como arma revolucionária. O sentimento que inspira os cultores da ignorância só pode ser o de que para melhorar a autoestima e ter uma vida melhor a população menos alfabetizada pode escrever como fala. Como se a gramática normativa devesse ser arquivada para dar lugar à gramática descritiva. Sob essa abordagem, sorver a sopa fazendo barulho, à moda dos nossos bisavós, também poderia ser recomendável...

As concessões demagógicas que se fazem em nome de uma "educação democrática" apenas reforçam a estrutura do atraso que abriga o ensino público básico do País, responsável pelo analfabetismo funcional que atinge um terço da população. Avolumam-se os contingentes de jovens de 9 a 14 anos que, além de não saberem interpretar um texto, se restringem ao exercício de copiar palavras sem entender o seu significado. Os copistas constituem os batalhões avançados da "revolução" empreendida pela educação brasileira. Pior é constatar que os "revolucionários" creem firmemente que a escalada social deve continuar a ser puxada pela carroça do século 17, fechando os olhos à "mobralização" da universidade. E assim, passada a primeira década do século 21, no auge das mudanças tecnológicas que cercam a Era da Informação, emerge um processo de embrutecimento do tecido social. Alicerçado pela argamassa de escândalos, desprezo às leis, violência desmesurada, promessas não cumpridas. O grande Rui bem que profetizara: "A degeneração de um povo, de uma nação ou raça começa pelo desvirtuamento da própria língua".

Título: Por uma vida pior

Autora: Dora Kramer – colunista do jornal O Estado de S. Paulo

Publicação: O Estado de S. Paulo

Data: 17/05/2011

O Ministério da Educação decidiu não tomar conhecimento da adoção em escolas públicas do livro *Por uma Vida Melhor*, que “ensina” a língua portuguesa com erros de português. Avalizou, quando autorizou a compra e a distribuição, e depois corroborou seu apoio àquela ode ao desacerto ao resolver que a questão não lhe diz respeito.

Fica, portanto, estabelecido que o ministério encarregado dos assuntos educacionais no Brasil, além de desmoralizar os mecanismos de avaliação de desempenho escolar, não vê problemas em transmitir aos alunos o conceito de que as regras gramaticais são irrelevantes.

Pelo raciocínio, concordância é uma questão de escolha. Dizer “nós pega o peixe” ou “nós pegamos o peixe” dá no mesmo. “Os menino” ou “o menino”, na avaliação do MEC, são duas formas “adequadas” de expressão, conforme o conceito adotado pela autora, Heloísa Ramos, note-se, professora.

A opção pelo correto passa a ser considerada explicitação de “preconceito linguístico”.

De onde, “nós vai ao mercado todos os dias” pode ser um exemplo de construção gramatical plenamente aceitável em salas de aula e fora delas. “As notícia” também “poderá” ser “apresentada” todas as noites nos jornais de televisão sem que os apresentadores sejam importunados por isso.

Ironias à parte, o assunto é da maior seriedade. Graves e inacreditáveis tanto a tese defendida pela professora quanto a posição do ministério em prol da incultura que apenas dificulta o acesso a uma vida melhor. Aceitar como correta a argumentação de que a linguagem oral se sobrepõe ao idioma escrito em quaisquer circunstâncias e que não existe mais o “certo” nem o “errado”, mas sim o “adequado” e o “inadequado” em face das deficiências educacionais, equivale a aceitar a revogação de todas as regras.

Não apenas do português, mas de todos os outros itens que compõem o currículo escolar. Com precisão, a escritora Ana Maria Machado exemplifica: “Seria como aceitar que dois mais dois são cinco”.

Ou consentir na adaptação da história e da geografia ao estágio do conhecimento de cada um.

Tal deformação tem origem na plena aceitação do uso impróprio do idioma por parte do ex-presidente Lula, cujos erros de português se tornaram inimputáveis, por supostamente simbolizarem a mobilidade social brasileira.

Corrigi-los ou cobrar o uso correto da língua pelo primeiro mandatário da nação viraram ato de preconceito.

Eis o resultado da celebração da ignorância, que, junto com a banalização do malfeito, vai se confirmando como uma das piores heranças do modo PT de governar.

Multiplicação. Amigos e correligionários manifestaram confiança na lisura e nas explicações do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, para o crescimento de seu patrimônio de R\$ 375 mil para cerca de R\$ 7,5 milhões em quatro anos.

Confiança essa da qual poderão desfrutar também o restante dos brasileiros assim que o ministro deixar de lado as evasivas a informar exatamente como amealhou o capital.

O governo tentará deixar por isso mesmo, mas cabe ao ministro notar que seu histórico e suas pretensões não permitem acúmulo desse tipo de passivo.

Blefe. Os produtores rurais têm pressa de aprovar o novo Código Florestal antes de expirar, em 11 de junho próximo, a validade do decreto que suspendeu temporariamente as punições a proprietários rurais que não tenham em suas terras o porcentual de mata nativa recomendado por legislação ambiental de 1998.

Mas o governo também tem muito interesse nisso porque, uma vez extinto o decreto, o poder público vai se deparar com a necessidade de dar uma solução para a quase totalidade dos produtores que amanheceriam o dia 12 de junho na ilegalidade.

Se não prorrogar o decreto, ver-se-á na desagradabilíssima contingência de se indispor com todo o setor agrícola. Sem falar no esforço que precisará empreender para fiscalizar e multar a nova gama de infratores.

Título: O assassinato da língua portuguesa
Autores: Amauri Segalla e Bruna Cavalcanti
Publicação: Isto é
Data: 20/05/2011

Livro distribuído pelo MEC que tolera erros gramaticais como "os livro" e "nós pega" causa estragos no aprendizado de meio milhão de brasileiros e atrapalha o desenvolvimento do País

Imagine a seguinte cena: na sala de aula, o adolescente levanta o braço para perguntar à professora se ele pode falar "nós pega o peixe". Ato contínuo, a mestre pede ao jovem para consultar o livro "Por uma Vida Melhor" e dar uma olhada na página 16. Sedento por conhecimento, o aluno acompanha com olhos curiosos enquanto a docente lê o trecho proposto. O garoto, enfim, sacia a dúvida: sim, ele pode falar "nós pega o peixe". Está escrito ali, claro como a soma de dois mais dois em uma cartilha de matemática. Com nuances diferentes, a situação descrita acima provavelmente vai se repetir em milhares de escolas públicas de todo o País. Não é difícil calcular os efeitos nefastos no futuro dos 485 mil estudantes do ensino fundamental que devem receber a obra distribuída pelo Ministério da Educação por meio do Programa Nacional do Livro Didático. De autoria da professora Heloísa Campos e outros dois educadores, "Por uma Vida Melhor" defende a ideia de que erros gramaticais são aceitáveis na língua falada. Para Heloísa, frases como "os livro ilustrado mais interessante estão emprestado" (tal pérola aparece em destaque no material) não podem ser condenadas se forem expressas verbalmente. Mesmo que em uma sala de aula.

Autora desconhecida, sem grandes feitos na área da educação, Heloísa se viu no centro de uma polêmica que envolveu escritores, linguistas e professores. Por mais que alguma voz aqui e ali tenha defendido os argumentos de Heloísa, além dos eternos demagogos de plantão, a maioria esmagadora condenou seus métodos de ensino. Uma das mais importantes escritoras brasileiras, Nélida Piñon tem autoridade - como poucos, a propósito - para falar sobre a língua portuguesa. Eis seu veredicto: "O livro confirma a tese de que esteve sempre em curso no Brasil o projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe", diz a autora de "Vozes no Deserto". Escritor que conseguiu a rara combinação de fazer sucesso junto ao público e, ao mesmo tempo, conquistar a crítica, Fernando Morais está indignado. "Esse livro é uma barbaridade", diz o biógrafo do jornalista Assis Chateaubriand. "Trata-se de um desastre, o oposto do que é pregado por uma pessoa minimamente civilizada." Linguista com décadas de serviços prestados à educação brasileira e ex-professor da Unifesp, Francisco da Silva Borba amplia a discussão. "O aluno tem que ser ensinado", afirma. "Se ele tolerar infração às regras, então para que serve a escola?"

Sob diversos aspectos, "Por uma Vida Melhor" tem potencial para piorar a existência de meio milhão de brasileiros. Se realmente for levado a sério pelas escolas públicas, a obra vai condenar esses jovens a uma escuridão cultural sem precedente. Ao dificultar o aprendizado da norma correta, os professores da ignorância terão criado uma espécie de "apartheid linguístico", para usar uma expressão do ex-ministro da Educação Cristovam Buarque. De um lado, os ricos e bem instruídos. De outro, os jovens reféns da falta de conhecimento gramatical. Se é evidente que o livro assassina a língua portuguesa, na medida em que diz que o aluno pode, na fala, escolher usar a concordância ou não, por que diabos ele teve o aval do MEC? Procurado, Fernando Haddad, o atual ministro da pasta, não quis se pronunciar (leia quadro). A autora Heloísa Campos pelo menos não se furtou ao dever de defender sua obra. "Falar 'os livro' do ponto de vista da linguagem popular não é um erro", diz a professora. "A nossa abordagem é de acolher a fala que o aluno traz da sua comunidade. A cultura dele é tão válida quanto qualquer outra."

Embora não faça referências diretas, Heloísa repete as máximas do livro "Preconceito

Linguístico", do professor e escritor Marcos Bagno, que faz certo sucesso entre educadores modernos por colocar questões políticas e ideológicas na discussão. Bagno afirma que a linguagem reproduz desigualdades sociais - como se isso fosse uma descoberta assombrosa. É claro que sim. A questão não é essa. Em vez de manter o jovem que não domina a língua imerso na triste ignorância - a pretexto de preservar suas raízes culturais -, por que não retirá-lo de lá? Falar corretamente não é o primeiro passo para, no avanço seguinte, escrever melhor? Escrever melhor não representa uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional? Tente conseguir um emprego falando "nós vai" e você certamente terá suas chances reduzidas a zero. É simples assim.

Pode ser bonito, pode ser simpático, pode ser ousado defender o direito de as pessoas cometerem barbaridades gramaticais, mas na vida prática isso é uma tragédia. É claro que todos nós cometemos erros ao falar - intencionais ou não -, como é óbvio que, em certos ambientes, se expressar como um decano da linguística pode soar arrogante e desnecessário. Mas, na vida real, falar minimamente direito só traz vantagens e são justamente essas vantagens que autores como Heloísa Campos desprezam. "Uma coisa é compreender a evolução da língua, que é um organismo vivo, a outra é validar erros grosseiros", diz Marcos Vilaça, presidente da Academia Brasileira de Letras. "É como ensinar tabuada errada. Quatro vezes três é sempre 12, na periferia ou no palácio." Mesmo para aqueles que, em tese, defendem a abordagem de Heloísa, o livro é visto como uma obra menor. "Não há nenhuma novidade no que o livro diz", afirma o professor de português Pasquale Cipro Neto. "Ele tem uma ou outra passagem meio ingênua, pueril, mas no todo cumpre o seu papel."

Para um país que nos últimos anos vem registrando índices de crescimento assombrosos e tem a ambição de reduzir o abismo da desigualdade social, a educação é talvez a arma mais poderosa que existe. Nesse campo, conforme estudos internacionais demonstram, o Brasil está encalhado na rabeira global. Aqui pouco se lê, pouco se estuda, pouco valor se dá ao conhecimento. Não é hora de mudar? A língua, como já observaram pesquisadores importantes, é um elemento que traduz a identidade nacional. É um instrumento de unificação - e não de segregação entre os que sabem e os que não merecem saber. Ela é, acima de tudo, um princípio de cidadania. Diante da onda de protestos provocada pela notícia da distribuição de "Por uma Vida Melhor", é possível que o livro encontre alguma resistência entre os professores. Na semana passada, a procuradora da República Janice Ascari, do Ministério Público Federal, afirmou que a Justiça provavelmente receberá uma avalanche de ações contra a publicação. Ela própria foi incisiva em seu blog. "Vocês estão desperdiçando dinheiro público com material que emburrece em vez de instruir", escreveu Janice. "Essa conduta é inadmissível." Se as ações vingarem, os jovens terão a chance de dizer, alto e bom som: "Nós pegamos o peixe."

As trapalhadas de Haddad

A polêmica sobre os livros didáticos distribuídos pelo MEC não foi a única a atormentar o ministro Fernando Haddad nos últimos tempos. O episódio da fraude no Enem em 2009, quando foram roubadas provas dentro da gráfica responsável pela confecção dos testes, foi mais uma de suas trapalhadas. No ano seguinte, constatou-se erro na impressão das provas - e de novo a responsabilidade recaiu sobre o Ministério da Educação. À época, os exames correram sério risco de serem cancelados, o que acabou não acontecendo. Os equívocos não param por aí. Neste ano, surgiu a denúncia de fraudes no Prouni, com estudantes beneficiados pelo programa, mas que não se enquadravam nos limites de renda. Ao mesmo tempo, veio à tona o episódio da sobra de vagas, principalmente no caso de bolsas parciais e no programa de educação a distância, o que demonstraria uma falha administrativa. Para aumentar o desgaste de Haddad, entidades internacionais de fomento não cansam de advertir que o grande gargalo ao desenvolvimento do Brasil continua a ser o baixo nível da educação.

Título: Livros pra inguinorantes

Autor: Carlos Eduardo Novaes – cronista no Jornal do Brasil

Publicação: Jornal do Brasil

Data: 16/05/2011

Confeço qui to morrendo de enveja da fessora Heloisa Ramos que escrevinhou um livro cheio de erros de Português e vendeu 485 mil ezemplares para o Minestério da Educassão. Eu dou um duro danado para não tropessar na Gramática e nunca tive nenhum dos meus 42 livros comprados pelo Pograma Nacional do Livro Didático. Vai ver que é por isso: escrevo para quem sabe Portugues!

A fessora se ex-plica dizendo que privilegiou a linguagem horal sobre a escrevida. Só qui no meu modexto entender a linguajem horal é para sair pela boca e não para ser botada no papel. A palavra impreça deve obedecer o que manda a Gramática. Ou então a nossa língua vai virar um vale-tudo sem normas nem regras e agente nem precisamos ir a escola para aprender Portugues.

A fessora dice também que escreveu desse jeito para substituir a nossão de “*certo e errado*” pela de “*adequado e inadequado*”. Vai ver que quis livrar a cara do Lula que agora vive dando palestas e fala muita coisa inadequada. Só que a Gramatica eziste para encinar agente como falar e escrever corretamente no idioma portugues. A Gramática é uma espécie de Constituissão do idioma pátrio e para ela não existe essa coisa de adequado e inadequado. Ou você segue direitinho a Constituição ou você está fora da lei - como se diz? - magna.

Diante do pobrema um acessor do Minestério declarou que “o ministro Fernando Adade não faz análise dos livros didáticos”. E quem pediu a ele pra fazer? Ele é um homem muito ocupado, mas deve ter alguém que faça por ele e esse alguém com certesa só conhece a linguajem horal. O asceçor afirmou ainda que o Minestério não é dono da Verdade e o ministro seria um tirano se disseçe o que está certo e o que está errado. Que arjumento absurdo! Ele não tem que dizer nada. Tem é que ficar caladinho por causa que quem dis o que está certo é a Gramática. Até segunda ordem a Gramática é que é a dona da verdade e o Minestério que é da Educassão deve ser o primeiro a respeitar.

ANEXO B– TEXTOS ASSOCIADOS AO DISCURSO DE FUNDAMENTAÇÃO LINGUÍSTICA (DFL)/DOSSIÊ MEC

Artigo

Data: 23/05/2011

Autor: Dante Lucchesi. Dante Lucchesi é professor associado de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia e Pesquisador do CNPq

Preconceito linguístico ou ensino democrático e pluralista?

Nos últimos tempos, a sociedade brasileira vem aprofundando seu caráter democrático, não apenas com a distribuição de renda promovida pela ação dos programas sociais do Governo Federal, como também no reconhecimento da diferença como parte do respeito à dignidade da pessoa humana. Hoje o racismo é tipificado como crime pelo Código Penal, e está em curso no Congresso Nacional um projeto de lei contra a homofobia. No plano da cultura, manifestações de matrizes historicamente marginalizadas, como a africana, estão plenamente integradas, como os blocos afros no Carnaval da Bahia, a capoeira e o Candomblé.

Porém, o preconceito e a intolerância ainda predominam em um plano essencial da cultura: a língua. Nada mais revelador a esse respeito do que a comoção provocada pelo livro didático de língua portuguesa *Por uma vida melhor*, distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação (MEC), para a educação de jovens e adultos. A revolta se concentra em uma passagem do livro que diz que o aluno poderia dizer algo como “os livro”, em certos contextos, mas que deveria empregar a forma padrão “os livros”, sobretudo em situações formais para não ser vítima do **preconceito linguístico**.

Foi o suficiente para que políticos, jornalistas, intelectuais e professores manifestassem toda a sua perplexidade e indignação. Até uma procuradora do Ministério Público Federal, no melhor estilo udenista da *Marcha com Deus pela Família*, ameaçou com processo os responsáveis pela edição e pela distribuição do livro. Argumentou-se que, sendo a missão da escola ensinar a “forma correta”, não podia admitir o uso da “forma errada”; e que à escola cabia ensinar a norma culta, e não a popular. Chama a atenção, em primeiro lugar, o açodamento e leviandade de alguns posicionamentos, que revelaram que seus autores sequer se deram ao trabalho de ler o livro.

A obra, da autoria da professora Heloísa Ramos, baseia-se em princípios racionais e imprescindíveis para um ensino eficaz da língua materna, tais como o de que “falar é diferente de escrever”. E reconhece que o português, como qualquer língua humana viva, admite formas diferentes de dizer a mesma coisa, o que a ciência da linguagem denomina *variação linguística*. Informa ainda que a variação linguística reflete a estrutura da sociedade. No caso brasileiro, o cenário da variação social apresenta uma divisão entre uma **norma culta** e uma **norma**. O livro ainda alerta que, apesar de serem “eficientes como meios de comunicação”, as duas normas recebem uma avaliação social diferenciada, existindo “um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros”, mas que “esse preconceito não é de razão linguística, mas social”. Em vista disso, conclui que “o falante tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião”. Não há nada demais em tais afirmações. Os gramáticos mais esclarecidos reconhecem que o padrão da correção absoluta deve ser substituído pelo parâmetro da adequação relativa às diversas situações de uso da língua. É tão inadequado dizer “me dá menas tarefa” numa reunião formal de trabalho, quanto perguntar “poder-me-ia informar o preço desse vegetal?” em uma feira livre. Como diz ainda o

questionado livro, “um falante deve dominar as diversas variantes porque cada uma tem seu lugar na comunicação cotidiana”.

Informar ao aluno que a língua é plural e admite formas variantes de expressão, cada uma legítima em seu universo cultural específico, não é apenas a forma mais adequada de fazer com que o aluno conheça a realidade da sua língua, mas um preceito essencial de uma educação cidadã, fundada nos princípios democráticos, do reconhecimento da diferença como parte integrante do respeito à dignidade da pessoa humana. A pluralidade é o principal pilar de uma sociedade democrática, garantindo a diversidade de crenças, de opiniões, de comportamentos, de opções sexuais etc. Contudo, a diversidade linguística é vista sempre como uma ameaça, sem que as pessoas se deem conta do autoritarismo que tal visão dissemina.

A aceitação da diversidade linguística não entra em contradição com a necessidade da aquisição de uma norma padrão para uma melhor inserção em uma sociedade de classes, dominada pelo letramento. E inclusive o livro em questão se apresenta como um instrumento adequado desse ensino, com seus exercícios de pontuação, do uso canônico dos pronomes e até do emprego das sacrossantas regras de concordância, que ousou desafiar, tocando em uma aspecto nevrálgico da visão discricionária de língua que predomina na sociedade brasileira. O reconhecimento da diversidade linguística, longe de ser prejudicial, é uma condição *sine qua non* para uma escola democrática e inclusiva, que amplia o conhecimento do aluno sem menosprezar sua bagagem cultural. A imposição de uma única forma de usar a língua, rechaçando as demais variedades como manifestações de inferioridade mental, é um ato de violência simbólica e mutilação cultural inaceitável.

Outro aspecto que chama atenção é o desconhecimento que predomina na sociedade sobre o ensino de língua portuguesa. Já há alguns anos que os livros didáticos contemplam a questão da variação linguística, e muitas escolas têm adotado essa visão mais pluralista e democrática de ensino de língua portuguesa com resultados muito positivos. Portanto, antes que se diga que a distribuição do livro é mais um ato de populismo do governo do PT, deve-se esclarecer que essa visão remonta ao governo FHC, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1997, que já diziam que “a imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre ‘o que se deve e o que não se deve falar e escrever’, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua” e alertavam que “o problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença”.

Portanto, só a ignorância ou a má-fé podem explicar as manifestações de indignação e revolta que beiram a histeria, diante da distribuição de um livro tão pertinente, através do sistema democrático e republicano do Programa Nacional do Livro Didático do MEC. Diante disso, importa saber quais são as razões mais profundas dessas reações. Em primeiro lugar, a língua ocupa um posição *sui generis* na estrutura social. Em outras áreas do comportamento, as leis se seguem às práticas sociais. Na língua, ao contrário, as disposições governamentais, como no caso dos PCNs, estão muito à frente da visão dominante na sociedade, que é no geral dogmática e cheia de mitificações.

O linguista norte-americano William Labov fala do mito da Idade do Ouro, no qual as pessoas tendem a acreditar que a língua atingiu sua perfeição no passado e desde então só se tem deteriorado, e se afligem com as inovações que a cada dia ameaçam mais e mais a integridade do idioma, sendo as mais perigosas as violações perpetradas pela “gente inculta”. Porém, não

se conhece uma única língua cujo funcionamento tenha sido comprometido pelas mudanças que sofreu ao longo de seu devir histórico. As mudanças que afetaram o chamado *latim vulgar* da plebe romana deram origem ao português de Camões, ao espanhol de Cervantes e ao francês de Flaubert. E as “deteriorações” sofridas pela língua portuguesa desde o tempo de Camões não impediram que Pessoa escrevesse sua magistral obra poética. Além do que, muitos males que afligem hoje a língua, para a decepção de muitos, não constituem grande novidade. Os puristas ficam horrorizados com a linguagem desleixada da Internet, impregnada de abreviaturas. Pois as abreviaturas abundam nas inscrições romanas e nos manuscritos medievais.

Costuma-se correlacionar também complexidade gramatical com grau de civilização. Porém, muitas línguas indígenas brasileiras exibem uma morfologia muito mais complexa, inclusive marcando certas categorias gramaticais, como a evidencialidade (que informa a fonte de conhecimento do evento verbalizado), absolutamente ausentes na gramática das línguas europeias. Já muitas línguas africanas, em sua maioria ágrafas (sem escrita), exibem um sistema morfológico de classificação nominal extremamente complexo. E algumas línguas da Melanésia, de comunidades tribais, têm mais de cem formas pronominais, contra algumas poucas dezenas das principais línguas europeias, que têm mais de mil anos de tradição escrita. Ou seja, complexidade gramatical não tem qualquer correlação com grau de civilização. Nem se pode pensar que complexidade gramatical implica maior poder de expressão da língua.

Outro grande mito é o da ameaça à unidade linguística: se não houver uma rígida uniformização, a unidade da língua se perde; se o caos da variação linguística não for detido, a comunicação verbal ficará irremediavelmente comprometida. Ao contrário, a heterogeneidade da língua é que garante a sua unidade em uma comunidade socialmente estratificada e culturalmente diversa. É a flexibilidade conferida pela variação linguística que permite a uma língua funcionar tanto na feira livre quanto nos tribunais de justiça. Se fosse um código monolítico e inflexível, como sugerem os puristas, a mesma língua não poderia funcionar em ambientes tão diversos, o que levaria inexoravelmente à sua fragmentação.

Impressiona o nível de ignorância que se observa em pleno século XXI em relação à língua. Qualquer pessoa minimamente informada já ouviu falar de Freud, Lévi-Strauss e Max Weber, tem alguma ideia sobre o que seja o Complexo de Édipo e o Tabu do Incesto e não ousa falar em raças superiores e inferiores, ou que um criminoso possa ser reconhecido pelo formato do seu crânio, mas fala com naturalidade de línguas simples e complexas e se refere a formas linguísticas correntes como aberrações. Aliás, a visão de que a forma superior da língua é aquela dos escritores clássicos é contemporânea do sistema de Ptolomeu, de que a Terra era o centro do Universo e, em torno dela, giravam o sol, os planetas e as estrelas. Ou seja, a *Revolução de Copérnico* não chegou ainda à língua.

Um exame aprofundado da questão revelará que as motivações históricas para tanto preconceito e mitificação decorrem exatamente papel político crucial que a língua desempenha nas sociedades de classe. Ao longo dos tempos, a língua tem constituído um poderoso instrumento de dominação e de construção da hegemonia das classes dominantes. A construção dos estados nacionais encontrou na uniformização e homogeneização linguística um dos seus apoios mais eficazes, sobretudo em regimes autoritários e absolutistas. E o preconceito contra as formas de expressão das classes populares constitui um poderoso instrumento de legitimação ideológica da exploração desses segmentos. Na medida em que o preconceito viceja na ignorância, pode-se entender por que é tão importante impedir que uma visão isenta e cientificamente fundamentada da língua tenha uma grande circulação na sociedade. Em um programa televisivo sobre o polêmico livro, um conhecido jornalista inquiriu uma entrevista

alegando que a concordância gramatical seria imprescindível para o raciocínio lógico.

Se fosse assim, os norte-americanos, australianos e ingleses deveriam enfrentar dificuldades significativas, porque o inglês é uma língua praticamente desprovida de concordância nominal e verbal. Ao contrário, a grande maioria dos artigos científicos é escrita na atualidade em inglês, e as universidades inglesas e norte-americanas figuram entre as melhores do mundo. Em inglês, se diz: *I work, you work, he works, we work, you work, they work*. Na linguagem popular do Brasil, se diz: *eu trabalho, tu trabalha, ele trabalha, nós trabalha, vocês trabalha, eles trabalha*. Nas duas variedades linguísticas, só uma pessoa do discurso recebe marca específica, mas o inglês é a língua da globalização e da modernidade, enquanto o português popular do Brasil é língua de gente ignorante, que não sabe votar. Fica evidente que o valor das formas linguísticas não é intrínseco a elas, mas o resultado da avaliação social impingida aos seus usuários.

Ao contrário do que pensa o jornalista, a concordância não é um requisito para o raciocínio lógico. Até porque as regras de concordância são mecanismos gramaticais que não interferem na comunicação verbal, tanto que é indiferente dizer “nós pegamos os peixes” ou “nós pegou os peixe”. A informação veiculada é a mesma. Em função disso, esses mecanismos costumam ser muito afetados em determinados processos históricos como aqueles por que passaram o inglês, o português no Brasil e o francês, que, mesmo com a erosão na oralidade de suas marcas de concordância, não deixou de se tornar a língua de cultura do mundo ocidental no século XIX.

Porém, na recente história política deste país, a concordância teve uma posição de destaque, quando a imprensa conservadora questionava a capacidade do Presidente Lula, invocando, entre outras coisas, os seus “erros de português”. O preconceito linguístico nada mais era do que a expressão de um preconceito mais profundo das elites econômicas que não podiam admitir que um torneiro mecânico ocupasse o cargo de maior mandatário da República. O sucesso e as conquistas alcançadas pelo Governo Lula, tanto no plano interno quanto externo, só vieram a confirmar que, tanto um preconceito quanto outro, não tinham o menor fundamento.

Mas, vale tudo para desqualificar a linguagem popular, até dizer o disparate de que ela “é caótica e sem regras”, como afirmou, há alguns anos, uma jornalista da imprensa conservadora. Desde 1957, com as publicações dos trabalhos do linguista norte-americano Noam Chomsky, sabe-se que a **Faculdade da Linguagem** é uma propriedade universal da espécie humana, de modo que qualquer frase produzida por um falante de qualquer língua natural, seja ele analfabeto ou erudito, é gerada por um sistema mental de regras tão sofisticado que mesmo o computador mais poderoso já produzido é incapaz de fazer o que qualquer indivíduo faz trivialmente: falar sua língua nativa.

Nesse contexto, é possível compreender o quanto é subversivo (ou seja, transformador) distribuir amplamente um livro didático que reconhece a diversidade linguística e a legitimidade da linguagem popular. É muito revelador o depoimento do eminente gramático Evanildo Bechara, divulgado no portal UOL, na Internet, em 18/05/2011. Numa crítica à orientação dos PCNs, que ele considera um “erro de visão”, afirma: “Há uma confusão entre o que se espera de um cientista e de um professor. O cientista estuda a realidade de um objeto para entendê-lo como ele é. Essa atitude não cabe em sala de aula. O indivíduo vai para a escola em busca de ascensão social”. É impressionante que se diga que “não cabe em sala de aula” fornecer elementos para o aluno “compreender [a língua] como [ela] é”. É como dizer que o darwinismo não cabe em sala de aula, devendo o ensino da biologia ser orientado pelos princípios do criacionismo. Acenando com a cenoura da “ascensão social”, Bechara quer limpar o terreno do

ensino para os normativistas legislarem arbitrariamente sobre a língua, como têm feito até então. A visão científica da língua, que reconhece a variação e a diversidade linguística como propriedades essenciais de qualquer língua viva, deve ficar hermeticamente confinada aos ambientes científicos. Na escola e na sociedade, deve predominar a visão dogmática e obscurantista de que existe uma única forma de falar e escrever, enquanto as demais devem ser vistas como deteriorações produzidas por mentes inferiores.

Os problemas dessa visão dogmática e discriminatória do ensino de língua portuguesa se agravam com a **tensão** que existe no país em relação à *norma de correção linguística*. O linguista Marcos Bagno tem demonstrado que estruturas como “o jogador custou a chutar” e outras que os gramáticos tardicionais e midiáticos, como Pasquale Cipro Neto, afirmam não pertencer à norma culta são recorrentes nos textos de escritores consagrados, como Cecília Meirelles, Carlos Drummond de Andrade e Clarice Lispector, ou mesmo de clássicos, como Machado de Assis e José de Alencar. Isso demonstra que, no Brasil, existe um desacordo flagrante entre a *norma padrão* – modelo ideal de língua usado como critério para a correção linguística – e a *norma culta* – forma da língua concretamente usada pelas pessoas consideradas cultas, advogados, jornalistas, escritores etc. Ao empregar as duas expressões como sinônimas, Pasquale e os normativistas buscam dar às suas prescrições uma legitimidade que elas não têm, porque se apoiam numa equivalência que está longe de existir.

A tensão entre a norma padrão e a norma culta é normal em qualquer sociedade letrada, na medida em que a norma padrão constitui uma forma fixa e idealizada de língua a partir da tradição literária, enquanto a norma culta, constituída pelas formas linguísticas efetivamente em uso está sempre se renovando. Porém, no Brasil o desacordo entre as duas é grave desde as origens do estado brasileiro. A independência política do Brasil, ocorrida em 1822, desencadeou uma série de manifestações e movimentos nacionalistas, que tinham no índio tupi o grande símbolo da nacionalidade. Contudo, escritores que abraçaram a temática indigenista e nacionalista que tentaram adequar a linguagem portuguesa à nova realidade cultural do Brasil, como José de Alencar, foram alvo de virulentas críticas provenientes do purismo gramatical.

Mais uma vez, a língua se descolou dos demais aspectos da cultura. Se os elementos representativos da brasilidade deveriam ser adotados, derrubando os símbolos da velha ordem colonial, a linguagem brasileira era vista como imprópria e corrompida, devendo continuar a prevalecer a língua da antiga Metrópole portuguesa. A vitória dos puristas representou a vitória de um projeto elitista e excludente na formação do estado brasileiro. E a base racista desse projeto fica clara neste trecho do discurso de Joaquim Nabuco, na sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 1897:

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. (...) Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época (...) Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano ou Garrett e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira.

A vassalagem linguística à ex-metropole implicou a adoção do modelo da língua de Portugal na normatização linguística no país, com graves conseqüências, como o generalizado

sentimento de insegurança linguística que aflige todos segmentos da sociedade brasileira, mesmo os mais escolarizados. É comum ouvir afirmações do tipo “o português é uma língua complexa”, ou “o brasileiro não sabe falar português”. E não poderia ser diferente porque a tradição gramatical brasileira exige que os brasileiros escrevam, ou até mesmo falem, com a sintaxe portuguesa, o que é impraticável, porque a língua não parou de mudar, tanto em Portugal quanto no Brasil, em um processo que, por vezes, assume direções distintas, ou mesmo contrárias, em cada um dos lados do Oceano Atlântico.

Uma das mais notáveis dessas mudanças foi a violenta redução das vogais átonas da língua em Portugal, fazendo com que os portugueses pronunciem *telefone* como *tlefone*, o que confere ao português europeu contemporâneo uma sonoridade, que é menos românica do que germânica, ou mesmo eslava. Já no Brasil pronuncia-se *téléfoni* ou *têlêfoni* (consoante a região), tendo ocorrido o inverso: o fortalecimento das vogais pretônicas. Essa mudança acabou por repercutir em outros níveis da estrutura da língua, de modo que em Portugal se generalizou o uso da ênclise, até nos casos em que, na língua clássica, era obrigatório o uso da próclise (e.g., *O João disse que feriu-se; Não chegou-se a um acordo*), enquanto no Brasil emprega-se normalmente a próclise até nos contextos vedados pela tradição (e.g., *Me parece que ela não veio*).

Para além da insegurança linguística, a adoção de uma norma adventícia no Brasil produz também verdadeiros absurdos pedagógicos. Toda gramática normativa brasileira tem um capítulo dedicado à colocação pronominal, que se inicia invariavelmente com a afirmação “a colocação normal do pronome átono é a ênclise”; ao que se seguem mais de vinte regras indicando onde se deve usar a próclise (em orações subordinadas, depois de palavras negativas, após alguns advérbios etc). Tal gramática serve a um estudante português, que usa normalmente a ênclise e pode aprender quais são os contextos excepcionais onde a tradição recomenda o uso da próclise, mas não tem a menor serventia para um estudante brasileiro, que já usa normalmente a próclise. Para ter algum valor pedagógico, o texto da gramática brasileira deveria ter a seguinte feição: “a colocação normal do pronome átono no Brasil é a próclise; entretanto, para se adequar à tradição, deve-se evitar essa colocação em início de período e após uma pausa”.

Esses equívocos se exacerbam dentro da visão tradicional que restringe o ensino de língua portuguesa à prescrição do uso de formas anacrônicas, quando o ensino da língua deve ser muito mais amplo que isso, concentrando-se em práticas criativas que capacitem o aluno a produzir e interpretar textos, dominar os diversos gêneros textuais e identificar os mais variados sentidos e valores ideológicos que as produções verbais assumem em cada situação específica; ao que se deve somar uma informação propedêutica acerca da diversidade da língua.

Pode-se entender, assim, porque uma entidade conservadora e anacrônica, como a Academia Brasileira de Letras (ABL), se juntou às vozes recalcitrantes, criticando o livro de português do MEC em uma nota oficial, na qual afirma: “Todas as feições sociais do nosso idioma constituem objeto de disciplinas científicas, mas bem diferente é a tarefa do professor de língua portuguesa, que espera encontrar no livro didático o respaldo dos usos da língua padrão que ministra a seus discípulos”. Mais uma vez, a ladainha de que a escola e a sociedade devem ser privadas de uma visão científica (ou seja, realista) da língua, ficando à mercê de toda a arbitrariedade normativista, inclusive aquela que impõe uma norma de correção adventícia e absolutamente estranha à realidade linguística do país.

Fica evidente também que essa virulenta reação ao livro de português do MEC não se justifica como defesa de um ensino mais eficaz de língua portuguesa. Um modelo antiquado, que

privilegia a imposição de formas linguísticas adventícias e/ou anacrônicas, está longe de ser o mais eficaz. Não é a correção de “assistir o espetáculo” por “assistir ao espetáculo” que vai fazer o aluno escrever melhor. Um ensino eficaz de língua materna incorpora a bagagem cultural do aluno, promovendo uma ampla prática de leitura e produção de textos nas mais variadas situações de comunicação, desenvolvendo também sua capacidade de reconhecer os diversos sentidos e valores ideológicos que a língua veicula em cada situação. Nesse ensino, é imprescindível promover a consciência acerca da diversidade linguística como reflexo inexorável da variedade cultural. E esta formação cidadã para o respeito à diferença não entra em contradição com o ensino da norma culta, que deve permanecer. O que está em jogo, na verdade, é a opção por um ensino discriminatório e arbitrário, baseado no preconceito e no dogma, ou por um ensino crítico e pluralista, baseado no conhecimento científico acumulado até os dias de hoje, como ocorre na física, na matemática, na geografia, etc. Por que se deve privar os alunos do conhecimento científico da língua, reduzindo a disciplina língua portuguesa a um mero curso de etiqueta gramatical?

Se o projeto purista venceu no século XIX, com as nefastas conseqüências que hoje se descortinam, resta saber se, no limiar do século XXI, a sociedade brasileira perpetuará o velho projeto arbitrário e conservador, ou encampará um projeto democrático e pluralista para o ensino de língua portuguesa, em consonância com que o corre em outros planos da cultura. Será que mais uma vez a língua restará isolada, como terreno do dogma e do preconceito?

Nota

Publicação: Site da Associação Brasileira de Linguística (Abralin)

Data: 20/05/2011

Autora: Maria José Foltran, Presidente da Abralin

Nota da Associação Brasileira de Linguística

Prezados associados,

A Abralin comunica que se pronunciará em relação à polêmica do livro didático. Ainda hoje, encaminharemos a várias assessorias de imprensa um posicionamento. Estamos também negociando com um jornal de veiculação nacional a publicação de uma matéria paga. Adiantamos, abaixo, aos nossos associados, o texto que resume o posicionamento da Abralin. Entendemos que estamos assim retratando adequadamente o pensamento dos linguistas. Por questões práticas, esse texto ainda pode sofrer cortes.

Língua e Ignorância

Nas duas últimas semanas, o Brasil acompanhou uma discussão a respeito do livro didático Por uma vida melhor, da coleção Viver, aprender, distribuída pelo Programa Nacional do Livro Didático do MEC. Diante de posicionamentos virulentos externados na mídia, alguns até históricos, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA - ABRALIN - vê a necessidade de vir a público manifestar-se a respeito, no sentido de endossar o posicionamento dos linguistas, pouco ouvidos até o momento.

Curiosamente é de se estranhar esse procedimento, uma vez que seria de se esperar que estes fossem os primeiros a serem consultados em virtude da sua expertise. Para além disso, ainda, foram muito mal interpretados e mal lidos.

O fato que, inicialmente, chama a atenção foi que os críticos não tiveram sequer o cuidado de analisar o livro em questão mais atentamente. As críticas se pautaram sempre nas cinco ou seis linhas largamente citadas. Vale notar que o livro acata orientações dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) em relação à concepção de língua/linguagem, orientações que já estão em andamento há mais de uma década. Além disso, não somente este, mas outros livros didáticos englobam a discussão da variação lingüística com o intuito de ressaltar o papel e a importância da norma culta no mundo letrado. Portanto, em nenhum momento houve ou há a defesa de que a norma culta não deva ser ensinada. Ao contrário, entende-se que esse é o papel da escola, garantir o domínio da norma culta para o acesso efetivo aos bens culturais, ou seja, garantir o pleno exercício da cidadania. Esta é a única razão que justifica a existência de uma disciplina que ensine língua portuguesa a falantes nativos de português.

A linguística se constituiu como ciência há mais de um século. Como qualquer outra ciência, não trabalha com a dicotomia certo/errado. Independentemente da inegável repercussão política que isso possa ter, esse é o posicionamento científico. Esse trabalho investigativo permitiu aos linguistas elaborar outras constatações que constituem hoje material essencial para a descrição e explicação de qualquer língua humana.

Uma dessas constatações é o fato de que as línguas mudam no tempo, independentemente do nível de letramento de seus falantes, do avanço econômico e tecnológico de seu povo, do poder mais ou menos repressivo das Instituições. As línguas mudam. Isso não significa que ficam melhores ou piores. Elas simplesmente mudam. Formas linguísticas podem perder ou ganhar prestígio, podem desaparecer, novas formas podem ser criadas. Isso sempre foi assim. Podemos ressaltar que muitos dos usos hoje tão cultuados pelos puristas originaram-se do modo de falar de uma forma alegadamente inferior do Latim: exemplificando, as formas “noscum” e “voscum”, estigmatizadas por volta do século III, por fazerem parte do chamado “latim vulgar”, originaram respectivamente as formas “conosco” e “convosco”.

Outra constatação que merece destaque é o fato de que as línguas variam num mesmo tempo, ou seja, qualquer língua (qualquer uma!) apresenta variedades que são deflagradas por fatores já bastante estudados, como as diferenças geográficas, sociais, etárias, dentre muitas outras. Por manter um posicionamento científico, a linguística não faz juízos de valor acerca dessas variedades, simplesmente as descreve. No entanto, os linguistas, pela sua experiência como cidadãos, sabem e divulgam isso amplamente, já desde o final da década de sessenta do século passado, que essas variedades podem ter maior ou menor prestígio. O prestígio das formas linguísticas está sempre relacionado ao prestígio que têm seus falantes nos diferentes estratos sociais. Por esse motivo, sabe-se que o desconhecimento da norma de prestígio, ou norma culta, pode limitar a ascensão social. Essa constatação fundamenta o posicionamento da linguística sobre o ensino da língua materna.

Independentemente da questão didático-pedagógica, a linguística demonstra que não há nenhum caos lingüístico (há sempre regras reguladoras desses usos), que nenhuma língua já foi ou pode ser “corrompida” ou “assassinada”, que nenhuma língua fica ameaçada quando faz empréstimos, etc. Independentemente da variedade que usa, qualquer falante fala segundo regras gramaticais escritas (a ampliação da noção de gramática também foi uma conquista científica). Os falantes do português brasileiro podem fazer o plural de “o livro” de duas maneiras: uma formal: os livros; outra informal: os livro. Mas certamente nunca se ouviu ninguém dizer “o livros”. Assim também, de modo bastante generalizado, não se pronuncia mais o “r” final de verbos no infinitivo, mas não se deixa de pronunciar (não de forma

generalizada, pelo menos) o “r” final de substantivos. Qualquer falante, culto ou não, pode dizer (e diz) “vou comprá” para “comprar”, mas apenas algumas variedades diriam 'dô' para 'dor'. Estas últimas são estigmatizadas socialmente, porque remetem a falantes de baixa extração social ou de pouca escolaridade. No entanto, a variação da supressão do final do infinitivo é bastante corriqueira e não marcada socialmente. Demonstra-se, assim, que falamos obedecendo a regras. A escola precisa estar atenta a esse fato, porque precisa ensinar que, apesar de falarmos “vou comprá” precisamos escrever “vou comprar”. E a linguística ao descrever esses fenômenos ajuda a entender melhor o funcionamento das línguas o que deve repercutir no processo de ensino. Por outro lado, entendemos que o ensino de língua materna não tem sido bem sucedido, mas isso não se deve às questões apontadas. Esse é um tópico que demandaria uma outra discussão muito mais profunda, que não cabe aqui.

Por fim, é importante esclarecer que o uso de formas linguísticas de menor prestígio não é indício de ignorância ou de qualquer outro atributo que queiramos impingir aos que falam desse ou daquele modo. A ignorância não está ligada às formas de falar ou ao nível de letramento. Aliás, pudemos comprovar isso por meio desse debate que se instaurou em relação ao ensino de língua e à variedade linguística.

Nota

Publicação: Site da Associação Brasileira de Linguística Aplicada do Brasil (Alab)

Data: 20/05/2011

Autora: Paula Tatianne Carréra Szundy, Presidente da ALAB, biênio UFRJ 2009-2011

Polêmica em relação a erros gramaticais em livro didático de Língua Portuguesa revela incompreensão da imprensa e população sobre a atuação do estudioso da linguagem

A divulgação da lista de obras aprovadas pelo Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) para o ensino da língua portuguesa na Educação de Jovens e Adultos (EJA) provocou verdadeiro celeuma na imprensa e comunidade acadêmica sobre a aprovação de obras com “erros” de língua portuguesa. Frases como “Nós pega o peixe”, “os menino pega o peixe”, “Mas eu posso falar os livro” e outras que transgridem a norma culta, publicadas no livro *Por uma Vida Melhor*, aprovado pelo PNLD e distribuído em escolas da rede pública pelo MEC, causaram a indignação de jornalistas, professores de língua portuguesa e membros da Academia Brasileira de Letras.

O grande incômodo, relacionado ao fato do livro relativizar o uso da norma culta, substituindo a concepção de “certo e errado” por “adequado e inadequado”, retrata a incompreensão da imprensa e população em relação ao escopo de atuação de pesquisadores que se ocupam em compreender e analisar os usos situados da linguagem.

A polêmica em torno deste relativismo, assim como a interpretação deturpada de pesquisas na área da linguagem, não é nova. Em novembro de 2001, na reportagem de capa da Revista *Veja*, intitulada “Falar e escrever bem, eis a questão”, Pasquale Cipro Neto dirigiu-se ofensivamente a pesquisadores da área de linguagem que defendem a integração de outras variedades no ensino de língua portuguesa como uma corrente relativista e esquerdistas de meia pataca, idealizadores de “tudo o que é popular – inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do “povo” (Fonte, *Veja Online*, consultada em 20.05.2011).

Mais de uma década após a publicação dos PCN e da instituição do PNLD de Língua Portuguesa, ambos frutos das pesquisas destes estudiosos relativistas, a imprensa e população

continua a interpretar de forma deturpada a proposta de ensino defendida nas diretrizes curriculares e transpostas didaticamente nas coleções aprovadas no PNLD.

Tal deturpação ressalta um problema sério de leitura, muito provavelmente decorrente da prática cristalizada historicamente de se ensinar a gramática pela gramática, de forma abstrata e não situada. Pois, ao situar e inscrever as frases incorretas responsáveis por tanto desconforto no contexto concreto em que foram enunciadas, fica clara a intenção da autora de mostrar que precisamos adequar a linguagem ao contexto e optar pela variante mais adequada à situação de comunicação, preceito básico para participação nas diversas práticas letradas em que nos engajamos no mundo social.

Assim, ao contrário de contribuir para uma agenda partidária de manutenção da ignorância, acusação levianamente imputada ao livro e ao PNLD (e, portanto, aos estudiosos da linguagem), os “erros” em questão, se interpretados contextualizadamente e explorados de forma interessante em sala de aula, contribuem para o desenvolvimento da consciência linguística, mostrando que apesar de todas as variantes serem aceitáveis, o domínio da norma culta é fundamental para efetiva participação nas diversas atividades sociais de mais prestígio.

Se, portanto, situarmos a linguagem, não há razão para polêmica ou desconforto e a crítica daqueles preocupados em garantir o ensino da norma culta torna-se absolutamente nula, sem sentido. O niilismo desta crítica está claramente estampado no enunciado de Pasquale, citado naquela reportagem de uma década: "Ninguém defende que o sujeito comece a usar o português castiço para discutir futebol com os amigos no bar", irrita-se Pasquale. "Falar bem significa ser poliglota dentro da própria língua. Saber utilizar o registro apropriado em qualquer situação. É preciso dar a todos a chance de conhecer a norma culta, pois é ela que vai contar nas situações decisivas, como uma entrevista para um novo trabalho". (Fonte, Veja Online, consultada em 20.05.2011)

A relativização veementemente criticada parece, por fim, ter sido tomada como verdade no interior do mesmo enunciado. Dez anos depois vemos em livros didáticos a possibilidade de formar políglotas na língua materna. Isso é, sem dúvida, um progresso. Resta ainda melhorar as leituras da população sobre os estudos situados da linguagem.

Neste sentido, a Associação de Linguística Aplicada do Brasil, expressa seu repúdio a atitude autoritária e uníssona de vários veículos da imprensa em relação à concepção deturpada de “erro” e convida seus membros a se posicionarem nestes veículos de forma mais efetiva e veemente sobre questões relacionadas a ensino de línguas e políticas linguísticas, construindo leituras mais situadas, persuasivas e plurilíngues.

Indicamos abaixo o link para a notícia citada de 2001, assim como outros artigos e vídeos com o posicionamento de estudiosos da linguagem acerca da polêmica com os livros didáticos de LM.

Paula Tatianne Carréra Szundy
Presidente da ALAB, biênio UFRJ 2009-2011

Artigo

Publicação: Gazeta do Povo (PR)

Data: 19/05/2011

Autor: Carlos Alberto Faraco - Carlos Alberto Faraco, linguista, foi professor de português e reitor da UFPR.

Polêmica vazia

O desvelamento da nossa cara linguística tem incomodado profundamente certa intelectualidade. A complexidade da realidade parece que lhes tira o ar e o chão

Corre pela imprensa e pela internet uma polêmica sobre o livro didático *Por uma vida melhor*, da coleção *Viver, aprender*, distribuída pelo Programa Nacional do Livro Didático (do MEC) para escolas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo seus críticos, o livro, ao abordar a variação linguística, estaria fazendo a apologia do “erro” de português e desvalorizando, assim, o domínio da chamada norma culta.

O tom geral é de escândalo. A polêmica, no entanto, não tem qualquer fundamento. Quem a iniciou e quem a está sustentando pelo lado do escândalo, leu o que não está escrito, está atirando a esmo, atingindo alvos errados e revelando sua espantosa ignorância sobre a história e a realidade social e linguística do Brasil.

Pior ainda: jornalistas respeitáveis e até mesmo um conhecido gramático manifestam indignação claramente apenas por ouvir dizer e não com base numa análise criteriosa do material. Não podemos senão lamentar essa irresponsável atitude de pessoas que têm a obrigação, ao ocupar o espaço público, de seguir comezinhos princípios éticos.

Se o fizessem, veriam facilmente que os autores do livro apenas seguem o que recomenda o bom senso e a boa pedagogia da língua. O assunto é a concordância verbal e nominal – que, como sabemos – se realiza, no português do Brasil, de modo diferente de variedade para variedade da língua. Há significativas diferenças entre as variedades ditas populares e as variedades ditas cultas. Essas diferenças decorrem do modo clivado como se constituiu a sociedade brasileira. Ou seja, a divisão linguística reflete a divisão econômica e social em que se assentou nossa sociedade, divisão que não fomos ainda capazes de superar ou, ao menos, de diminuir substancialmente.

Muitos de nós acreditamos que a educação é um dos meios de que dispomos para enfrentar essa nossa profunda clivagem econômica e social. Nós linguistas, por exemplo, defendemos que o ensino de português crie condições para que todos os alunos alcancem o domínio das variedades cultas, variedades com que se expressa o mundo da cultura letrada, do saber escolarizado.

Para alcançar esse objetivo, é indispensável informar os alunos sobre o quadro da variação linguística existente no nosso país e, a partir da comparação das variedades, mostrar-lhes os pontos críticos que as diferenciam e chamar sua atenção para os efeitos sociais corrosivos de algumas dessas diferenças (o preconceito linguístico – tão arraigado ainda na nossa sociedade e que redundava em atitudes de intolerância, humilhação, exclusão e violência simbólica com base na variedade linguística que se fala). Por fim, é preciso destacar a importância de conhecer essa realidade tanto para dominar as variedades cultas, quanto para participar da luta contra o preconceito linguístico.

É isso – e apenas isso – que fazem os autores do livro. E não somente os autores desse livro,

mas dos livros de português que têm sido escritos já há algum tempo. Subjacentes a essa direção pedagógica estão os estudos descritivos da realidade histórica e social da língua portuguesa do Brasil, estudos que têm desvelado, com cada vez mais detalhes, a nossa complexa cara linguística.

Desses estudos nasceu naturalmente a discussão sobre que caminhos precisamos tomar para adequar o ensino da língua a essa realidade de modo a não reforçar (como fazia a pedagogia tradicional) o nosso apartheid social e linguístico, mas sim favorecer a democratização do domínio das variedades cultas e da cultura letrada, domínio que foi sistematicamente negado a expressivos segmentos de nossa sociedade ao longo da nossa história.

O desvelamento da nossa cara linguística, porém, tem incomodado profundamente certa intelectualidade. A complexidade da realidade parece que lhes tira o ar e o chão. Preferem, então, apegar-se dogmática e raivosamente à simplicidade dos juízos absolutos do certo e do errado. Mostram-se assim pouco preparados para o debate franco, aberto e desapassionado que essas questões exigem.

Carlos Alberto Faraco, linguista, foi professor de português e reitor da UFPR.